

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

**MARIA EDNA SANTOS**

**A CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE (1871-1875)**

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)**

**2016**

**MARIA EDNA SANTOS**

**A CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE (1871-1875)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Eva Maria Siqueira Alves

**SÃO CRISTÓVÃO (SE)**

**2016**

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

S237c Santos, Maria Edna  
A Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875) / Maria Edna Santos ; orientador Eva Maria Siqueira Alves. – São Cristóvão, 2016.  
108 f. : il.

Dissertação (mestrado em Educação) –Universidade Federal de Sergipe, 2016.

1. Ensino secundário. 2. Colégio Atheneu Sergipense (SE). 3. Intelectuais. 4. Sergipe (SE). I. Alves, Eva Maria Siqueira, orient. II. Título.

CDU: 373.5(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE  
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E  
PESQUISA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO



MARIA EDNA SANTOS

“A CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE (1871-1875)”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe e aprovada pela Banca Examinadora.

Aprovada em: 23. 02. 2016

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Eva Mada Siqueira Alves (Orientadora)  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Verônica dos Reis Mariano Souza  
Programa de Pós-Graduação em Educação/UFS

Prof. Dr. Fábio Alves dos Santos  
Universidade Federal de Sergipe/UFS

Prof. Dr. João Paulo Gama Oliveira  
Faculdade Maurício de Nassau

SÃO CRISTÓVÃO (SE)  
2016

*Aos meus pais Ediene e Edimilson, por todo amor e compreensão.*

## AGRADECIMENTOS

Enfim chegou o momento de agradecer, momento tão aguardado dos últimos dois anos. Quando ingressei no Mestrado em Educação da Universidade Federal de Sergipe, olhei para o futuro e pensei que este dia demoraria a chegar. Mas não. A correria, principalmente dos últimos meses, me fez ver o quão fugaz é a vida... O trabalho desenvolvido trouxe muitos aprendizados e amizades, pessoas que exerceram um papel importantíssimo tanto em âmbito particular como acadêmico. Com isto, chegou a hora de agradecer a todos que contribuíram direta e indiretamente para a concretização deste trabalho.

Ao misericordioso Deus, pelas bênçãos alcançadas, pelos impulsos e discernimento nos momentos de fraqueza; graças a Ele, tive paciência e sabedoria durante a construção desta dissertação.

Aos meus amados pais Ediene e Edimilson, meus alicerces, pela compreensão e investimentos desde o momento que larguei a cidadezinha do interior para seguir vida acadêmica, pelo amor incondicional e despretensioso. Este sonho é nosso!

À minha vó Maria José, exemplo de honestidade e respeito. Obrigada por todos os ensinamentos e dedicação à nossa família. Desde o princípio exerceu seu papel de matriarca com grande louvor. Hoje, muito do que sou, agradeço à senhora.

Aos meus queridos irmãos, Rodrigo e Samuel, que apesar da minha ausência constante compreenderam a importância das minhas escolhas, por todo o apoio, amizade e companheirismo.

Aos meus lindos sobrinhos, Andrey e Heitor, pelo colorido que sempre trouxeram para a minha vida e pela alegria a cada visita e idas ao interior.

Ao meu amado Júnior, pelo carinho, compreensão e apoio desde a seleção e ingresso no Mestrado, e pela força e ajuda nos momentos difíceis. Este sonho também é nosso.

À minha Madrinha Nívea, e ao seu marido Sandro, pela presteza e carinho; como também, à filha de vocês, Larissa, e hoje minha afilhada. É uma alegria fazer parte da educação e desenvolvimento da nossa pequena.

À minha querida orientadora Professora Doutora Eva Maria Siqueira Alves, por ter confiado em mim desde os tempos da graduação, pelo apoio e pela paciência e dedicação nas revisões e orientações deste trabalho. Mulher de coração grande e exemplo de profissional a ser seguido. Muito obrigada, professora!

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), pelo apoio financeiro da bolsa de estudos.

Ao Professor Doutor Fábio Alves dos Santos e à Professora Doutora Verônica dos Reis Mariano Souza, pelas contribuições durante o Seminário de Pesquisa e Exame de Qualificação.

Aos meus colegas do Curso de Mestrado, com vocês a caminhada foi mais prazerosa. Em especial, à Cibeles, não apenas por dividirmos espaços acadêmicos, mas pela amizade construída desde as pesquisas de Iniciação Científica. Obrigada, minha amiga!

Aos membros do “Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem”, pelas contribuições a cada leitura e debates de textos durante as agradáveis reuniões e pela força e torcida a cada passo.

Aos funcionários dos arquivos físicos de pesquisa, em especial aos do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS). Wênia e Carla, obrigada pela presteza e boas conversas durante as minhas pesquisas e expediente. Juntos somos mais!

Por fim, posso dizer que todas essas pessoas que me auxiliaram durante o Curso de Mestrado, seja em âmbito pessoal ou acadêmico, ganharam um espaço eterno em meu coração. Amizades que levarei para a vida. A todos vocês, meus sinceros agradecimentos.

## RESUMO

A presente dissertação tem como objeto de estudo as atividades desenvolvidas pelos membros da Congregação do Atheneu Sergipense durante os anos de 1871 a 1875, tendo como objetivo principal analisar sobre a atuação deste primeiro grupo de atores. O recorte temporal inicia em 1871 por ser o primeiro ano de funcionamento da instituição e da atuação de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo como diretor, e o marco final é o ano de 1875, quando termina a então direção da primeira mesa administrativa. Como objetivos específicos, a pesquisa também buscou analisar as Atas das reuniões da Congregação, a fim de entender a atuação dos agentes em questão – Manoel Luiz Azevedo D'Araújo (Diretor) e os lentes Antônio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valladão, Justiniano de Mello e Silva, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel, Thomaz Diogo Leopoldo, Tito Augusto Souto de Andrade, Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de Azevedo Cardoso e Manuel Francisco Alves de Oliveira; traçar o perfil biográfico dos professores; analisar as consonâncias entre o que estava prescrito no Regulamento da Instrução Pública de Sergipe e as atividades desenvolvidas pelos partícipes da Congregação e apresentar os embates travados entre os membros na condição de intelectuais. O estudo se caracteriza como histórico e documental, possuindo como fontes principais: Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875), o Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870, o Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871, o Regulamento da Escola Normal de Sergipe de 31 de abril de 1874, o Dicionário Biobibliográfico Sergipano elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924) e o *Jornal do Aracaju* (1871-1875). Esta pesquisa está pautada no pressuposto teórico da *cultura escolar* a partir das concepções de Felgueiras (2010); e *intelectuais* e *redes* conforme Sirinelli (2003; 1998). Para tanto, a pesquisa está dividida em três seções. Na primeira seção é apresentada uma parte introdutória, esclarecendo o porquê da escolha da Congregação do Atheneu Sergipense como objeto de estudo, as bases conceituais e o estado da arte acerca deste estabelecimento de ensino secular. Na segunda seção são apresentadas as biografias dos intelectuais, os pontos de pauta discutidos nas reuniões e a assiduidade dos membros. E na terceira seção apresento as atribuições demandadas à Congregação pela legislação educacional da Província de Sergipe, e o que era obedecido e imposto pelos próprios congregados. Com isto, ao trabalhar as diversas relações que os congregados mantinham entre eles enquanto intelectuais dentro da instituição, foi possível destacar os principais elementos que garantiram o desenvolvimento das atividades iniciais do Atheneu Sergipense, assim como os conflitos que por ora existiram. Deste modo, o trabalho contribui, principalmente, para a compreensão e composição de mais um fragmento da história do Atheneu Sergipense e para a História da Educação sergipana, como também para a história dos intelectuais.

**Palavras-chave:** Atheneu Sergipense. Congregação. Ensino Secundário. Intelectuais. Sergipe.



## ABSTRACT

The current dissertation has as its object of study the activities developed by the members of the Atheneu Sergipense Congregation between the years of 1871 – 1875, being the main objective to consider about the performance of this first cast. The time frame starts in 1871, as this is the first year of the institution and the performance of Manuel Luiz Azevedo D'Araújo as director, and the final part is 1875, when the first administration ends. As specific objectives, the research also looked into: analyzing the records of the Congregation in order to understand the performance of the agents in question – Manoel Luiz Azevedo D'Araújo (director) and the masters Antônio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valladão, Justiniano de Mello e Silva, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel, Thomaz Diogo Leopoldo, Tito Augusto Souto de Andrade, Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de Azevedo Cardoso and Manuel Francisco Alves de Oliveira; profiling the teachers; analyzing the consonances between what was prescribed in the Public Education Regulation of Sergipe and the activities developed by the participants of the Congregation; and presenting the fights between the members on the position of intellectual themselves. The study is a historical and documentary, having as its main sources: the Congregation Minute Book of Atheneu Sergipense (1871-1875), Public Education Regulation of Sergipe of October 24, 1870, the Constitution of Atheneu Sergipense of January 12, 1871, the Regulation of Escola Normal of Sergipe of April 31, 1874, the Bibliographic Dictionary of Sergipe, elaborated by Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924) and *Jornal do Aracaju* (1871-1875). This research is guided on the theoretical assumption of school culture since the conceptions of Felgueiras (2010); and intellectuals and networks by Sirinelli (2003; 1998). For such, the research is divided into three sections. On the first section, an introduction is introduced, clarifying the reason of the choice of Congregation of Atheneu Sergipense as object of study, the conceptual basis and the state of art about this institute of secular teaching. On the second section the biographies of the intellectuals are presented, what was discussed on meetings and the assiduity of the members. On the third section I present the attributions demanded to the Congregation by the educational legislation of Sergipe, and what was followed and imposed by the congregants. Thus, in studying the many relations the congregants had among themselves as intellectual of the institution, it was possible to highlight the main factors that ensured the development of the starting activities of Atheneu Sergipense, as well as the conflicts that existed in such time. This way, the study contributes for the understanding and composition of another fragment of the history of Atheneu Sergipense and to History of Education in Sergipe, as well as to the history of intellectuals.

**Key Words:** Atheneu Sergipense. Congregation. Secondary School. Intellectuals. Sergipe.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1-	Primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense, 1871-1875.....	31
Quadro 2-	Número de reuniões realizadas pela Congregação do Atheneu Sergipense, 1871 a 1875.....	48
Quadro 3-	Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871.....	50
Quadro 4-	Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1872.....	52
Quadro 5-	Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1873.....	53
Quadro 6-	Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874.....	55
Quadro 7-	Número de faltas dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1875.....	59
Quadro 8-	Distribuição das cadeiras do Atheneu Sergipense por professor nos seus primeiros anos de funcionamento.....	66
Quadro 9-	Procedências profissionais dos congregados antes de atuarem no Atheneu Sergipense .....	67
Quadro 10-	Composição da banca examinadora dos Exames Anuais do Atheneu Sergipense, 1871 .....	77
Quadro 11-	Composição da banca examinadora dos Exames Anuais do Atheneu Sergipense, 1874 .....	79
Quadro 12-	Reprovação no Atheneu Sergipense por disciplina, 1871.....	82
Quadro 13-	Relação anual dos secretários eleitos do Atheneu Sergipense .....	83
Quadro 14 -	Distribuição dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina, 1873.....	85
Quadro 15-	Distribuição dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina, 1874 .....	86
Quadro 16-	Distribuição definitiva dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina, 1874 .....	87
Quadro 17-	Publicações feitas pelos congregados do Atheneu Sergipense no <i>Jornal do Aracaju</i> , 1871-1875 .....	89

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
1.1	POR QUE ESTUDAR A CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE NOS SEUS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO (1871-1875)? .....	14
1.2	AS BASES CONCEITUAIS DA PESQUISA .....	17
1.3	REVISITANDO OS ESCRITOS: NOTAS DE APRESENTAÇÃO .....	19
1.4	A ESTRUTURA DO TEXTO .....	24
<b>2</b>	<b>AS ATAS DAS REUNIÕES DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE COMO VESTÍGIOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....</b>	<b>25</b>
2.1	O USO DAS ATAS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO.....	27
2.2	QUEM ERAM OS PARTÍCIPIES DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE .....	30
2.2.1	MANUEL LUIZ AZEVEDO D'ARAÚJO – O DIRETOR .....	32
2.2.2	ANTÔNIO DINIZ BARRETO .....	34
2.2.3	GEMINIANO PAES DE AZEVEDO .....	35
2.2.4	IGNÁCIO DE SOUZA VALLADÃO.....	36
2.2.5	JUSTINIANO DE MELLO E SILVA.....	38
2.2.6	TITO AUGUSTO SOUTO DE ANDRADE.....	40
2.2.7	SANCHO DE BARROS PIMENTEL.....	41
2.2.8	ASCENDINO ÂNGELO DOS REIS .....	42
2.2.9	BRÍCIO MAURÍCIO DE AZEVEDO CARDOSO .....	44
2.2.10	MANUEL FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA .....	45
2.3	ABREM-SE AS PORTAS DA SALA DE REUNIÕES DO ATHENEU SERGIPENSE .....	47
2.4	PONTOS DE PAUTAS .....	49
2.5	LENTE, PRESENTES? A QUESTÃO DA ASSIDUIDADE .....	58
<b>3</b>	<b>DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS AO CUMPRIMENTO .....</b>	<b>61</b>
3.1	UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES LEGAIS .....	62
3.2	ATRIBUIÇÕES DEMANDADAS PELA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DA PROVÍNCIA DE SERGIPE: O QUE COMPETIA À CONGREGAÇÃO .....	
3.3	A OBEDIÊNCIA LEGAL E O IMPOSTO PELOS PRÓPRIOS CONGREGADOS .....	73
<b>4</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>93</b>

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>96</b>
ANEXO A - Assinaturas dos Professores Registradas no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense em Seu Primeiro Ano de Funcionamento, 1871.....	104
ANEXO B - Assinatura do Professor Ascendino Ângelo Registrada no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874.....	105
ANEXO C - Assinatura do Professor Brício Maurício de Azevedo Cardoso Registrada no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874.....	106
ANEXO D - Assinaturas dos Professores José João de Araújo Lima, Manuel Francisco de Oliveira e Pedro Pereira de Andrada Registradas no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874.....	107

## 1 INTRODUÇÃO

O meio intelectual não é um simples camaleão que toma espontaneamente as cores ideológicas do seu tempo. Concorre, pelo contrário, para colorir o seu ambiente. Os letrados raciocinam de maneira endógena, mas o ruído dos seus pensamentos ressoa no exterior (SIRINELLI, 1998, p. 265).

Estudar a educação partindo de uma perspectiva histórica é uma prática já consagrada pela historiografia brasileira – embora regada por controvérsias - a História da Educação conquistou o seu espaço com temas que são o foco de muitas pesquisas na área, como: instituições escolares, práticas educativas, cultura escolar e disciplinas escolares, temas estes antes restritos a estudos sobre ideias pedagógicas ou políticas institucionais. Essa adoção e alargamento de novos objetos e perspectivas tem se consolidado também em Sergipe com a produção cada vez mais frutífera de trabalhos realizados.

Assim, com base nesta perspectiva, esta pesquisa tem como objeto de estudo as atividades desenvolvidas pelos membros da Congregação do Atheneu Sergipense durante os anos de 1871 a 1875, objetivando refletir sobre a atuação deste primeiro grupo de atores no intervalo de tempo delimitado. Este recorte temporal está diretamente ligado ao período em que o Atheneu Sergipense foi dirigido por Manoel Luiz Azevedo D'Araújo, portanto, a primeira mesa administrativa formada, período que compreende a abertura e os primeiros anos da instituição, fato que marcou a educação secundária sergipana oitocentista, devido à institucionalização do primeiro estabelecimento de ensino secundário localizado em Aracaju, a então recente capital da Província.

Tratar do Ensino Secundário<sup>1</sup> em Sergipe durante a segunda metade do século XIX, nos leva a adentrarmos às portas do Atheneu Sergipense e em sua rica história, esta, por ter sido a primeira instituição oficial localizada em Aracaju a oferecer ensinamentos básicos voltados à formação docente (com a oferta do Curso Normal) e preparação para o ingresso nas academias do Império (com o Curso de Humanidades). Mas é salutar destacar que as primeiras iniciativas voltadas ao Ensino Secundário em Sergipe não ocorreram apenas com a fundação do Atheneu Sergipense em Aracaju. Antes mesmo da mudança da capital da Província de São Cristóvão para Aracaju no ano de 1855, foram criadas instituições que ofereciam este nível de ensino, visando à formação da sua população, como também, na forma de aulas avulsas.

Conforme dito, tais iniciativas foram tomadas a esse respeito na cidade de São Cristóvão – antiga capital da Província – durante a primeira metade do século XIX, com as aulas avulsas e com a criação do Liceu Sergipense, também denominado de Liceu de São Cristóvão<sup>2</sup>, mas que por diversos motivos, dentre eles o financeiro, acabou tendo vida efêmera em seu primeiro momento em 1833, resultando no fechamento em 1835; voltando a ser

---

<sup>1</sup> Sobre o Ensino Secundário no Brasil Império e em Sergipe, consultar: Haidar (2008), Nunes (2000), Nunes (1999) e Silva (1969).

<sup>2</sup> Sobre a constituição do Liceu Sergipense, consultar Alves (2004).

reaberto em 1847 e novamente fechando as suas portas em 1855, porém, a outra forma de oferta do ensino secundário, digo, as aulas avulsas, permaneceram subsidiando a formação daqueles que desejavam prestar os Exames de Preparatórios<sup>3</sup> como meio de inserção nas academias do Império, como também para aqueles que ansiavam ocupar as cadeiras do Ensino Primário.

Estas instabilidades não estavam atreladas à falta de preocupação do governo com a Instrução Secundária, muito pelo contrário, almejava-se tanto a formação de professores primários quanto a preparação para o ingresso nas academias, um dos fatores que impedia certas atitudes do governo foi, principalmente, a falta de recursos financeiros necessários para reerguer a antiga iniciativa<sup>4</sup>. Em Aracaju (1870), 15 anos após a transferência da capital criava-se o Atheneu Sergipense por meio do Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870 e idealizado pelo Inspetor Geral da Instrução Pública, Manoel Luiz Azevedo D'Araújo, e que acabou ocupando o cargo de Diretor da instituição, sendo considerado por Nunes (2008), um “homem talentoso, conhecedor das teorias educacionais mais avançadas da época como as de Pestalozzi, Basedow, Natigel, entre outros” (NUNES, 2008, p.111), fatos estes, que poderão ser identificados por meio dos aspectos biográficos que aqui serão destacados.

### 1.1 POR QUE ESTUDAR A CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE NOS SEUS PRIMEIROS ANOS DE FUNCIONAMENTO (1871-1875)?

A opção em investigar a Congregação do Atheneu Sergipense surgiu com o contato diário (na condição de bolsista do arquivo), com as fontes disponíveis no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS) e da Legislação da época, em que foram usados

---

<sup>3</sup> Os Exames de Preparatórios foram criados em 17 de fevereiro de 1854 pelo então Ministro Couto Ferraz, por meio do Decreto nº 1.331-A. A aprovação dos alunos nos Exames de Preparatórios lhes garantia o acesso ao ensino superior, onde os candidatos eram avaliados de acordo com a área desejada. Assim, tanto as aulas avulsas e os Liceus espalhados pelo Brasil, basearam as suas aulas e cadeiras a partir das exigências nos Exames de Preparatórios requisitados pelas Academias. Em Sergipe, tais Exames foram aplicados no Atheneu Sergipense e com bancas examinadoras compostas pelos professores da própria instituição. Esses pontos podem ser visualizados nas pesquisas de Haidar (2008), Nunes (2008), Oliveira e Teles (2006a; 2006b), Oliveira (2007) e Dallabrida (2009), estudiosos que trataram desta questão no Brasil e em Sergipe.

<sup>4</sup> Ao tratar da 8ª cadeira de Filosofia criada em São Cristóvão em 1866, aponta Lima (1955) sobre a falta de verba para a criação de um liceu na Província: “[...] Criada pela Resolução nº 764, de 17 de março de 1866, que, também, criou na antiga capital da Província um Liceu com internato. Nem este nem aquela chegaram a ter existência, não passando essa lei de letra morta. Mais uma frustrada tentativa de centralização do ensino secundário em Sergipe. Contudo, as leis orçamentárias para os anos de 1866 (Resolução nº 766, de 20 de março de 1866), a de 1867 (Lei nº 779, de 3 de dezembro de 1867), a de 1868 (Lei nº 826, de 7 de maio de 1868), consignaram verba para as despesas com “ordenado e gratificação aos professores e empregados do Liceu”, possibilitando, desse modo, a criação posterior do Atheneu Sergipense [...]” (LIMA, 1955, p. 41-42).

em uma pesquisa de caráter científico, oferecida pelo Programa Especial de Inclusão em Iniciação Científica (PIIC) – POSGRAP/PROEST/UFS, intitulado: **Concursos para Professores do Atheneu Sergipense: a Cadeira de Pedagogia (1870-1901)**; como também, no trabalho de conclusão de curso, denominado: **A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a Ação do Regulamento de 1874**, ambos, orientados pela Profa. Dra. Eva Maria Siqueira Alves<sup>5</sup>.

Portanto, o meu contato com o mundo da pesquisa histórica teve início em meados do ano de 2011 ainda quando cursava Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal de Sergipe, quando me tornei membro do **Grupo de Pesquisa Disciplinas Escolares: História, Ensino, Aprendizagem**. O Grupo de Pesquisa foi crucial para a minha preparação enquanto pesquisadora, por me fornecer aportes teóricos e metodológicos necessários para estudos científicos. Os trabalhos realizados pelos membros do GP vêm sendo referência basilar quando o assunto é História da Educação em Sergipe. Por meio destes trabalhos tenho encontrado suporte para este e outros estudos, tendo como objeto principal o secular Atheneu Sergipense.

Outro ponto que merece destaque foi a iniciativa<sup>6</sup> da Profa. Eva Maria Siqueira Alves, durante a construção da sua tese de doutoramento (2005), de organizar e salvaguardar os documentos que contam a história do Atheneu Sergipense, criando assim, o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)<sup>7</sup>. Ao ser convidada a compor o quadro de membros do arquivo fui apresentada àquela imensidão documental. Organizados por ordens e séries, os documentos foram facilmente localizados e de fácil manuseio durante as pesquisas que realizei. Assim, por meio das fontes disponíveis no CEMAS que dei início à minha jornada como pesquisadora.

Precisei apresentar os principais acontecimentos acadêmicos que me trouxeram até aqui para um melhor entendimento sobre possíveis perguntas, como: Por que o Atheneu Sergipense e não outra instituição? Como cheguei até a Congregação? Quais os fatos que me levaram à delimitação temporal? Quais os meus conceitos? E qual a minha fundamentação teórica e documental? Enfim, perguntas que buscarei responder ao longo do presente trabalho.

---

<sup>5</sup> Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2005), Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (1996) e Licenciatura em Matemática pela Universidade Federal de Sergipe (1984).

<sup>6</sup> Esta iniciativa possibilitou a acessibilidade dos pesquisadores aos documentos do Atheneu Sergipense, e que conforme ressalta Freitas (2000) “o sucesso da pesquisa histórica em Sergipe depende ainda de arquivos acessíveis e de instrumentos de consulta eficientes” (FREITAS, 2000, p. 2-2). E esta acessibilidade pode ser encontrada ao adentrarmos o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).

<sup>7</sup> Sobre a constituição e contribuição do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense, ver: Alves (2015) e Teles, Oliveira e Alves (2008).



Conforme já discutido, a presente pesquisa foi instigada pela documentação levantada no acervo do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), assim como do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS) e da Biblioteca Pública Epifânio Dórea, que cobrem a periodização escolhida para o estudo e que possibilitam conhecer a ação político-educacional dos intelectuais que faziam parte da Congregação do Atheneu Sergipense. Das fontes selecionadas, temos o Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870, o Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 a 1875)<sup>8</sup>, o Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871, o Regulamento da Escola Normal de Sergipe de 31 de abril de 1874, o Dicionário Biobibliográfico Sergipano elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924) e o *Jornal do Aracaju* (1871-1875). Nessa perspectiva, este estudo caracteriza-se como histórico e documental, que busca encontrar e analisar fontes a partir de conceitos teóricos e metodológicos apontados por historiadores da educação.

Por meio da legislação, pretendo apresentar quais as determinações dadas à Congregação do Atheneu Sergipense, qual cultura os congregados deveriam seguir e obedecer e qual o perfil de professor que era apresentado legalmente. Portanto, o uso da legislação como fonte para a História da Educação me proporcionou reflexões que vão além desta pesquisa, uma vez que não a enxergo apenas como um ordenamento jurídico, mas uma forma de linguagem e práticas de uma sociedade. Nas palavras de Faria Filho (1998), a lei é uma “linguagem da tradição e dos costumes, do ordenamento jurídico e da prática social” (FARIA FILHO, 1998, p. 102), e por meio dela foi possível perceber uma acentuada preocupação com a escolarização sergipana, seja ela primária ou secundária.

Outra fonte primordial foi o Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, do período de 1871 até 1916, entretanto, me debrucei apenas sobre os registros das reuniões que vão da abertura do Livro, em 1871, até início de 1875. Foram identificadas 23 Atas - contando com a Ata de Abertura - correspondentes ao marco temporal aqui delimitado, em que, por meio delas, cheguei a considerações a respeito da atuação dos agentes em questão, da obediência à legislação educacional em vigor, sendo possível comparar o Regulamento da Instrução Pública às Atas das reuniões, destacando consonâncias entre elas, porém, mesmo que haja conformidades aparentes, precisei tomar cuidados quanto ao rigor de análise

---

<sup>8</sup> Documento do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: FASS01, pacote 481. Sobre esta fonte Alves (2005a) apresenta as seguintes características: “[...] de capa dura preta, de dimensões 50cm x 30cm, aberto pelo Diretor da Instrução Pública Manuel Luiz Azevedo D’Araújo, contém 304 páginas e 381 atas, registradas entre o período de 5 de janeiro de 1871 e 19 de julho de 1916, quando foi encerrado pelo Diretor Dr. Aristides da Silveira” (ALVES, 2005a, p. 69).

metodológica, evitando embelezamentos das fontes analisadas – tendo em vista que as Atas são naturalmente documentos embelezados.

Por fim, outra fonte documental explorada, o Dicionário Biobibliográfico Sergipano elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), em que busquei dados biográficos dos 14 partícipes da Congregação que estiveram ativos durante o período em questão, sendo eles: Manoel Luiz Azevedo D' Araújo (diretor), e os lentes Antônio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valadão, Justiniano de Mello e Silva, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel, Thomaz Diogo Leopoldo, Tito Augusto Souto de Andrade, Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de Azevedo Cardoso e Manuel Francisco Alves de Oliveira. Este levantamento biográfico foi necessário para a construção do perfil dos congregados, contudo, nem todas as biografias foram localizadas nesta fonte, sendo assim, outros autores me valeram de informações.

Com isto, ao me propor analisar sobre as atividades desses intelectuais por meio das fontes disponíveis, busquei identificá-los a partir das suas ações e posicionamentos educacionais refletidos nas Atas das reuniões. As consultas e análises feitas a esses documentos mostraram a pluralidade de assuntos debatidos entre eles e que foram explorados e detalhados ao longo deste trabalho. Outros objetivos mais específicos também podem ser destacados, como: analisar por meio da legislação e das Atas quais eram as regras e atribuições dadas a cada componente da Congregação do Atheneu Sergipense e se eram realmente obedecidas; conhecer e analisar o perfil destes intelectuais; analisar os assuntos mais frequentes discutidos durante as reuniões da Congregação; identificar o índice de assiduidade dos congregados nas reuniões realizadas durante o período em estudo e apresentar os embates travados e consonâncias entre os partícipes desta primeira mesa administrativa.

Para responder tais questionamentos a partir da análise documental, considere o “paradigma indiciário” proposto por Ginzburg (1989), em que “a capacidade de, a partir dos dados aparentemente negligenciáveis, remontar a uma realidade complexa não experimentável diretamente” (GINZBURG, 1989, p. 152), na tentativa de construir a história do objeto durante o período estudado. Assim, a história será feita por meio dos vestígios encontrados nas fontes selecionadas.

## 1.2 AS BASES CONCEITUAIS DA PESQUISA

[...] escolhas teóricas desencadeiam transformações no investigador que as adota, o que realça a profunda importância que assumem na concepção e na

---

prática da investigação, para poderem ficar inquestionadas (FELGUEIRAS, 2010, p. 18).

Pautada no pressuposto teórico da *Cultura Escolar*, utilizando-a como categoria principal para esta dissertação, busquei, por meio dos estudos de Felgueiras (2010) caminhos que se intercalassem ao meu objeto, sustentando-o. Outros conceitos também serviram de suporte na produção deste trabalho, como: *intelectuais* e *redes* segundo Sirinelli (2003; 1998).

Ao alicerçar esta pesquisa no campo da *cultura escolar*, comungo do pensamento de Felgueiras (2010), para quem a cultura está baseada em atividades que despertam e descrevem costumes de um determinado grupo de professores e dirigentes. Assim, os embates, divergências e consonâncias revelaram características peculiares e padrões de comportamento daqueles que compuseram a primeira mesa da Congregação do Atheneu Sergipense.

Desta forma, *cultura escolar*, nessa pesquisa, é empregada como uma junção entre as prescrições legais e aquilo que era realmente cumprido pela Congregação analisada, interpretados como um processo de aculturação, uma vez que a cultura nasce daquilo que é imposto e racionalmente obedecido. Assim sendo, conforme aponta Felgueiras (2010),

[...] As actividades dos diversos actores no contexto escolar desenrolam-se num ambiente de uma cooperação aparentemente voluntária mas, na realidade, fortemente enquadrada por um conjunto de normas, que estipulam obrigações, localizações e hierarquização social (FELGUEIRAS, 2010, p. 22).

Portanto, considerar e pautar esta pesquisa no campo da *cultura escolar*, baseada em normas e hierarquizações, por meio das atividades daqueles que compuseram a primeira Congregação do Atheneu Sergipense foi o desafio ao qual me propus. Desafio este considerado um lócus de aproximação a mais um componente da História da Educação sergipana, por revelar aspectos do cotidiano da instituição, para além do que estava simplesmente prescrito nas normatizações. É um esforço para compreender como os sujeitos envolvidos com aquela ação se relacionaram com as normas às quais estavam submetidos. Ao elucidar tais questões, este estudo contribui para uma melhor compreensão acerca do Atheneu Sergipense, nos seus anos iniciais de funcionamento. Propicia interrogações sobre outros períodos de atuação da Congregação e sobre outras relações entre normas e práticas ao longo da sua existência.

A compreensão do grupo de professores que compuseram a primeira Congregação do Atheneu Sergipense como *intelectuais* partiu da definição deste conceito dada por Sirinelli (2003; 1998). Para ele, estes agentes atuam como mediadores culturais, rumo à criação e

progresso do saber propriamente dito. Ainda para o autor, os intelectuais formam, entre si, *redes* de sociabilidade que muitas vezes são mais difíceis de serem percebidas do que parece, e que esta “[...] sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico” (SIRINELLI, 2003, p. 252), assim, as *redes* são formadas a partir da vida pessoal e profissional do intelectual.

Portanto, esses autores, por meio dos seus conceitos, ajudaram-me compreender a formação da primeira mesa administrativa da referida instituição, bem como a disseminação dos conhecimentos por parte destes, atuação e embates que, por ora, foram travados entre eles na condição de intelectuais da educação sergipana.

### 1.3 REVISITANDO OS ESCRITOS: NOTAS DE APRESENTAÇÃO

Conhecer a História da Educação em Sergipe e o Atheneu Sergipense requer, a princípio, uma busca dos seus escritos, seja na forma de livros, teses de Doutorado, dissertações de Mestrado ou monografias de final de curso. Então, procurei, à primeira mão, me debruçar sobre estudos já consagrados pela História da Educação em Sergipe, para, assim, conhecer objetos correlacionados à minha pesquisa e que me fornecessem subsídios teóricos e metodológicos. Busquei, então, leituras que serviram como fontes bibliográficas basilares e como portas de entrada nesta “casa de educação literária” (ALVES, 2005a) que é o Atheneu Sergipense e na História da Educação sergipana.

Para tanto, foram consultados textos de autores que se dedicaram a esta temática, com isto, destaco: Maria Thetis Nunes (2008), com sua obra de síntese da História da Educação Sergipana; e Eva Maria Siqueira Alves (2005a), que toma como eixo central das suas pesquisas o Atheneu Sergipense. Outros autores, seguidores desta linha de pesquisa, também foram consultados e analisados, como: Igor Pereira Teles (2009), Sayonara do Espírito Santo Almeida (2009), Cibele de Souza Rodrigues (2013), e Maria Edna Santos (2013a) com as suas monografias de final de curso; Valdevânia Freitas dos Santos Vidal (2009), Ana Márcia Barbosa dos Santos (2010) e Suely Cristina Silva Souza (2011), com as suas dissertações de Mestrado. Todos estes respectivos trabalhos apresentam como objetos de estudo aspectos relacionados ao Atheneu Sergipense e à História da Educação sergipana, portanto, leituras primordiais para a presente pesquisa. Mesmo que algumas não correspondam ao meu marco temporal e objeto específico, foram indispensáveis em questões metodológicas e trato com as fontes documentais. Vale ressaltar que há outras produções que citam o Atheneu Sergipense e

os seus professores, mas que não foram postas aqui por conta da delimitação do meu objeto e período.

O Brasil tem se mostrado um país maduro em estudos na área da História da Educação, cuja produção começou a surgir em meados dos anos de 1960 com a realização de pesquisas nos programas de pós-graduação em Educação, estas, voltadas principalmente aos séculos XIX e XX - período já consagrado pela nossa historiografia quer seja pela facilidade de acesso às fontes ou pelos acontecimentos educacionais “julgados” marcantes<sup>9</sup>. Em Sergipe os estudos no campo da Educação também vêm abrangendo e dando destaque a esses períodos, mas pude encontrar um diferencial na clássica obra de Maria Thetis Nunes (2008).

Em **História da Educação em Sergipe**, Nunes (2008) nos dá uma visão panorâmica da educação sergipana que vai dos primórdios da colonização à República, baseando-se em Leis provinciais, Decretos, Regulamentos, Relatórios, jornais e livros do período estudado, proporcionando temáticas diversas. Eis o que marca a obra da autora: essa variedade e possibilidade de novas pesquisas sejam sobre cultura escolar, educação colonial, imperial e republicana, educação da mulher, intervenção política, análise documental, dentre outra infinidade de temas.

Por meio dos posicionamentos da autora, fez-se possível perceber que Sergipe não estava isolado dos acontecimentos pelos quais o Brasil atravessava em determinados momentos e o quão a elite intelectual sergipana expressava os seus contentamentos e anseios diante da instrução pública provincial. Percebe-se também o rigor metodológico usado por Nunes quanto à análise das fontes documentais, seu poder de interpretação e compreensão acerca do contexto social, econômico e educacional de cada época da Província de Sergipe, fatores que influenciaram e afetaram diretamente o setor educacional e que carece destaque.

Ao servir como parâmetro a este estudo, uma vez que Maria Thetis Nunes faz debates concisos sobre o ensino secundário em sua obra, alarguei meus conhecimentos sobre os principais acontecimentos que antecederam o marco temporal aqui trabalhado, incluindo a criação do Atheneu Sergipense e dos intelectuais que por ele passaram. Apresentei, assim, questões trabalhadas pela autora ao longo do texto, tais como: ensino secundário oitocentista, exames de preparatórios, implicações educacionais do século XIX e uso da Legislação educacional, fatores interligados ao objeto aqui em análise, pois para Nunes, pesquisar sobre o Atheneu Sergipense é entender aspectos que caracterizam não somente a História de uma

---

<sup>9</sup> Sobre levantamento historiográfico na área da História da Educação brasileira, consultar a dissertação de Bontempi Júnior (1995).

instituição, mas, sobretudo, entender o perfil dos sergipanos e seu sistema de educação, portanto, algumas das pretensões do presente trabalho.

Ao adentrar esta primeira escola oficial de estudos secundários de Sergipe, tomei como ponto de partida os trabalhos realizados por Eva Maria Siqueira Alves (2005a), que durante a sua pesquisa de Doutorado buscou conhecer o cenário e a história do Atheneu Sergipense abarcando o período que vai de 1870 a 1908, examinando-a segundo seus Planos de Estudos, destacando elementos como: as cadeiras ofertadas, os compêndios adotados, as orientações teóricas e metodológicas e o seu sistema avaliativo. Para tanto, Alves (2005a) deteve-se de um repertório vastíssimo de fontes documentais, sendo: a Legislação provincial; relatórios de diretores e de governantes de Sergipe; atas da congregação da instituição; correspondências recebidas e expedidas; textos jornalísticos; ofícios; pontos de concursos e exames para preenchimento das cadeiras que eram ministradas; crônicas e programas de ensino; documentos estes que compreendem a periodização trabalhada, portanto, um trabalho de grande fôlego metodológico e que me norteou em direção da escolha e análise das fontes.

Em **O Atheneu Sergipense: uma Casa de Educação Literária Examinada Segundo os Planos de Estudos (1870-1908)**, Eva Maria Siqueira Alves, além de oferecer metodologias para análise dos documentos, traz discussões teóricas fundamentais sobre conceitos que giram em torno da História da Educação no Brasil e em Sergipe. Ao contextualizar o cenário político-social sergipano com os seus objetivos, oferece ao leitor uma oportunidade de entendimento sobre as principais iniciativas tomadas em relação à Educação durante o período que vai das últimas décadas do Império aos primeiros anos da República, discutindo as implicações e posicionamentos internos e externos ao Atheneu Sergipense.

Ao expor as finalidades dessa “Casa de Educação Literária” por meio dos cursos de Humanidades e Normal, Alves (2005a) julga necessária a compreensão dos mecanismos atribuídos à sua Congregação, uma vez que nas suas palavras “este era um órgão consultivo e deliberativo quanto às questões inerentes à organização dos Planos de Estudos, dentre outras questões” (ALVES, 2005a, p. 67), pontos determinantes que busco detalhar e analisar conforme informações encontradas nas fontes disponíveis.

Na explanação sobre os elementos formadores das cadeiras ministradas nos dois cursos secundários oferecidos, a autora nos revela as dinâmicas existentes entre elas, seja por parte do Governo ou do próprio corpo administrativo, uma vez que os seus membros possuíam autonomia para alterar e modificar decisões por ora legitimadas pelo Governo. Tais dinâmicas poderiam ser realizadas de acordo com a necessidade, seja de criação, divisão ou extinção de cadeiras, como também, novas denominações ou mudanças nos conteúdos. Esses

movimentos pedagógico-administrativos nos revelam a força e autonomia que era atribuída àqueles partícipes da Congregação do Atheneu Sergipense, o que lhes garantia um lugar de destaque na sociedade sergipana.

Portanto, a obra de Alves (2005a) é subsidiária e referencial para quem pesquisa o ensino secundário em Sergipe, por fornecer elementos-chave e conceitos concernentes à História da Educação e, em particular para o presente trabalho, uma vez que comungo com as teorias e rigores metodológicos apresentados pela autora. Para conhecer o Atheneu Sergipense torna-se necessária a leitura desta tese, pois, à medida que a analisamos, encontramos outras possíveis temáticas que carecem de pesquisas e aprofundamentos.

Outro ponto que devo destacar é a respeito de trabalhos mais específicos, que abordem teses sobre Congregações do século XIX no Brasil. Em Sergipe este tema ainda não foi tratado com tamanha especificidade. Abeiram-se apenas a alguns intelectuais que fizeram parte da Congregação do Atheneu Sergipense, a exemplo dos trabalhos de Calazans (1949), Lima (1955), Nunes (1984), Gally (2004), Rezende (2013), Rodrigues (2013), Santos (2010), Santos (2013c) e Guaraná (1925), em que tratam de alguns professores que atuaram na Congregação durante o período aqui delimitado, mas sem analisar sobre o movimento destes na instituição e perante os demais congregados. Apesar de não entrarem nas questões administrativas e pedagógicas da Congregação, tais estudos forneceram informações que complementaram a minha pesquisa a partir dos dados biográficos dos partícipes.

Ao fazer um levantamento da temática no Brasil, localizei um grande número de trabalhos relativos a Congregações brasileiras oitocentistas, cito como exemplos as pesquisas realizadas por Carneiro (2005), Leonardi (2006; 2011; 2013) e Oliveira (2010). Porém, estas autoras analisam outros tipos de Congregações, as Religiosas. Apresentam os processos de instalação e funcionamento destas Congregações no Brasil, uma vez que possuem origem europeia. Focam nos ideários católicos em que homens e mulheres pregavam a partir de instituições escolares confessionais. Levando em consideração que a minha pesquisa não trilha os mesmos caminhos, apesar da Congregação do Atheneu Sergipense seguir os mandamentos da Igreja Católica, o que era comum à época, parti para estudos mais consoantes, ou seja, para trabalhos voltados a Congregações de instituições de ensino, sem a presença acentuada da religiosidade.

Neste próximo passo - o da especificidade temática e temporal - localizei os trabalhos realizados por Heloísa Helena Meirelles dos Santos. Além da sua dissertação de Mestrado (2011a), identifiquei três artigos publicados em eventos científicos e mais um divulgado em

um meio eletrônico pessoal (blog). Nestes trabalhos a autora elege como objeto de estudo a Congregação da Escola Normal do Rio de Janeiro durante a segunda metade do século XIX.

Em a **Congregação da Escola Normal: da legitimidade outorgada à legitimidade (re) conquistada (1880-1910)**, dissertação de Mestrado defendida em 2011, Santos (2011a) trata, como está evidenciado no tema, da Congregação da Escola Normal do Rio de Janeiro. Objetivou investigar como esta Congregação se legitimou no cenário político-educacional nas décadas finais do século XIX e primeiros anos do século XX, uma vez que o poder que lhe era conferido fora extraviado depois que a Escola Normal foi extinta em 1888. Esta extinção gerou embates com o Governo, uma vez que os congregados reivindicavam a legitimidade. Tal legitimidade só foi (re) conquistada a partir da mudança do regime imperial para o republicano, quando Benjamin Constant Botelho de Magalhães, o professor mais antigo da Escola Normal do Rio de Janeiro, assumiu a direção do Ministério de Instrução Pública, Correios e Telégrafos. As iniciativas do professor Benjamin foram cruciais para que a Congregação voltasse a ter a sua autonomia e poder político perante o ideário republicano.

As análises feitas pela autora neste trabalho são resultados de alguns artigos que publicou, a exemplo dos quatro que localizei em acervos digitais de eventos científicos e pessoais. Para fundamentar tais pesquisas Santos (2008a; 2008b; 2011a; 2011b; 2009) adotou como categorias de análises os conceitos de teóricos como: Bobbio (1997), Bourdieu (2005; 2004), Foucault (1996), Gramsci (2007) e Viñao Frago (1995). Fez também uso de alguns clássicos da literatura brasileira, a saber, das obras de Aluísio Azevedo (1997), Machado de Assis (1994) e Veríssimo (1985).

A partir de tal fundamentação teórica e com base em fontes documentais como Leis, Decretos, Atas da Congregação, relatórios, Livro de Pontos, Correspondências e Livros de Exames, Santos (2011a; 2011b; 2009; 2008a; 2008b) respondeu às indagações acerca do seu objeto de estudo, enfatizando que o grupo de professores que compunham a Congregação da Escola Normal do Rio de Janeiro, perante algumas ressalvas - a exemplo dos embates travados entre eles - foram professores reivindicadores e políticos diante das questões educacionais as quais estavam imbricados. Estes aspectos, mesmo que sejam em espaços distintos, com uma ou outra observação, puderam ser identificados também na Congregação do Atheneu Sergipense, em que os partícipes deste órgão deliberativo, além de tudo, eram homens políticos e que buscavam defender seus diferentes pontos de vista, mesmo que em muitos momentos tenham sido divergentes, fato comum a todo tipo de instituição comandada por diferentes representantes.



Destarte, a partir do levantamento da bibliografia sobre o movimento de Congregações formadas em instituições de ensino do século XIX, me fez ver o quão escasso é o tema em Sergipe e em outros Estados brasileiros. A partir de trabalhos como este é possível obter uma infinidade de objetos correlacionados, perpassando por questões administrativas e pedagógicas, que vai de professor para aluno, de professor para professor, do Diretor ao secretário e vice-versa, do Diretor a professores e alunos, e dos alunos a quaisquer representantes. Assim como aconteceu com Heloísa Helena Meirelles dos Santos (2011a; 2011b; 2009; 2008a; 2008b), a análise que fiz das fontes documentais me abriu um leque de tantas outras possibilidades e que não se encerrarão por aqui.

#### 1.4 A ESTRUTURA DO TEXTO

O presente trabalho está dividido em três seções, além das considerações finais. A primeira seção corresponde à parte introdutória. Na segunda seção, intitulada “As Atas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense como vestígios das atividades desenvolvidas”, abordo a prática do uso das Atas como fonte para a História da Educação. Apresento, também, os primeiros partícipes da Congregação ao traçar os seus diferentes perfis. Em seguida, trato do conhecer o Atheneu Sergipense por meio do que era discutido nas pautas das reuniões; ponho também em destaque a questão da “assiduidade” dos membros nas sessões.

Na terceira seção “Das atribuições legais ao cumprimento”, apresento olhares sobre as questões legais, ou seja, aquilo que estava prescrito no Regulamento da Instrução Pública de Sergipe (1870) e que competia à Congregação. Mostro quais eram as atribuições demandadas a esse grupo de professores e o que era obedecido legalmente e imposto por eles mesmos na condição de intelectuais e membros da mesa administrativa. Em seguida, finalizo apresentando as considerações finais acerca da primeira Congregação do Atheneu Sergipense.

Portanto, essa estrutura dada ao texto tenta manter em evidência o meu objeto no decorrer das seções, esclarecendo debates concernentes à temática, permitindo, assim, traçar dados pertinentes sobre mais um elemento da história do Atheneu Sergipense, contribuindo, desta forma, para a História da Educação em Sergipe, como também, instigando outros pesquisadores a continuar seguindo esta linha de estudo.

## **2 AS ATAS DAS REUNIÕES DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE COMO VESTÍGIOS DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**

Um documento não é, portanto, neutro. Ele foi construído para atender a uma determinada finalidade, dentro de uma dada prática (entendida como ação, momento) e pertenceu/e a um determinado grupo, o grupo que o forjou, que o legitimou (ESQUINSANI, 2007, p. 104).

Trato esta segunda seção como um ponto-chave para o desenvolvimento desta pesquisa, uma vez que foi a partir das considerações obtidas neste momento inicial que me baseei durante todo o texto. Assim, para que questões posteriores pudessem ser debatidas, precisei encarar de antemão a fonte primordial deste estudo: as Atas da Congregação do Atheneu Sergipense durante o período compreendido de 1871 a 1875 (Ref. 481FASS01 – CEMAS).

A princípio, o meu interesse pessoal foi estudar o primeiro grupo de professores que compuseram as primeiras cadeiras do Atheneu Sergipense e, a partir daí, tratar sobre suas biografias. Porém, ao mesmo tempo, surgiram outras indagações que giram em torno de questões de caráter institucional, como: é possível biografar utilizando documentos que apenas expõe a vida profissional do biografado? Como atrelá-los ao funcionamento da instituição da qual faziam parte? Como correlacionar o momento histórico do Ensino Secundário sergipano às vidas destes personagens? Enfim, a partir destas perguntas que tomei outros rumos que não somente da biografia, apesar desta ser de grande relevância por fornecer informações válidas e que são expostas nesta seção.

Com isto, passei a analisar as Atas na construção do projeto para esta pesquisa<sup>10</sup>. Por meio delas notei pontos fundamentais que me levaram a “conhecer” cada um dos partícipes da primeira mesa administrativa formada, com base nos seus posicionamentos, intervenções, discussões e nível de importância na hierarquia posta. Então, qual outra fonte poderia me fornecer tantas informações sobre atividades desenvolvidas coletivamente e ao mesmo tempo individualmente, senão as Atas das reuniões? Sem querer tirar o brilho das demais fontes, como cadernetas, boletins, correspondências, ofícios etc, que também seriam de grande utilidade, porém, ao meu recorte temporal, somente o Livro de Atas (Ref. 481FASS01 - CEMAS) não foi corroído pelo tempo, permanecendo “intacto”, digitalizado e disponível no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS).

Finalizada a fase do rigor metodológico com a análise das Atas, passei a estruturar o meu texto. Assim sendo, nesta segunda seção busco apresentar como esse tipo de fonte vem sendo usada pela História da Educação; identificar os componentes da Congregação;

---

<sup>10</sup> Sobre o uso das fontes documentais, consultar Bacellar (2006).

Quanto ao uso das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, vale ressaltar que este documento embora apresente bom estado, é necessário que o pesquisador tenha alguns cuidados com o seu manuseio, assim como com outros tipos de fontes históricas. É indicado o uso de luvas cirúrgicas, máscaras e jalecos que o protejam de possíveis bactérias e fungos que podem causar sérios problemas dermatológicos. Outra atenção que precisei ter foi com relação à caligrafia dos secretários, uma vez que esses eram substituídos constantemente, assim como com a ortografia da época.

apresentar o Atheneu Sergipense por meio dos registros das reuniões; analisar os pontos de pauta discutidos e, por fim, apresentar o nível de assiduidade dos congregados.

## 2.1 O USO DAS ATAS COMO FONTE PARA A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Tratar das atas como uma fonte viável para o pesquisador histórico nos leva a pensar sobre os percalços desse minucioso e delicado trabalho, que exige do historiador atenção e dedicação tanto no tratamento das informações contidas nesses documentos, quanto no cuidado especial que deve ter no material que está usando, por se tratar de algo antigo e insubstituível. A pesquisa histórica que faz uso de atas exige do investigador um nítido foco nos seus objetivos, para que haja um correto entrelaçamento do que ele descobriu através da leitura desse documento e a realidade da época, a fim de que se possa, de fato, compreender e analisar a educação (SANTOS; ZANLORENZI; CORSO, 2012, p.139)<sup>11</sup>.

Ao encarar as Atas de reuniões como fonte documental, precisei ter como base as perguntas que as norteiam, como: Qual a funcionalidade e utilidade desses registros? Há fidelidade aos acontecimentos e falas dos atores envolvidos no momento em que se faz esse tipo de registro? Enfim, questões como essas foram paradoxais ao me debruçar sobre esse tipo de fonte, e é exatamente sobre esses pontos que trato no presente tópico.

O trato e uso das Atas como fonte, principalmente para a História da Educação, requer que se tenha como ponto de partida uma leitura anterior da instituição em foco. Passada essa revisão bibliográfica, inclinamo-nos à escolha dos objetos e fontes. Quanto à escolha dos objetos, esta deve ser permeada, primeiramente, por interesses pessoais do pesquisador, mas as fontes... Ah, as fontes... Estas deverão ser escolhidas criteriosamente, pois são elas que trarão respostas aos nossos problemas de pesquisa, por serem fragmentos de acontecimentos passados. Portanto, adotá-las requer cautela e só o pesquisador saberá se lhes servirão ou não. Uma fonte pode ter muito a “dizer”, outras nem tanto e há aquelas que nada “dizem” sobre o objeto em questão, mas pesquisar é justamente isso: uma procura incessante por fontes e documentos, e isto é o que torna o trabalho árduo, mas ao mesmo tempo instigante.

Selecionar, procurar e analisar fontes é uma prática constante na vida do historiador da Educação. E o meu foco aqui é o uso das Atas como fonte documental para a História da Educação. Partindo-se do princípio de que as Atas são consideradas, genericamente, como registros formais de reuniões, tomei como parâmetro a sua adoção por ser um espaço de

---

<sup>11</sup> Santos; Zanlorenzi e Corso (2012), apresentam um estudo tomando as Atas como fonte primária para a pesquisa na área da História da Educação, com base nas Atas de Exames e Visitas da escola pública de Iraty - PR.

discussões dos atores envolvidos numa determinada instituição, onde se emergiam as principais ideias e acontecimentos que circulavam dentro do estabelecimento – neste caso particular, do Atheneu Sergipense.

Por meio das Atas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, pude perceber indícios substanciais, como também superficiais dos principais assuntos abordados entre os representantes da instituição. Digo superficiais porque em vários momentos os redatores não registraram com profundidade sobre determinadas pautas, expondo apenas o tema e o resultado de alguns assuntos ou até mesmo se esquivando a eles (trato sobre esses exemplos nos tópicos seguintes). Nesta hora, o que poderá fazer o pesquisador? Primeiramente, deve ser “fiel” à fonte, mas inquietações serão inevitáveis devido a algumas escassezes de informações. Para que essas inquietações sejam amenizadas ou sanadas faz-se necessário a procura de fontes que a complementem, sejam elas documentais ou bibliográficas, uma vez que, como salienta Felgueiras (2005), “resgatar o passado plurifacetado da escola, produzido por diferentes actores sociais, exige um trabalho de elaboração e procura de fontes” (FELGUEIRAS, 2005, p. 88).

Deve-se sempre partir do princípio de que nenhuma fonte é completa, que trará todos os esclarecimentos precisos, por isto é indispensável a análise de documentos complementares. Documentos que venham suscitar questões que não foram encontradas a priori. A este complemento de informações é o que denomino de *paradoxo*<sup>12</sup>, por ver a necessidade de que uma fonte precisa de outras que a complementem, entrecruzem ou a confrontem. Essas inquietações que serão apresentadas ao pesquisador ao discorrer sobre a sua pesquisa é que se mostram “contrárias” as suas hipóteses iniciais, quer pela falta de informações ou pelas revelações que somente as fontes trarão.

É indiscutível que as Atas trazem dados importantes sobre o funcionamento de uma instituição – uma vez que é uma construção própria - por apresentar, sob a visão dos seus membros, a cultura que permeia internamente e as interferências externas à comunidade escolar, mas que a ela estão imbricadas. Podemos considerá-las um “retrato” das vivências escolares, sobre a relação dirigentes/dirigidos, professor/aluno, escola/sociedade, como também estratégias pedagógicas e administrativas dos membros em prol do bom funcionamento da instituição. Sem dúvida é uma fonte rica e que traz diversas temáticas para pesquisas.

---

<sup>12</sup> A *paradoxo* atribuo o sentido de contradição e/ou complemento de informações sobre determinado objeto. Neste caso específico, o “paradoxo” tanto equivale à necessidade de cruzamento com fontes secundárias, quanto aos desafios encarados pelos pesquisadores ao se debruçar em documentos como Atas de reuniões.

Considerando, pois, as Atas como fonte documental para a História da Educação, analisei as suas funcionalidades e utilidades para esta área do conhecimento. Já tratei de alguns pontos importantes ao adotar este documento, como também as precauções que o pesquisador deverá ter quanto a prováveis embelezamentos, uma vez que as Atas são, naturalmente, documentos embelezados. É salutar que tenhamos uma noção da funcionalidade e utilidade das Atas em diferentes períodos históricos. No meu caso, entender como elas eram consideradas nas últimas décadas do século XIX.

Conforme Rosimar Serena Siqueira Esquinsani (2007), as Atas são:

[...] potenciais documentos de valor jurídico, as atas têm a necessidade de consubstanciarem-se enquanto um fiel registro do que ocorreu na reunião (deliberações, decisões, discussões). Por outro lado, atas também podem servir como uma rica fonte documental, sobremaneira para a História da Educação. Dentro desta perspectiva, a ata é entendida como um lugar de memória (Nora, 1993) que, do ponto de vista científico, metodológico ou historiográfico, pode ser mais ou menos rigorosa, mas, ainda assim, um lugar de memória (ESQUINSANI, 2007, p.104).

Em conformidade a esta definição, os fragmentos localizados nas Atas das reuniões do Atheneu Sergipense são indispensáveis quando se trata de questões administrativas ou pedagógicas, por conservar a memória do estabelecimento, e o seu uso passou a ser influente a partir do momento que escolhi meu objeto de pesquisa. Sabia que ao me debruçar sobre esta fonte os “problemas” e inquietações surgiriam, mas ao mesmo tempo, a cada Ata analisada, passava a ser instigante pelas temáticas delas provenientes.

Quanto a sua utilidade e finalidade histórica é, sobretudo, registrar “fielmente” o acontecido, todas as discussões sobre as deliberações e decisões de acordo com todos os membros envolvidos, com base em resoluções democráticas – ou não - partindo sempre da maioria ou totalidade dos participantes, ou seja, por meio de consensos. A sua finalidade não tem mudado com o tempo, sabemos que permanece intacta, assim como o seu uso em instituições ou órgãos de diferentes origens.

Com isto, o uso das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense como fonte primordial para a presente pesquisa foi um componente imprescindível na busca dos objetivos aqui propostos. Uma vez que, conforme salientam Santos, Zanlorenzi e Corso (2012):

A fonte serve para o pesquisador como uma espécie de descoberta, através da qual ele irá aos poucos desvendar algo que em algum momento da história foi registrado e preservado. Um bom exemplo de fonte é a ata, documento que serve para registrar o que está acontecendo numa reunião e que geralmente fica por muito tempo esquecido, apesar de conter registros

de informações, fatos, situações que podem ter relevância ao longo da História (SANTOS; ZANLORENZI; CORSO, 2012, p. 133).

Portanto, eleger as Atas como fontes de um estudo possibilita, ao pesquisador, a oportunidade de averiguar quais as prioridades da instituição e a sua cultura por meio dos assuntos em pauta registrados, bem como, verificar as intenções e posições dos membros comprometidos com a ação educativa. Em vista disso, oferece informações e objetos de pesquisa diversos, e ao analisar os fragmentos contidos, o pesquisador conseguirá identificá-los e classificá-los de acordo com os seus propósitos e que com muita diligência poderá obter os resultados esperados.

## 2.2 QUEM ERAM OS PARTÍCIPIES DA CONGREGAÇÃO DO ATHENEU SERGIPENSE?

Assim que nasce, o sujeito empreende uma espécie de viagem rumo ao desconhecido, já que não sabe ainda quem é, mas vai descobri-lo pelas respostas que elabora às provocações da própria existência (NUNES, 2000, p. 547).

Antes de adentrar à sala de reuniões do Atheneu Sergipense e aos pontos de pauta discutidos, foi preciso identificar seus membros com base nas suas biografias. Este levantamento nominativo foi feito a partir das próprias Atas, uma vez que nelas estão contidas as assinaturas de cada partícipe. Após esta identificação nominal, elegi como fonte o Dicionário Biobibliográfico Sergipano elaborado por Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1925), o Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)<sup>13</sup> e outros trabalhos bibliográficos que reúnem dados das trajetórias de vida de personagens que marcaram a sociedade de Sergipe durante o oitocentos e primeiras décadas da República, personagens esses envolvidos tanto com a política e economia da época, como com a educação, possuindo este último grupo diversas procedências profissionais<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> Documento do Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01.

<sup>14</sup> Sobre as questões relacionadas ao ofício docente no século XIX consultar o trabalho de Fábio Alves dos Santos (2013). Esta pesquisa, desenvolvida para obtenção do título de Doutor em Educação – UFS – e intitulada **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século XIX**, tratou da relação entre ofício docente e a elite letrada no Brasil do século XIX, visando identificar e analisar o lugar ocupado pelas docências nas trajetórias de um determinado grupo, tomando como lócus a Província de Sergipe d' El Rey. Para tanto, tomou como fonte o Dicionário Biobibliográfico de Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1848-1924), e delimitou o período que vai de 1820 a 1920 (período que compreende a formação e atuação dos agentes em questão).

Assim, apresento o Quadro nominal demonstrativo dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense que atuaram durante o período delimitado (1871-1875), bem como as datas de nascimento e falecimento.

**Quadro 1- Primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense, 1871-1875<sup>15</sup>**

<b>Nomes</b>	<b>Período de atuação</b>
Manoel Luiz Azevedo D'Araújo (diretor)	1871 a 1875
Antônio Diniz Barreto	1871 a 1875
Geminiano Paes de Azevedo	1871 a 1875
Ignácio de Souza Valladão	1871 a 1874
Justiniano de Mello e Silva	1871 a 1874. E em 1896
Raphael Archanjo de Moura Mattos	1871 a 1890
Sancho de Barros Pimentel	1871 a 1883
Thomaz Diogo Leopoldo	1871 a 1873
Tito Augusto Souto de Andrade	1871 a 1875
Ascendino Ângelo dos Reis	1874 a 1877
José João de Araújo Lima	1874 a 1875
Pedro Pereira de Andrada	1874 a 1875
Brício Maurício de Azevedo Cardoso	1874 a 1875
Manuel Francisco Alves de Oliveira	1874

FONTE: Quadro elaborado a partir dos dados localizados no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 – CEMAS) e dos trabalhos de Alves (2005a).

A partir do Quadro 1 destaco os nove primeiros nomes: Manuel Luiz Azevedo D'Araújo (diretor da Instrução Pública e do Atheneu Sergipense) e os lentes Antônio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valladão, Justiniano de Mello e Silva, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel, Thomaz Diogo Leopoldo e Tito de Souto Andrade (verificar as assinaturas dos primeiros nove professores no Anexo A deste trabalho). Esses foram os primeiros nomes a preencherem o quadro de professores do Atheneu Sergipense no mesmo ano do início do seu funcionamento. Lima (1955), ao citar a criação do Atheneu Sergipense, referiu-se a este primeiro grupo como “[...] uma equipe de professores competentes” (LIMA, 1955, p. 59).

Pouco antes de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo deixar seu cargo de Diretor da instituição, professores foram substituídos e acrescentados, sendo eles: Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de Azevedo Cardoso e Manuel Francisco Alves de Oliveira (verificar as assinaturas dos últimos cinco congregados nos Anexos B, C e D deste trabalho).

<sup>15</sup> O Quadro 1 está organizado conforme o ano de entrada de cada membro no Atheneu Sergipense, observa-se que os nove primeiros nomes foram os que compuseram o primeiro quadro de professores, em 1871, os demais foram acrescentados a partir de 1874. Assim, neste caso, o período de atuação deu uma melhor organicidade ao Quadro, ao invés de outra ordem, a exemplo da alfabética.



Como dito anteriormente, o marco temporal compreende os anos da administração de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, sendo os primeiros quatro anos de funcionamento do Atheneu Sergipense, assim, foram selecionados aqueles que atuaram como lentes e participavam efetivamente nas reuniões da Congregação. Contudo, precisei ir à busca de dados das biografias de cada um, para assim, entender os seus posicionamentos e comportamentos administrativos e pedagógicos dentro da instituição, como também, identificar as suas redes de sociabilidade.

No entanto, não localizei os dados biográficos de todos os 14 participantes no Dicionário Biobibliográfico Sergipano (1925). Foi preciso recorrer a outros autores, porém, alguns congregados ainda permanecem “esquecidos” pela nossa historiografia, não sendo possível localizá-los nas fontes levantadas, sendo: Raphael Archanjo de Moura Mattos, Thomaz Diogo Leopoldo, José João de Araújo Lima e Pedro Pereira de Andrada. Sobre estes, são explanados os seus perfis profissionais ao decorrer do trabalho, uma vez que as suas atitudes dentro do Atheneu Sergipense podem descrever características das suas personalidades e trajetórias.

Ao biografar, sigo a lógica temporal de atuação dos intelectuais no Atheneu Sergipense, começando por aqueles que foram nomeados desde a abertura do Livro de Atas em 1871, para posteriormente tratar dos demais que foram sendo acrescentados já no final da direção de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, por volta de 1874. Apesar de alguns aparecerem em uma ou duas Atas, fez-se necessário selecioná-los, uma vez que deram suas contribuições nos desencadeamentos dos problemas e acontecimentos que afetavam o funcionamento da instituição. Assim, começarei por aquele que na hierarquia educacional possuía maior poder de decisão: o Diretor.

### 2.2.1 MANUEL LUIZ AZEVEDO D'ARAÚJO – O DIRETOR<sup>16</sup>

Nascido na cidade de Estância em 24 de novembro de 1838, filho de Antônio de Araújo Pimenta e D. Inez de Azevedo Araújo, Manuel Luiz Azevedo D' Araújo teve morte trágica e, para muitos, efêmera (com apenas 45 anos de idade, em 21 de outubro de 1883) em decorrência da morte do seu filho vítima de afogamento.

Recebeu o grau de Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife em dezembro de 1860, sendo nomeado em 7 de janeiro do ano seguinte para o

---

<sup>16</sup> Para conhecer outros aspectos da vida pessoal e profissional de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, consultar Nunes (1984), trabalho no qual a autora o denomina como o “Educador da Ilustração”.

cargo de promotor público da Comarca de Itabaiana, onde posteriormente assumiu o posto de juiz municipal, por Decreto de 15 de novembro do mesmo ano. Terminado seu quadriênio em 1865, passou a exercer a advocacia na cidade de Laranjeiras.

Após ter advogado em Laranjeiras, mudou-se para Aracaju dedicando-se à imprensa (redator chefe do *Jornal do Aracaju*)<sup>17</sup> e a outros cargos, como: Diretor da antiga Biblioteca Provincial e do extinto Asilo das Órfãs de Nossa Senhora da Pureza, Diretor da Instrução Pública da Corte em Sergipe e do Atheneu Sergipense, Diretor da Sociedade Propagadora da Instrução em Sergipe, professor gratuito da cadeira de História do Brasil do curso noturno instituído pela Sociedade Emancipadora “25 de março”, da qual foi sócio fundador e orador, sócio honorário da Associação Comercial do Aracaju, além de deputado provincial.

Em 1875, após ter assumido esses cargos na Província de Sergipe, transferiu-se para a Capital baiana. Segundo Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1925) este fato gerou descontentamentos e homenagens na imprensa sergipana:

... a imprensa sergipana lembrou em phrases do mais justo reconhecimento os assignalados serviços prestados a terra do seu nascimento na suprema direção da instrucção pública a que consagrou o melhor do seu tempo em estudos acurados, devendo-se á sua iniciativa o melhoramento do ensino e do professorado e a criação do “Atheneu Sergipense”. Foi ainda sob a sua fecunda iniciativa que se instituirão as conferencias literárias na capital da província (GUARANÁ, 1925, p. 212-213, grifo nosso).

Por meio da breve trajetória pessoal e profissional e dessa passagem localizada no Dicionário Biobibliográfico Sergipano, é notável o reconhecimento e contribuição de Manuel Luiz Azevedo de Araújo para a História de Sergipe e para a História da Educação. Homem dotado de um espírito de liderança, talentoso e conhecedor das teorias educacionais mais avançadas da época (NUNES, 2008, p. 111). Outros autores de renome também se referiram a Manuel Luiz com grande entusiasmo e reverência em suas obras, como: Calazans (1951) e Sebrão (1954).

Ao transferir-se para a Bahia, continuou exercendo cargos jurídicos e encarregado de atributos referentes à educação baiana, uma vez que era entendedor do assunto, por meio da experiência adquirida durante os anos que se manteve na direção da Instrução Pública de Sergipe. Em Salvador abriu escritório de advocacia, recebendo, em 1876, a nomeação de Oficial Maior da Secretaria da Assembleia Provincial. Durante esse tempo, foi encarregado da revisão do Regulamento da Instrução Pública local, solicitação feita pelo Presidente da

---

<sup>17</sup> Manuel Luiz Azevedo D’Araújo redigiu o *Jornal do Aracaju* entre os anos de 1870 a 1874, no qual tratava de assuntos educacionais, políticos e econômicos da Província.

Província. Continuou também fazendo publicações e redigindo jornais, exercendo, desta forma, influência no campo educacional brasileiro, e que para Santos (2013c), “tanto em Sergipe como na Bahia foi um prolífico publicista, defendendo constantemente a perspectiva sobre a instrução pública de seu grupo político” (SANTOS, 2013c, p. 97).

Assim, por meio das fontes consultadas, percebi o quanto Manuel Luiz Azevedo D’Araújo se imbricou com os acontecimentos e fatos políticos, sociais, econômicos e principalmente educacionais, fazendo perceber a sua trajetória diante das suas decisões e posicionamentos. Foram quatro anos assumindo o posto de Diretor da Instrução Pública e redator do *Jornal do Aracaju* (1870-1874), fato que lhe garantiu um lugar na História da Educação sergipana.

### 2.2.2 ANTÔNIO DINIZ BARRETO

Nasceu no Engenho Pedras – município de Capela – no dia 4 de novembro de 1821 e faleceu em Aracaju no dia 9 de maio de 1886. Filho do coronel Antônio Diniz Barreto e Tereza de Vasconcelos Barreto, e casado com Maria Engrácia Ramos Barreto.

Fez o Curso de Humanidades obtendo um excelente aproveitamento, “atraindo-lhe de preferência as belezas da língua de Virgílio, cujos segredos conseguiu desvendar com rara proficiência, tornando-se desde então um provecto latinista” (GUARANÁ, 1925, p. 36). Em 22 de abril de 1841, aos 20 anos, foi nomeado para ministrar a cadeira de Latim em Itabaiana. Posteriormente dedicou-se a essa mesma cadeira em Aracaju no Curso Normal do Atheneu Sergipense. Lecionou até completar o tempo determinado pela Lei para a magistratura. A sua longa dedicação ao magistério lhe consagrou entre os intelectuais da época.

Além de professor, foi eleito, no último período da sua carreira, Diretor da Instrução Pública, nomeado em 27 de julho de 1880. Deu a sua contribuição também para a imprensa local, escrevendo poemas satíricos, utilizando em todas as publicações pseudônimos. Escreveu também:

- *Relatório* sobre o estado da Instrução Pública e particular da Província apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Luiz Alves Leite de Oliveira Bello, Presidente da Província.
- *Anexo ao Relatório*, entregue e aberto também ao Presidente em 4 de março de 1881.
- *Palestras joco-sérias*: poesias humorísticas e inéditas. Foi recomendado por Antônio Diniz Barreto que esse volume fosse divulgado no *Democrata* em 1884, contudo, não chegou a ser publicado.

- *Sons e tons*: poesias póstumas mandadas publicar por sua viúva. Foi publicado no jornal *Eco Liberal* em 1886, contendo 114 páginas.

Desta forma, com este esboço biográfico sobre Antônio Diniz Barreto, é vista a carência de maior aprofundamento sobre os seus escritos e contribuições para a Instrução Pública sergipana, por ter sido um intelectual notável e influente entre os seus pares.

### 2.2.3 GEMINIANO PAES DE AZEVEDO

Nasceu em São Cristóvão no dia 17 de março de 1837 e faleceu em Aracaju no dia 23 de março de 1915. Filho de Manoel Paes de Azevedo e Josefa Narcisa Gomes de Azevedo. Fez o Curso de Humanidades na sua terra natal no colégio do Padre José Gonçalves Barroso. Passada essa etapa, iniciou a sua carreira em 1855, atuando como escriturário da secretaria da Assembleia Provincial, permanecendo no cargo até 1863.

Após a sua atuação como escrevente, tornou-se professor particular em Aracaju. Durante o período de 1862 a 1864 ministrou as aulas de Francês, Geografia e História do Liceu Público de São Cristóvão no curso noturno e na Escola Normal Tobias Barreto e Gumercindo Bessa. Atuou também como camarista e presidente interino da Câmara Municipal de Aracaju e membro efetivo do Conselho Superior da Instrução Pública.

No dia 24 de outubro de 1870, foi nomeado professor da cadeira de Francês do Atheneu Sergipense, começando os trabalhos em janeiro do ano seguinte, permanecendo no cargo até 1909, sendo jubulado<sup>18</sup> a pedido, depois de ter lecionado durante 38 anos seguidos, e contribuído para a formação de gerações. Conforme salienta Santos (2013c) ao referir-se a Geminiano Paes de Azevedo e a sua atuação no Atheneu Sergipense:

O lugar social que soube construir e ocupar deve ter sido determinante ao ser provido na cadeira de Francês do Atheneu Sergipense quando de sua implantação. Fazer parte do quadro docente daquela instituição de ensino foi o ponto alto de sua atuação como professor [...] (SANTOS, 2013c, p. 99).

Enquanto atuou no Atheneu Sergipense, chegou a ser nomeado Diretor da instituição entre os anos de 1898 a 1901. E que, segundo Guaraná (1925):

Como diretor do Atheneu Sergipense [...] deu a maior prova de independência de caráter, demitindo-se por causa de uma repreensão dirigida em ofício pelo Presidente do Estado à Congregação daquele

---

<sup>18</sup> Sobre a jubilação de professores em Sergipe no século XIX, ver o trabalho de Freitas (2003).

estabelecimento, não tendo sido este o único exemplo de dignidade pessoal dado no decorrer da sua vida pública (GUARANÁ, 1925, p. 196).

Assim, Geminiano Paes de Azevedo se consagrou no cenário educacional e social de Sergipe. Além desses cargos mencionados, exerceu a função de jornalista e poeta, colaborando em jornais que circularam desde 1862, como *Lira Sergipana* e *Parnaso Sergipano*, nos quais publicava poesias e traduções de romances franceses. Assim, corroborando com o que diz Lima (1955), “[...] Geminiano Paes de Azevedo esteve envolvido com a cultura em nossa terra” (p. 19). Em vista disso, é visível a sua contribuição para a Instrução Pública sergipana.

#### 2.2.4 IGNÁCIO DE SOUZA VALLADÃO

Escrever sobre a biografia do Professor Ignácio de Souza Valladão mostra-se por ora uma espécie de “enigma” pela falta de trabalhos que apresentem dados sobre a sua trajetória pessoal. As informações que colhi são referentes à sua vida profissional. No Dicionário Biobibliográfico Sergipano (1925) não consta a biografia deste intelectual, uma vez que trata somente de personagens que nasceram em Sergipe. Sendo assim, recorri a outras fontes bibliográficas, extraíndo alguns dados dos trabalhos de Rodrigues (2013) e Calazans (1951), em que ambos apresentam fragmentos norteadores da vida deste personagem.

A princípio, não foi possível localizar sua data de nascimento e falecimento nem mesmo os nomes dos seus progenitores, apenas sabe-se que proveio da Província da Bahia, lá pelas redondezas de Porto das Redes e faleceu na cidade do Rio de Janeiro. Em meados de 1855 desembarcou em Sergipe – em São Cristóvão - para substituir o professor Antônio Rodrigues de Souza Brandão<sup>19</sup> na cadeira de primeiras letras para meninos, uma vez que este se encontrava de licença. Permaneceu neste cargo substitutivo por um ano, sendo transferido para Aracaju.

Em Aracaju continuou ministrando aulas no ensino primário e, durante esse período, recebeu a visita de Dom Pedro II em suas aulas, colhendo as considerações do Imperador, tanto sobre as suas aulas e caligrafia como os resultados que obteve ao arguir os alunos, tais

---

<sup>19</sup> “Filho do professor José Domingues de Souza Brandão e sua mulher, D. Ana do Sacramento, nasceu na cidade de São Cristóvão no dia 27 de julho de 1831 e faleceu no Aracaju, a 3 de abril de 1903. Estudou Humanidades no antigo Liceu da cidade natal, onde, concluindo o respectivo curso, foi professor público do Ensino Elementar” (GUARANÁ, 1925, p. 61).

considerações não foram favoráveis<sup>20</sup>. Segundo José Calazans (1951), além dessas impressões feitas pelo Imperador, Ignácio de Souza Valladão era um homem doente, apresentando constantemente atestados médicos e pedidos de licença. Estes fatos negativos a respeito da atuação do professor me levam a indagar como, mesmo com a avaliação não favorável do Imperador sobre as suas aulas e constantes pedidos de licença, Ignácio de Souza Valladão não teve a sua carreira interrompida, ganhando espaço também no Ensino Secundário sergipano? A falta de fontes faz com que esta questão não seja respondida neste estudo, mas que carece atenção. Com isto, mostra-se como um objeto instigante justamente pelas indagações dele provenientes.

Em 1871 é nomeado o primeiro professor da cadeira de Pedagogia do Atheneu Sergipense, permanecendo no cargo até 1874. E em 1881 substituiu Tito Augusto Souto de Andrade na direção da Escola Normal de Sergipe. Pelos dados localizados, muitas perguntas surgiram, como por exemplo: Como, apesar das considerações feitas pelo Imperador, Ignácio de Souza Valladão tornou-se o precursor da cadeira de Pedagogia do Atheneu Sergipense, uma instituição de ensino tão desejada e prestigiada? Conforme as reflexões de Rodrigues (2013):

O professor Ignácio de Souza Valladão em muitos momentos foi criticado, mas também reconhecido, uma vez que muitos cargos lhe foram confiados. Entretanto, a partir dos dados pesquisados, a ideia de que o mesmo era um professor um tanto despreocupado com os assuntos relacionados à sua profissão é evidente [...] Desse modo, Ignácio de Souza Valladão embora tenha sido considerado um homem doente, pois por muitas vezes estaria coberto de atestados médicos, vindo a ausentar-se das suas aulas, é perceptível que ele marcou a história inicial do Curso Normal do Atheneu Sergipense e da Escola Normal, quando esta passou a funcionar com direção própria. Assim, este professor possuía experiência no ensino de primeiras letras, configurando-se em um dos principais docentes do Estado de Sergipe durante o século XIX (RODRIGUES, 2013, p. 25).

Portanto, mesmo com os contratempos e críticas existentes na vida profissional e ausência de dados referentes à sua vida pessoal, Ignácio de Souza Valladão hoje é considerado parte integrante da história do ensino secundário sergipano, e a sua entrada no

---

<sup>20</sup> Segundo o Imperador Dom Pedro II: “Aula publica de meninos de Ignácio de Souza Valladão – mart. 86 o livro de matriculas não parece bem feito, mas a letra do professor é sofrível.” E sobre o desempenho dos alunos, considerou: “1º lê sofrivelmente – grammatica muito atrasado, não sabe dividir tendo errado toda a conta. Desde 19 de fevereiro de 1859 aqui tendo já estudado 10 meses em Sergipe. 2º lê mal: grammatica apenas começou – este que é o melhor divide bem; mas vagarosamente, e não se lembra da prova real da divisão. Doutrina mal sabem as rezas e o professor está muito mal. Letra dos meninos pior que a das meninas” (Diário do Imperador Pedro II, 1865, p. 67). Fonte disponível no Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

Atheneu Sergipense foi o ponto de partida para uma reconfiguração do seu trabalho enquanto docente.

### 2.2.5 JUSTINIANO DE MELLO E SILVA

Nasceu em Laranjeiras-SE no dia 8 de janeiro de 1853, Justiniano de Mello e Silva, filho do casal Félix José de Mello e Silva e Maria Alexandrina de Mello e Silva. Nas terras laranjeirenses iniciou a sua educação literária, indo concluí-la em Pernambuco.

Em 1871 retorna a sua terra natal. No mesmo ano do seu regresso à Sergipe é nomeado professor da cadeira de Gramática e Tradução da Língua Inglesa do Atheneu Sergipense. No Dicionário Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925) consta que Justiniano de Mello e Silva ocupou este cargo através de concurso. Porém, vale ressaltar que os primeiros professores que preencheram as cadeiras do Atheneu Sergipense no primeiro ano do seu funcionamento foram todos *nomeados sem concurso* pelo Presidente da Província<sup>21</sup>.

Com a sua saída do Atheneu Sergipense em 1874, e por motivo de moléstia – não especificada nas fontes –, Justiniano de Mello e Silva fez uma excursão pelo Rio Grande do Sul. Em 1875 recebeu o grau de Doutor em Ciências Sociais na Faculdade de Córdoba, na Argentina. Voltando ao Rio de Janeiro nesse mesmo ano, foi nomeado Secretário do Governo do Paraná por Decreto de 8 de setembro. A partir daí iniciou a sua carreira na política.

No Paraná lecionou várias disciplinas no Instituto Paranaense, sendo nomeado lente de Pedagogia da Escola Normal e eleito deputado provincial em quatro legislaturas. Ter se dedicado à formação de normalistas e à política por tantos anos na cidade de Curitiba o tornou um homem de prestígio e reconhecido na Província do Paraná, resultado das suas ações educativas, políticas e jornalísticas.

Mas a sua passagem em terras paranaenses chega ao fim, quando, em 1896, decide voltar à sua terra natal. Regressando a Sergipe, retomou o seu posto de professor no Atheneu Sergipense, desta vez ocupando a cadeira de História Universal e Civilização. Sobre o seu regresso, as fontes consultadas no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS)- não me valeram de indícios precisos, pois ao consultar o Livro de Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS) deste ano não localizei registros do seu retorno,

---

<sup>21</sup> Conforme o trabalho de Teles (2009) e os fragmentos localizados no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (Ref. 481FASS01 – CEMAS) o primeiro concurso realizado na instituição foi para a cadeira de História e Geometria no ano de 1875, o que invalida a informação fornecida no Dicionário Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925).

nem mesmo a sua assinatura nas páginas correntes das reuniões realizadas no período correspondente. Tal informação foi validada ao consultar Alves (2005a) e Guaraná (1925).

Além de ser um professor e político reconhecido no Paraná e em Sergipe, a história do jornalismo também agradece a sua contribuição, pois ao longo da sua trajetória intelectual redigiu vários jornais e revistas, dentre eles:

- 1870 – “*A Crença*”, um jornal literário da cidade de Recife, no qual contou com o apoio e participação de Sílvio Romero;
- 1876 – “*25 de Março*”, órgão do Partido Conservador de Curitiba;
- 1877/1878 – “*O Paranaense*”, órgão também do Partido Conservador e com publicações periódicas;
- 1888/1890 – “*Jornal do Comércio*”, redigido também no Paraná;
- 1893 – “*Revista Azul*”, em conjunto com J. D. Pernetá (Curitiba).

Escreveu também<sup>22</sup>:

- Considerações do intelectual sobre a fundação do Atheneu Sergipense na sessão solene da sua abertura. Tal pronunciamento foi publicado no *Jornal do Aracaju* no dia 12 de fevereiro de 1871;
- Discurso pronunciado no Gabinete Literário Sergipano no dia 5 de junho de 1871 (*Jornal do Aracaju*);
- *Cartas à mocidade: a história*. (*Jornal do Aracaju*, 6 de abril de 1872);
- *Nova luz sobre o passado. Quêda dos mysterios históricos*. Aracaju, 1905<sup>23</sup>.

Com isto, Justiniano de Mello e Silva tornou-se um jornalista, educador, poeta e político, lutando pelas causas educacionais que publicava nos jornais que redigiu ou com os discursos que proferiu, tornando-os públicos em vários veículos de informação, como o *Jornal do Aracaju* e *O Estado de Sergipe*. Assim, ter pesquisado sobre este intelectual é um ensaio de mais um fragmento da Congregação do Atheneu Sergipense no seu momento de consolidação e tentativas.

---

<sup>22</sup> A lista com os escritos de Justiniano de Mello e Silva foi visualizada e retirada do Dicionário Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925).

<sup>23</sup> Este trabalho é um opúsculo no qual Justiniano anuncia pontos importantes sobre questões históricas. Esta obra foi publicada no jornal *O Estado de Sergipe* entre 21 e 30 de novembro de 1905. Em 1906, reedita este trabalho e o transforma em livro, publicando-o no Rio de Janeiro (GUARANÁ, 1925).



### 2.2.6 TITO AUGUSTO SOUTO DE ANDRADE

Tito Augusto Souto de Andrade foi um dos nomes não biografados por Guaraná (1925), mas foi possível encontrar alguns dados no trabalho de Jackson da Silva Lima (1955). Ao pesquisar sobre as cadeiras de Filosofia criadas em Sergipe entre os anos de 1871 a 1926, este autor sergipano fez algumas ponderações a respeito do então congregado. Não foram dados da sua vida pessoal, mas profissionais que antecederam a sua entrada no Atheneu Sergipense, e que, por este motivo, carece algumas análises.

Em 1854, por meio da Resolução nº389, de 21 de junho, foi criado o Internato de Laranjeiras, e que conforme Lima (1955),

[...] agregado às Cadeiras de Geografia e História, foi nomeado, por concurso, o professor Felismino Canuto Faro, como seu primeiro regente, por provisão de 5 de fevereiro de 1855. Nesse mesmo ano, morre o referido mestre, vítima do cólera-morbo, epidemia que grassou na província, de maneira violenta. É provido, então, nessa Cadeira, por Carta de 9 de fevereiro de 1856, o professor **Tito Augusto Souto de Andrade**. Quatro dias depois (13 de fevereiro de 1856), o novo titular comunica por ofício ao Presidente da Província haver, naquela data, tomado posse da “Cadeira de Filosofia, Geografia e História do Colégio Público de Laranjeiras” perante a Câmara Municipal, tendo em vista que o estabelecimento se encontrava fechado e o Diretor ausente (LIMA, 1955, p. 38, grifo nosso).

Com isto, antes da sua entrada no Atheneu Sergipense, o Professor Tito Augusto Souto de Andrade foi nomeado para lecionar, em 1854, no Internato de Laranjeiras as cadeiras de Geografia e História, cargo que ocupou devido a morte do primeiro regente. Porém, quatro dias após esta nomeação, comunicou a posse das cadeiras de Filosofia, Geografia e História do Colégio Público de Laranjeiras.

Em 1859, por meio da Resolução nº 575 de 9 de julho, o Internato é extinguido e Tito Augusto Souto de Andrade é removido das cadeiras de Filosofia e Geografia para a cadeira de Geometria, disciplina que posteriormente assumiria no Atheneu Sergipense. Um ano após o fechamento do Internato e, ocupando as cadeiras avulsas de Filosofia, Geografia e Geometria em Laranjeiras, as aulas do Prof.º Tito receberam a visita e considerações do Imperador Dom Pedro II em sua passagem por Sergipe. Conforme Lima (1955),

Quando de sua passagem por Laranjeiras, na visita que fez a Sergipe em janeiro de 1860, o Imperador Dom Pedro II, de acordo com as anotações do seu Diário, constatou a existência de quatro alunos matriculados na aludida Cadeira, dos quais arguiu os dois presentes, anotando que ambos “respondem sofrível sobre filosofia”, e que o Profº Tito Augusto Souto de

Andrade (que, também, acumulava a Cadeira de Geografia) não tinha “ideia muito exata sobre a parte astronômica” (LIMA, 1955, p. 39).

Este trecho apresentado por Lima (1955) remeteu às impressões feitas por Dom Pedro II também às aulas de Ignácio de Souza Valladão, já tratado anteriormente. Com isto, mais indagações surgiram a respeito destes dois professores. Tanto Tito Augusto Souto de Andrade quanto Ignácio de Souza Valladão foram criticados pelo Imperador antes de adentrarem ao quadro docente do Atheneu Sergipense. Daí surge a seguinte pergunta: Como estes professores, avaliados “negativamente” chegaram, posteriormente, a ocupar as cadeiras de tão renomado estabelecimento de ensino secundário?

Além da impressão de Dom Pedro II sobre os alunos e aulas de Tito Augusto Souto de Andrade, localizei, nas Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS), que ele fora o congregado menos assíduo às reuniões, conforme pode ser visualizado no Quadro 7 deste trabalho. Assim, este intelectual, tanto pela escassez de trabalhos que o citam quanto pelas críticas que recebeu referente à sua atuação profissional, torna-se um instigante objeto de posteriores estudos.

No que concerne à atuação do professor no Atheneu Sergipense, Lima (1955, p.39) afirma que Tito Augusto Souto de Andrade foi designado, interinamente, professor da Cadeira de Filosofia da instituição em 1870, de acordo com o que rezava o Regulamento de 24 de outubro daquele ano. Porém, em fevereiro de 1871, a regência da disciplina passou a ser de Sancho de Barros Pimentel, cargo que o autor diz ter sido conquistado através de concurso público. Entretanto, de acordo com as fontes, foi possível provar que não houve concurso público para professores no primeiro ano de funcionamento do Atheneu Sergipense, todos foram nomeados pelo Governo sem esse método de recrutamento. Diante disto, posso afirmar que muitas são as interrogações sobre o desempenho e atuação do congregado Tito Augusto Souto de Andrade, assim, suscetível a variadas interpretações e hipóteses.

#### 2.2.7 SANCHI DE BARROS PIMENTEL

Nome citado no subitem antecedente. Não localizei dados biográficos deste intelectual no Dicionário Bibliográfico Sergipano (1925), assim, as análises que realizei, também foram a partir da obra “Estudos Filosóficos em Sergipe” de Jackson da Silva Lima (1955) e das Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (Ref. 481FASS01 – CEMAS).

Além de ter afirmado que Sancho de Barros Pimentel recebeu o título vitalício de professor da Cadeira de Filosofia do Atheneu Sergipense por meio de concurso público em

1871, fato que já esclareci com base nas fontes documentais e bibliográficas, Lima (1955) acentua que o aludido congregado manteve-se na cátedra até 1883, quando foi exonerado a pedido, por despacho e portaria de 27 de julho do mesmo ano e que, durante a sua regência, teve alguns afastamentos temporários, ora para tratamento de saúde, ora como congressista da Assembleia Geral. O teórico cita como exemplos os seguintes casos:

Por doença, foi substituído pelo Dr. José João de Araújo Lima, desde 4 de fevereiro de 1876 (licença de três meses), e por Brício Cardoso, da Cadeira de Retórica e Poética, a partir de 30 de maio de 1877, numa licença de seis meses concedida pela Resolução nº 1081, de 11 do dito mês e ano. Em virtude de tomar assento no Parlamento Nacional, teve como substitutos os professores Tito Augusto Souto de Andrade, da Cadeira de Aritmética e Álgebra, por ato presidencial de 13 de março de 1879; Manoel Francisco d'Oliveira, da Cadeira de Religião da extinta "Escola Normal", adido ao "Atheneu Sergipense", em abril de 1881; Dr. Prazeres, em dezembro do mesmo ano; Belizário Pereira de Vasconcelos, por ato governamental de 4 de abril de 1882; Luiz Carlos da Silva Lisboa, da Cadeira de Pedagogia, por resolução do dia 20 desse mesmo mês e ano (LIMA, 1955, p. 84).

Por meio das Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS), durante o período que analisei, quatro foi o número de faltas do Professor Sancho de Barros Pimentel às sessões, conforme apresento no Quadro 7 deste trabalho. As causas das faltas não foram transcritas em Atas, embora o professor tenha encaminhado ofícios em todas as vezes que precisou se ausentar. Embora Lima (1955) enfatize os constantes afastamentos de Sancho, as Atas me conduziram também a outras impressões sobre o congregado, como por exemplo o fato dele ter sido um dos professores mais votados a compor as bancas examinadoras dos Exames Anuais do Atheneu Sergipense no ano de 1871. Assim, nota-se que este intelectual pode oferecer diversas controvérsias sobre a sua atuação enquanto docente, e que só estudos e pesquisas mais aprofundados me fariam ser mais precisa, mas esta é uma questão futura.

#### 2.2.8 ASCENDINO ÂNGELO DOS REIS

Mais um São-cristovense. Nasceu no dia 20 de abril de 1852, filho de João Francisco dos Reis e Rosa Florinda do Amor Divino. Foi à Província da Bahia em busca da sua formação, lá, enquanto estudava na Faculdade de Medicina, simultaneamente, ministrava aulas. Tanto como professor ou aluno obteve bons resultados tornando-se Doutor no início do ano de 1874.

Após ter se formado em Medicina retorna a Sergipe, passando a residir em Aracaju. No Dicionário Biobibliográfico Sergipano (1925) não especifica o ano em que Ascendino

Ângelo dos Reis ingressa no Atheneu Sergipense, mas, através das Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS), foi possível identificar a sua presença na instituição a partir da reunião realizada no dia 31 de janeiro de 1874, permanecendo, ininterruptamente, até 1877 como lente da cadeira de Inglês e História e delegado especial dos Exames de Preparatórios.

Durante o período em que esteve integrado ao corpo docente do Atheneu Sergipense, foi nomeado também tenente do Corpo de Saúde por Decreto de 13 de fevereiro de 1875 e auxiliou na guarnição até 1885. Em 1879 ocupou o posto de diretor do “Parthenon Sergipense”<sup>24</sup>, e até a sua mudança para São Paulo - em 1886 – foi professor de História da Escola Normal e médico gratuito do Asilo de Nossa Senhora da Pureza e do Corpo de Polícia. Em São Paulo exerceu os cargos de capitão, cirurgião, major e médico por merecimento e reconhecimento dos trabalhos que desenvolvera.

Em 1889, ainda em São Paulo, recebeu o grau de bacharel pela Faculdade de Direito. Mesmo com a obtenção desse novo título, salienta Guaraná (1925) que Ascendino Ângelo dos Reis, “[...] Nem por ter conquistado mais um título científico abandonou o magistério, que sempre foi a carreira de sua predileção” (GUARANÁ, 1925, p. 75). Como prova disso, foi nomeado via concurso – em 1907 - lente das cadeiras de Geografia Geral, Corografia do Brasil e Cosmografia da Escola Normal Secundária paulista, sendo exonerado por Decreto de 5 de fevereiro de 1914 por ter sido nomeado “lente catedrático da 2ª cadeira do 1º ano do curso geral da Faculdade de Medicina e Cirurgia daquele Estado, em cuja capital tem seu consultório médico” (GUARANÁ, 1925, p. 75).

Mesmo com a sua dedicação à Medicina e ao magistério sobrou-lhe tempo para escrever periódicos, dissertações e discursos acerca das suas variadas formações e que foram publicados em jornais que circulavam na época, a exemplo do *Jornal do Comércio* e *Gazeta do Aracaju*. Outras obras também foram publicadas em São Paulo e na Bahia. Assim, estando ele na condição de médico ou professor contribuiu para a história dos Estados onde residiu, garantindo o seu lugar na História da Medicina e da Educação brasileira.

---

<sup>24</sup> Colégio inaugurado em nove de fevereiro de 1879 e que oferecia a instrução secundária. Ao historiar a trajetória da cadeira de Filosofia no ensino privado em Sergipe, Jackson da Silva Lima (1955) ilustra a fundação do “Parthenon Sergipense”, destacando que era de propriedade de Ascendino Ângelo dos Reis, e que esteve sob a regência do Professor Brício Cardoso “[...] estreitamente ligado ao catolicismo ortodoxo e ao Padre Olímpio de Souza Campos, também lente catedrático do Atheneu Sergipense [...]” (LIMA, 1955, p. 93-94).

### 2.2.9 BRÍCIO MAURÍCIO DE AZEVEDO CARDOSO

Também Estanciano, nascido no dia 9 de julho de 1844 e filho Joaquim Maurício Cardoso<sup>25</sup> e Joanna Batista de Azevedo Cardoso. Iniciou a sua vida escolar no Curso de Humanidades na cidade onde nascera, mas o concluiu na capital da Bahia no “Ateneu Baiano”, no qual esteve em contato com os preceitos da Filosofia, cursando também as aulas do Seminário da Arquidiocese.

Retornando à sua cidade natal, atuou como professor substituto da cadeira de Geometria e das primeiras letras. Em 1870, ainda em Estância, foi nomeado professor público do ensino primário superior, sendo removido em 1874 para a cadeira de Retórica e Poética do Atheneu Sergipense. Durante o período que esteve em exercício nesta instituição de ensino secundário (até 1877), regeu também as cadeiras de Gramática Filosófica, Português e Língua Vernácula<sup>26</sup> e, neste mesmo tempo, simultaneamente, assumiu a direção da Escola Normal de ambos os sexos – permanecendo no posto até 1879.

Dada a sua entrada e permanência no Atheneu Sergipense, acentuou Lima (1955) sobre a vertente constituída por Brício Maurício de Azevedo Cardoso, em conjunto com os demais professores da instituição:

De par com o Dr. Sancho de Barros Pimentel, lente da Cadeira de Filosofia, e outros mestres renomados daquele estabelecimento de ensino, Brício Cardoso constituirá a vertente laica mais importante da nova elite intelectual sergipana, toda ela engajada no pensamento tradicionalista católico conservador (LIMA, 1955, p. 60-61).

Com isto, em seguida, contando 42 anos de magistério solicitou a sua jubilação e, que de acordo com Guaraná (1925), foram anos de “[...] bons serviços, no desempenho dos quais sempre demonstrou grande competência e o alto valor dos seus conhecimentos pedagógicos” (GUARANÁ, 1925, p. 94). Durante o seu duradouro percurso na docência não atuou somente no setor público, mas também privado, tanto em Sergipe como na Bahia. Mas a sua atuação não foi apenas no magistério, na política exerceu o cargo de Deputado provincial durante os anos de 1878 a 1879 e, com o advento da República, foi integrante da primeira Assembleia

---

<sup>25</sup> Professor de Matemática e Geografia do “Externato Provincial” da cidade de Estância, onde residira (GUARANÁ, 1925).

<sup>26</sup> Sobre a atuação do professor Brício Cardoso na cadeira de Língua Portuguesa do Atheneu Sergipense, consultar as dissertações de Gally (2004) e Santos (2010), como também o trabalho de Rezende (2013).

Constituinte e eleito membro do Conselho Municipal de Aracaju e Secretário do Estado nos governos do General Valadão<sup>27</sup> e Martinho Garcez<sup>28</sup>.

Ponto em comum entre os intelectuais já apresentados, Brício Cardoso também deu a sua contribuição ao jornalismo sergipano e baiano, colaborando e redigindo jornais comerciais e estudantis, como: *Correio de Alagoinhas*, *Sul de Sergipe*, *Jornal do Comércio*, *O Guarani*, *O Tempo*, *Correio de Aracaju*, *O Farol*, *A Colmeia*, *Necydalus*, *Diário da Manhã*, dentre outros que circularam no período em que esteve em exercício. Além de publicações constantes nos jornais, escreveu e proferiu diversos discursos e obras<sup>29</sup> que hoje o consagraram, lhe garantindo um lugar de destaque na História política, social e educacional de Sergipe.

#### 2.2.10 MANUEL FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA

Conterrâneo de Justiniano de Mello e Silva, Manuel Francisco Alves de Oliveira também nasceu em Laranjeiras/SE no dia 10 de dezembro de 1849 e faleceu em Aracaju em 25 de janeiro de 1916. Filho de Francisco Alves de Oliveira e Thereza de Jesus e Oliveira. Em 1869, migrou da sua terra para a Bahia a fim de cursar Ciências Eclesiásticas no Seminário de Santa Thereza da Bahia, formando-se em 1874. No mesmo ano de conclusão do curso decidiu voltar a Sergipe por motivo de força maior, uma vez que o Arcebispo do qual recebia as Ordens Sacras viera a falecer, assim, resolveu também abandonar a carreira de eclesiástico<sup>30</sup>.

<sup>27</sup> Manuel Prisciliano de Oliveira Valadão nasceu no dia 4/1/1849 em Vila Nova e faleceu na Capital Federal em 10 de novembro de 1921. Filho de José Manuel de Oliveira e Maria José de Oliveira Valadão. Foi Presidente de Sergipe durante o biênio 1894 a 1896. Em 28 de julho de 1896, renunciou a presidência sem ter completado os dois anos de mandato. Mais tarde, em 1903 a 1904, foi eleito deputado federal e, em 1906 a 1908 foi novamente reeleito ao cargo, mas tal mandato foi interrompido em 1907 por ter sido nomeado para ocupar o cargo do Monsenhor Olímpio Campos, uma vez que esse viera a falecer. O General Valadão, assim como ficou conhecido, exerceu vários outros cargos que podem ser consultados no trabalho de Guaraná (1925).

<sup>28</sup> Martinho César da Silveira Garcez nasceu em 30/11/1850 no Engenho Comendaroba, município de Laranjeiras. Filho do Desembargador Manoel de Freitas César Garcez e Clara Júlia da Silveira Garcez. Coursou os estudos Preparatórios no Rio de Janeiro e recebeu o título de Bacharel na Faculdade de Direito do Recife, em 1872. Em 1874 retorna a sua terra natal onde é nomeado Promotor Público da Comarca de Laranjeiras. Atuou como deputado provincial de Sergipe entre os anos de 1874 a 1875; Presidente do Estado durante o período de 1896 a 1899 e senador federal de 1900 a 1908. Enquanto exerceu seus variados cargos políticos, atuou também como jornalista e advogado, proferindo diversos discursos na imprensa local sobre política, advocacia e educação (GUARANÁ, 1925, p. 423-424).

<sup>29</sup> Consultar o Dicionário Biobibliográfico Sergipano (1925), no qual consta uma lista preliminar dos trabalhos proferidos e escritos por Brício Cardoso.

<sup>30</sup> No Dicionário Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925, p.393) há uma confusão nas datas de saída e retorno de Manuel Francisco Alves de Oliveira das terras sergipanas. Consta que ele ingressou no Curso de Ciências Eclesiásticas em 1889, vindo a se formar em 1874, portanto, incabível. Supus que se mudou para a capital baiana em 1869, e se formou em 1874, mesmo ano em que retorna a Sergipe, casa-se e torna-se professor do Atheneu Sergipense.

Uma vez abandonada a vida religiosa e retornado a Sergipe, desta vez residindo em Aracaju, Manuel Francisco A. de Oliveira, casa-se com Matilde Adelaide Guimarães. Apesar dessa alteração no estado civil ele continuou seguindo os preceitos da Igreja Católica. Conforme Guaraná (1925):

O seu novo estado civil em nada influiu nos sentimentos religiosos, que sempre professou, conservando-se católico fervoroso e assíduo frequentador dos atos do culto externo da igreja. Alma afetiva e coração de impulsos generosos compartilhava das infelicidades e sofrimentos alheios, como se fossem próprios, procurando minorá-los com frases consoladoras e auxílios materiais (GUARANÁ, 1925, p. 393).

Ainda em 1874, ano em que passou por substanciais mudanças, foi nomeado professor das cadeiras de História, Religião, Pedagogia, Geografia e Astronomia do Atheneu Sergipense<sup>31</sup>. Lecionou também na Escola Normal e nas cadeiras do ensino primário superior de Laranjeiras e, em 1894, foi nomeado Diretor da Instrução Pública, cargo que o levou à aposentadoria, após longos anos dedicados à Educação. Mas antes de aposentar-se foi designado Procurador Fiscal interino do Tesouro do Estado e membro da diretoria do Montepio Estadual.

Os cargos que viera a desempenhar não acabam por aí, uma vez que também foi deputado provincial. Pertenceu à “Sociedade Aracajuana de Beneficência”, ao “Amparo das Famílias”, ao “Gabinete Literário de Maruim”<sup>32</sup> e ao “Instituto Histórico de Sergipe”<sup>33</sup> – na condição de sócio efetivo. Assim, a sua passagem na vida terrena foi profícua, contribuindo também aos jornais da época com publicações de cunho religioso e educacional<sup>34</sup>.

Para tanto, nesta parte do trabalho, ter biografado e relatado as trajetórias de vida desses intelectuais, necessitou certos cuidados que dependeram da minha subjetividade enquanto pesquisadora, uma vez que a relação existente entre o pesquisador e a história dos personagens está imbricada de sentimentos e é aí, conforme Sirinelli (2003), onde reside o problema.

[...] Para o historiador dos intelectuais, muito particularmente, coloca-se o problema da simpatia. Esta, no sentido primeiro do termo, é necessária, constitui mesmo a essência do ofício do historiador. Resta, contudo o sentido

---

<sup>31</sup> Nas Atas analisadas foi identificada a presença de Manuel Francisco apenas na reunião do dia 12 de novembro de 1874 (Ref. 481FASS01 – CEMAS), mas segundo as pesquisas realizadas por Alves (2005a, p. 217) o mesmo ingressou no Atheneu Sergipense em 18 de maio deste mesmo ano.

<sup>32</sup> Sobre o Gabinete Literário de Maruim, consultar as dissertações de Azevedo (2005) e Silva (2006).

<sup>33</sup> Sobre o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, ver Dantas (2012), Freitas (2000) e Santos (2013).

<sup>34</sup> Em nível de consulta, no Dicionário Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925) há uma lista dos principais discursos proferidos por Manuel Francisco A. de Oliveira.

comum e, nesse registro, sem dúvida alguma, simpatias nascem, antipatias crescem, o todo acompanhando as curvas da evolução eventual do pesquisador. Mais que ocultar o fenômeno, sem dúvida é preciso tomar plena consciência dele, assumi-lo de algum modo, a fim de avaliá-lo (SIRINELLI, 2003, p. 239).

Diante dessas simpatias salientadas por Sirinelli (2003), observei que as fontes utilizadas me mantiveram alerta no momento da análise, porém, a “simpatia” ou “antipatia” foram por vezes inevitáveis. O entusiasmo diante das biografias identificadas no Dicionário Biobibliográfico Sergipano (GUARANÁ, 1925) foi engrandecedor por ter proporcionado dados que não foram localizados nas Atas das reuniões.

### 2.3 ABREM-SE AS PORTAS DA SALA DE REUNIÕES DO ATHENEU SERGIPENSE

O Sr. Professor secretário do Atheneu, a quem dou comissão, abra, numere e rubrique o presente livro destinado as actas da Congregação do mesmo Atheneu. Directoria Geral da Instrução Publica.

O Director da Instrução

Manuel Luiz Azevedo D' Araújo<sup>35</sup>

(Ata de Abertura de 20 de maio de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Nesta passagem registrada na Ata de abertura do Livro, feita pelo então Diretor Manuel Luiz Azevedo D' Araújo no dia 20 de maio de 1871, dá ao secretário a função de abrir, numerar e rubricar as Atas das reuniões<sup>36</sup>. Esse direcionamento foi dado a Raphael Archanjo de Moura Mattos<sup>37</sup>, então secretário, nomeado a exercer essa função na eleição realizada no dia 5 de janeiro de 1871. Embora a Ata de Abertura date do mês de maio, as reuniões começaram a ser realizadas em 5/1/1871.

Para a presente pesquisa, analisei 23 Atas contando com a da Abertura. Atas correspondentes ao período ao qual me debrucei (1871-1875), anos da atuação da primeira mesa administrativa formada para deliberarem tanto sobre os assuntos relacionados ao Atheneu Sergipense, como ao ensino primário provincial. No Quadro 2 apresento o número de reuniões realizadas ano a ano.

---

<sup>35</sup> Neste tipo de transcrição direta respeitei a grafia da época para maior fidelidade ao documento.

<sup>36</sup> Conforme salienta Alves (2005a): “[...] Os atos e papéis oriundos das sessões secretas deveriam ser escritos por um professor que, por eleição anual de seus pares, prestaria obrigatoriamente a função de secretário da Congregação, registrando as atas daquele ano” (ALVES, 2005a, p.69).

<sup>37</sup> Na mesma Ata do dia 20 de maio de 1871, Raphael Archanjo de Moura Mattos apresenta a sua aceitação diante da função de secretário, dizendo: “Servirá este livro para n’ele serem lançadas as actas da Congregação do Atheneu Sergipense, e vai numerado e rubricado em suas diferentes folhas com a seguinte rubrica: M. Mattos = de que uso, levando no fim o termo do encerramento” (Ata de Abertura de 20 de maio de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).



**Quadro 2 – Número de reuniões realizadas pela Congregação do Atheneu Sergipense, 1871 a 1875**

<b>Ano Letivo</b>	<b>Número de Reuniões</b>
1871	08
1872	04
1873	03
1874	07
1875	01
Total	23 Atas

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Uma observação importante a ser feita é com relação às reuniões do ano de 1875. Seria anormal, levando em conta as atividades desenvolvidas pelos congregados, que tenha havido uma única sessão durante todo este ano, e o é, pois aconteceram três sessões, porém, no quadro aparece apenas uma por conta do meu objeto de pesquisa abranger o período ao qual Manuel Luiz Azevedo D'Araújo esteve na condição de Diretor. Somente a Ata do dia 3 de fevereiro de 1875 foi analisada, sendo a última a que pude constatar a assinatura deste membro, as seguintes já são apresentadas sob a presidência de Feliciano Eusébio<sup>38</sup> e, logo em seguida, de Manuel Pereira Guimarães<sup>39</sup>.

Nota-se que o maior número de reuniões foi realizado nos anos de 1871 e 1874, oito e sete sessões respectivamente. E não foi por acaso. No primeiro ano houve mais reuniões justamente pelo fato de estarem adequando questões referentes ao Estatuto da instituição e eleições de comissões que seriam responsáveis tanto pela confecção do Estatuto, como pelos horários das aulas e escolha dos compêndios<sup>40</sup> que seriam adotados e, em 1874, por conta da separação dos cursos de Humanidades e Normal<sup>41</sup>, uma vez que ambos permaneceram com os

<sup>38</sup> Não localizei em minhas fontes dados referentes a vida pessoal e profissional deste Diretor. Apenas uma Ata encontra-se sob a presidência deste, mas sem informações pessoais ou profissionais.

<sup>39</sup> Nasceu na cidade de Propriá-SE em 14 de março de 1840 e faleceu em 27 de outubro de 1879. Filho de Antônio José Pereira Guimarães e Isabel Maria de Medeiros Guimarães. Iniciou os seus estudos Preparatórios na sua terra natal, indo concluí-los em Recife, onde fez o curso de Ciências Jurídicas e Sociais na Faculdade de Direito. Em Aracaju exerceu os seguintes cargos: Promotor da Comarca, representante da Província na Câmara dos Deputados, deputado provincial de 1874 a 1875, Diretor da Escola Normal do Atheneu Sergipense, Presidente da Câmara Municipal, Diretor do Hospital de Caridade, Presidente efetivo da Sociedade Emancipadora 25 de março, e atuou também como advogado de alguns dos seus conhecidos (GUARANÁ, 1925).

<sup>40</sup> Compêndios: como eram chamados os livros e obras no século XIX.

<sup>41</sup> Sobre as questões e mudanças que houve com a separação dos cursos de Humanidades e Normal e adoção de Regimento próprio da Escola Normal do Atheneu Sergipense, consultar o trabalho de Santos (2013b) publicado na Revista Tempos e Espaços em Educação (SANTOS, número 11, 2013). A esta pesquisa dei o título de “A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a Ação do Regulamento de 1874” (fruto da minha monografia de final de curso). Mesmo após a separação dos cursos de Humanidades e Normal há a necessidade de defini-la como “Escola Normal do Atheneu Sergipense”, pois embora estivesse o curso recebido uma nova denominação,

mesmos professores, sendo necessária uma reorganização dos horários das aulas e alterações nos Planos de Estudos<sup>42</sup>.

E quanto às reuniões que ocorreram durante os anos de 1872 e 1873, foram assuntos mais corriqueiros, a exemplo do abono das faltas dos alunos, eleições de secretários da instituição e comissões. Mas vale salientar que até o próprio número de reuniões foi crucial para as considerações que serão explanadas mais adiante, mas que, neste momento inicial, optei em destrinchar essas informações mais aparentes, expondo números e pontos de pautas.

Esse contato com as Atas me fez conhecer o Atheneu Sergipense por “dentro”. Questões administrativas e pedagógicas eram debatidas, resoluções aconteciam na mesma proporção dos embates que eles travavam, mas um ponto é indiscutível: estavam todos reunidos em prol do bom funcionamento da instituição, como era de se esperar de um conjunto de professores já com experiência no magistério.

No próximo tópico apresento, com base em exemplos, os assuntos mais frequentes tratados pelos partícipes da Congregação do Atheneu Sergipense, com o propósito de apresentar aquilo que me foi “dado” ao analisar esse conjunto de Atas das reuniões.

## 2.4 PONTOS DE PAUTAS

[...] Na sua atividade os indivíduos relacionam-se com um mundo que lhes pré-existe, constituído por objetos tanto físicos como ideias. Mundo transformado por gerações sucessivas, que é submetido a um processo de apropriação singular, que se inscreve na história de cada pessoa. Ao mesmo tempo essas ações têm um conteúdo concreto, objetivo, apropriado às significações e inscritas nas relações sociais (FELGUEIRAS, 2010, p. 27).

Corroborando com o pensamento de Felgueiras (2010), em que as atividades desenvolvidas por determinados indivíduos são formadas tanto por objetos físicos ou por ideais, o presente tópico traça as ações realizadas pelos congregados durante as reuniões do Atheneu Sergipense. Tais ações, presentes nos pontos de pautas, refletem tanto o trabalho realizado por eles quanto as suas relações sociais na condição de partícipes de uma mesma organização. Relações significativas e que permitiram o levantamento de algumas considerações.

---

Regulamento e prédio próprio, a Escola Normal tinha no seu corpo docente os mesmos professores do antigo curso Normal e as suas decisões eram tomadas no próprio Atheneu Sergipense. Assim, a Escola Normal de Sergipe tem a sua gênese nesta “Casa de Educação Literária” (ALVES, 2005a). Para um maior aprofundamento sobre as escolas normais brasileiras consultar Araújo, Freitas e Lopes (2008).

<sup>42</sup> Alves (2005a) define os Planos de Estudos como: “[...] conjunto das matérias e a carga horária semanal distribuídas nos anos dos cursos, passando a denominar-se depois, pela bibliografia, programa de ensino, grade curricular e finalmente currículo” (ALVES, 2005a, p. 13).

Para uma melhor visualização dos pontos de pautas discutidos durante as reuniões dos membros da Congregação, apresento uma sequência de quadros demonstrativos especificando os anos, dias e assuntos tratados em cada sessão. Cada ponto mostra a pluralidade de assuntos abordados e debatidos entre aqueles que formaram a primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense, entre eles o Diretor, o secretário e os professores.

**Quadro 3 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871**

<b>Dia/Mês/Ano</b>	<b>Pontos de pauta</b>
5 de Janeiro de 1871	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eleição do secretário na conformidade do art. 28 do Regulamento de 24 de outubro de 1870. Eleito Raphael Archanjo de Moura Mattos com dois votos<sup>43</sup>;</li> <li>- Confecção dos Estatutos do Atheneu Sergipense. Banca nomeada para esta função: Thomaz Diogo Leopoldo e Geminiano Paes de Azevedo.</li> </ul>
12 de Janeiro de 1871	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação da Ata da sessão anterior;</li> <li>- Aprovação dos capítulos de 1º ao 9º do Estatuto e discussão sobre os capítulos seguintes (10,11 e 12);</li> <li>- Apresentação dos compêndios de Pedagogia por Ignácio de Souza Valladão<sup>44</sup>; Aprovados.</li> <li>- Manuel Luiz Azevedo D'Araújo propôs a abertura do Atheneu Sergipense para o dia 3 de fevereiro do corrente ano<sup>45</sup>.</li> </ul>
3 de Fevereiro de 1871	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ata de Instalação do Atheneu Sergipense.</li> <li>- O Presidente da Província e o Diretor da Instrução Pública (Manuel Luiz) proferiram um eloquente discurso de abertura da instituição<sup>46</sup>.</li> </ul>
30 de março de 1871	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura da Ata de Instalação;</li> <li>- Leitura dos Estatutos;</li> <li>- Abono de faltas dos alunos;</li> <li>- Tito Augusto S. de Andrade solicita uma releitura dos Estatutos por não ter estado presente na ocasião da apresentação;</li> </ul>
1 de Junho de 1871	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura do ofício encaminhado por Antônio Diniz Barreto justificando a sua falta;</li> <li>- Abono de faltas dos alunos;</li> <li>- Apresentação do relatório de comportamento e aproveitamento dos alunos do professor Ignácio de Souza Valladão; os demais lentes também apresentaram seus relatórios;</li> <li>- Sancho de Barros Pimentel solicita mais uma correção dos Estatutos. Pedido aprovado.</li> <li>- Justiniano de Mello e Silva solicitou informações sobre as matrículas nas suas aulas de Inglês; pedido atendido.</li> </ul>

<sup>43</sup> Houve empate com Geminiano, neste caso, Moura Mattos foi escolhido pelo método chamado por eles de “sorte”, onde o voto de minerva ficava a encargo do Diretor.

<sup>44</sup> Para esta apresentação, Valladão viajou até a Bahia. Os compêndios que ele apresentou eram os mesmos adotados na Escola Normal da Província baiana. Na Ata não especifica quais foram esses compêndios (Ata da reunião de 12 de janeiro de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>45</sup> Para isto, Manuel Luiz mandou ofício ao presidente da Província solicitando a sua aprovação. Propunha uma missa de abertura às 10h da manhã, uma guarda de honra e que enviassem convites a todos os chefes da Repartição Pública, sendo esta sugestão aprovada, o diretor nomeou a seguinte comissão para os convites: Thomaz Diogo Leopoldo, Antônio Diniz Barreto e Ignácio de S. Valladão; e para a comissão de recepção: Tito Augusto S. de Andrade, Geminiano Paes de Azevedo e Moura Mattos. E Geminiano também como orador. (Ata da reunião de 12 de janeiro de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>46</sup> Dia festivo e com a presença dos professores; do Diretor; do Presidente da Província, Francisco José Cardoso Júnior; o Conselho Literário; chefes da Repartição Pública; Chefe de polícia; Juiz de Direito da Comarca; militares; Comissão do Gabinete Literário; e professores públicos do Ensino Primário (Ata da instalação do Atheneu Sergipense de 03 de fevereiro de 1871. Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Continuação...

<b>Dia/Mês/Ano</b>	<b>Pontos de pauta</b>
3 de Agosto de 1871	- Leitura dos ofícios encaminhados por Justiniano, Sancho de B. Pimentel e Tito A. S. de Andrade justificando as respectivas faltas; - Abono das faltas dos alunos.
14 de Novembro de 1871	- Leitura e aprovação da Ata anterior; - Apresentação da proposta de reformulação do Estatuto; - Informações sobre os alunos que perderam o ano – por disciplina; a Congregação resolveu que essas informações seriam publicadas na imprensa; - Geminiano apresentou a relação dos estudantes das suas aulas que julgava habilitados a prestar os Exames de Preparatórios; o Diretor solicitou que os demais professores fizessem o mesmo; - Discussão sobre os dias dos Exames Finais e eleição das bancas examinadoras.
1 de Dezembro de 1871	Observação: Neste dia não houve sessão por número insuficiente de presentes.

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01- CEMAS).

Com base no Quadro 3, elaborado a partir das Atas das reuniões, verifiquei que os assuntos mais frequentes discutidos entre os partícipes da Congregação do Atheneu Sergipense durante o primeiro ano de funcionamento do estabelecimento dizem respeito ao ajustamento e alteração das normas internas (confeção dos Estatutos), abono de faltas dos alunos, leitura de ofícios dos próprios membros, apresentações dos relatórios de comportamento e aproveitamento dos alunos, composição de bancas examinadoras para os Exames Finais, apresentações de alguns compêndios a serem adotados, eleição de secretário, dentre outros assuntos de cunho administrativo e pedagógico.

Assim, o ano de 1871 foi marcado por um número considerável de reuniões. E essas sessões ocorriam por volta do meio-dia, de dois em dois meses ou sempre que julgavam necessário, sendo todas presididas pelo Diretor, Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, e pelos professores de antemão aqui apresentados, conforme rezava o Art. 7º, §10º do Estatuto do Atheneu Sergipense:

§10º. Reunir-se de dois em dois meses para tratar de todas as questões relativas a marcha regular do estabelecimento, e extraordinariamente todas as vezes que for convocada pelo Diretor (Capítulo 2º, Art.7º, Parágrafo 10º. Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Seguindo a lógica anual, segue Quadro 4 correspondente aos pontos de pautas das reuniões realizadas no ano de 1872.

**Quadro 4 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1872**

<b>Dia/Mês/Ano</b>	<b>Pontos de pauta</b>
31 de Janeiro de 1872	<ul style="list-style-type: none"> <li>- O Diretor abre a sessão solicitando que a Congregação deliberasse o horário das aulas de Filosofia e Inglês; Filosofia: às 7 horas da manhã; Inglês: às 9 horas;</li> <li>- Eleição do novo secretário: Sancho de Barros Pimentel, eleito com quatro votos.</li> </ul>
2 de Março de 1872	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura do ofício encaminhado por Tito A. S. de Andrade justificando a sua ausência;</li> <li>- Leitura do requerimento de Justiniano de M. e Silva no qual solicitou a mudança de horários das suas aulas de Inglês; deliberação encaminhada à presidência.</li> </ul>
7 de Março de 1872	- Leitura do ofício encaminhado pela presidência declarando a não validação do pedido de Justiniano de M. e Silva para a mudança de horário das aulas de Inglês. Essa questão foi mais uma vez posta em discussão, sendo solicitada uma votação para deferimento ou indeferimento, obtendo três votos contra e três a favor. O voto de minerva foi dado pelo vice-diretor, uma vez que Manuel Luiz A. D'Araújo se encontrava ausente, assim sendo, o requerimento de Justiniano de M. e Silva foi dado como aprovado.
1 de Agosto de 1872	Observação: Neste dia não houve reunião por falta de quórum. Apenas quatro estiveram presentes.

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

A partir deste Quadro percebe-se que a cada início de ano letivo era eleito um secretário e este deveria ser um dos membros do corpo docente, assim “[...] ser secretário da Congregação não o destacava dos demais colegas, pois não lhe eram diminuídas as tarefas do magistério, o que o fazia assumir um maior encargo, mais um dever” (ALVES, 2005a, p. 69). Essas eleições eram realizadas entre eles durante a primeira reunião do ano. Verifiquei que neste ano não houve problemas pedagógicos, mas houve uma questão puramente administrativa, sendo assunto exclusivo da reunião do dia 7/3/1872: o pedido de Justiniano de Mello e Silva, que visava a mudança do horário das suas aulas. Segue Quadro 5 correspondente ao ano de 1873.

Quadro 5 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1873

Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
1 de fevereiro de 1873	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eleição do secretário da Congregação, sendo eleito o professor Geminiano Paes de Azevedo com quatro votos, contra dois votos do professor Ignácio de S. Valladão;</li> <li>- Formulação do horário das aulas do ano letivo de 1873<sup>47</sup>;</li> <li>- Solicitação do Diretor para que os professores apresentassem seus programas de trabalhos escolares obedecendo ao prazo de 15 dias, para que fossem discutidos pela Congregação;</li> </ul>
10 de julho de 1873	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura e aprovação da Ata da sessão antecedente;</li> <li>- Leitura dos ofícios emitidos pelos professores Justiniano de M. e Silva e Tito Augusto S. de Andrade sobre o não comparecimento à reunião (motivos de saúde);</li> <li>- Abono das faltas dos alunos<sup>48</sup>;</li> <li>- Indicação do professor Raphael Archanjo de Moura Mattos para casos de substituição do lente catedrático nos Exames Finais caso este não pudesse comparecer. Geminiano Paes de Azevedo fez algumas ponderações sobre esta questão e solicitou adiamento, pois esta decisão implicaria numa reforma do Estatuto.</li> </ul>
14 de novembro de 1873	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura e aprovação da Ata anterior;</li> <li>- Discussão sobre o abono das faltas dos alunos<sup>49</sup>;</li> <li>- Validação dos Exames de Preparatórios na Província de Sergipe;</li> </ul>

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

No ano de 1873, assim como nos anteriores, houve, no início do ano, a eleição do secretário, além de outras questões de cunho pedagógico, como abono de faltas; e administrativas como a formulação dos horários das aulas. Mas houve também a validação dos Exames de Preparatórios em Sergipe, fato que marcou o ensino secundário sergipano, tendo como palco o Atheneu Sergipense. Segue transcrição da Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1874.

Em virtude do ato do governo geral que validou os Exames de Preparatórios nas Províncias do Império, e tendo desfavorecer-se aos mesmos exames neste estabelecimento em época que não está muito remota, a Congregação deliberou que houvesse somente exame das matérias que constituem o Curso Normal, e para logo tratou-se da eleição dos examinadores respectivos, dando em resultado o seguinte: para Grammatica Philosophica, o lente da cadeira, e os professores Geminiano e Valladão; para Pedagogia, o lente da

<sup>47</sup> Sobre a alteração e distribuição dos horários das aulas, ver Quadro 14 da página 92.

<sup>48</sup> Requerimento dos alunos Roque Dias de Pina, Olympio Pereira D'Araújo, Josino Fernando da Luz, Manuel dos Passos D'Oliveira Telles, José Calasans dos Santos e Austriliano Lopes de Leão, das aulas de Francês e Aritmética (Ata da reunião do dia 10 de julho de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>49</sup> Requerimentos dos alunos do Curso Normal, sendo: Eutychio de Novaes Lins, Francisco José de Goes Júnior e José Cufustino de Moraes. Pedido deferido (Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

cadeira, e os professores Tito e Geminiano; para Geographia, o lente da cadeira, e os professores Tito e Geminiano; para Arithmetica, o lente da cadeira, e os professores Moura Mattos e Valladão (Ata da reunião do dia 14 de novembro de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Assim, tanto as disciplinas quanto as mesas examinadoras dos Exames de Preparatórios em Sergipe foram dadas e formadas pelos professores do/no Atheneu Sergipense (OLIVEIRA; TELES, 2007). Alguns trabalhos sobre esses Exames no Brasil e, especificamente, em Sergipe, têm abordado essa questão apresentando somente os “males” provocados por este Regime ao ensino secundário, a exemplo dos estudos de Haidar (2008) e Nunes (2008; 1999). Ambas definem os Exames de Preparatórios como uma “limitação” da educação da época, em que os estabelecimentos de ensino por todo o país “restringiam” as suas disciplinas e conteúdos aos Exames exigidos nos Preparatórios. Isto resulta a um quase esquecimento do que representou este Regime para a instituição e para os seus candidatos. Mas estes são pontos que serão analisados em trabalhos futuros.

O que interessa aqui é a tomada de decisão por parte dos congregados, seja sobre a validação dos Exames de Preparatórios na instituição, dando um caráter ainda mais peculiar ao Atheneu Sergipense, seja sobre assuntos mais corriqueiros e de “fácil” resolução. Com isto, no ano de 1873, embora tenham ocorrido apenas três reuniões, os pontos de pauta discutidos podem ser considerados marcos na história do Atheneu Sergipense, devido ao grau de importância da adoção de um novo Regime que deveria ser seguido por todas as Províncias que ofertavam o ensino secundário. No que segue a ordem anual, apresento o Quadro 6 com os pontos de pautas discutidos durante o ano de 1874.

Quadro 6 – Pontos de pautas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874

Dia/Mês/Ano	Pontos de pauta
31 de janeiro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Eleição do Secretário da Congregação, em que Justiniano de M. e Silva obteve cinco votos, contra um de Geminiano Paes de Azevedo;</li> <li>- Apresentação da adoção do compêndio de Aritmética de Macêdo Costa. O Diretor nomeou os professores Tito Augusto S. de Andrade, Raphael Archanjo de Moura Mattos e Ignácio de Souza Valladão para julgarem o respectivo parecer.</li> </ul>
5 de março de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apresentação do ofício do professor Ascendino Ângelo dos Reis que solicita a convocação da Congregação para tratar da mudança do horário da sua aula;</li> <li>- Requerimento de aluno<sup>50</sup>;</li> <li>- O professor Ascendino Ângelo dos Reis pediu a palavra, tratando mais uma vez do seu pedido. A Congregação discutiu e resolveu não alterar o horário que se achava em vigor.</li> </ul>
30 de abril de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura do ofício do professor Justiniano de M. e Silva em que explica o não comparecimento (Não especifica o motivo);</li> <li>- O professor Ignácio de S. Valladão pediu a palavra, porém, não especifica quais foram as suas ponderações;</li> <li>- Reforma do horário das aulas em virtude da divisão das aulas de Geografia, Aritmética, Geometria e Pedagogia e criação da cadeira de Retórica<sup>51</sup>;</li> <li>- O professor Raphael Archanjo de Moura Mattos se pronunciou contra o horário de Retórica e Pedagogia, por entender mais conveniente o inverso do estabelecido, pois, segundo ele, alguns empregados públicos pretendiam se matricular nas aulas de Retórica e o horário determinado não lhes seria favorável<sup>52</sup>.</li> </ul>
7 de maio de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Leitura do ofício do professor Ignácio de S. Valladão no qual justifica a falta (não especifica);</li> <li>- Requerimentos dos alunos em que se mostram insatisfeitos com os horários das aulas, fato que implicou na frequência dos mesmos; o Diretor, juntamente com os congregados, fizeram as seguintes alterações: Inglês das 07h às 08h:30min; Geografia e Gramática Racional das 09h às 10h:30min; Francês, História e Pedagogia das 10h:30min às 12h; Latim e Religião das 12h às 14h; e Geometria e Retórica às 15h.</li> </ul>

<sup>50</sup> Petição do aluno do 1º ano do Curso Normal, Olympio Pereira D'Araújo, sobre o abono das suas faltas. A Congregação decidiu encaminhar o requerimento ao poder competente, pois o aluno tinha mais de 40 faltas (Ata da reunião do dia 5 de março de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>51</sup> Sobre a alteração dos horários das aulas do ano de 1874, ver Quadro 16 da página 93.

<sup>52</sup> Na Ata não esclarece se este assunto foi debatido entre os congregados, após esta ponderação o Diretor deu a reunião por encerrada.



Continuação ...

<b>Dia/Mês/Ano</b>	<b>Pontos de pauta</b>
4 de setembro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação da Ata anterior;</li> <li>- Leitura do ofício do professor Tito Augusto S. de Andrade sobre a sua ausência, pois se encontrava com moléstia;</li> <li>- Leitura do ofício do professor Geminiano Paes de Azevedo sobre os maus comportamentos de um aluno durante as suas aulas<sup>53</sup>;</li> <li>- O Diretor juntamente com a Congregação decidiram aplicar a pena ao aluno decretada pelo Art. 73 do Regulamento da Instrução Pública de 24 de outubro de 1870<sup>54</sup>.</li> </ul>
1 de outubro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aprovação da Ata anterior;</li> <li>- Abono de faltas (não especifica quais foram os alunos que entraram com requerimento).</li> </ul>
12 de novembro de 1874	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Escolha das bancas examinadoras dos Exames de Preparatórios<sup>55</sup>;</li> <li>- O professor José João de Araújo Lima dá uma sugestão a respeito das datas dos Exames de Preparatórios;</li> <li>- Eleição do professor para redigir a memória histórica do Atheneu Sergipense; o professor Sancho de Barros Pimentel foi o eleito.</li> </ul>

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Sendo o segundo com maior número de reuniões, sete no total, o ano de 1874 apresentou sérias discussões entre os congregados. As reformulações dos horários das aulas que geraram insatisfações tanto dos professores como dos alunos, o mau comportamento de um discente durante as aulas do professor Geminiano Paes de Azevedo – fato que foi necessário encaminhar ao setor competente, uma vez que o professor já havia feito algumas advertências -, eleição do secretário e escolha das bancas examinadoras dos Exames de Preparatórios, foram alguns dos principais temas abordados nas reuniões deste ano letivo que

<sup>53</sup> O professor Geminiano Paes de Azevedo solicitou a convocação de uma reunião da Congregação a fim de discutir sobre os procedimentos de um dos seus alunos. Não há o nome do discente especificado, foi registrado em Ata somente que o professor afirmou ter dado várias advertências e mesmo assim o aluno continuou com as mesmas atitudes, servindo de mau exemplo aos demais. O professor Ignácio de Souza Valladão defendeu o pedido do seu colega, concordando que a Congregação teria que resolver do modo que achasse conveniente (Ata da reunião do dia 4 de setembro de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>54</sup> Art. 73. As penas applicaveis aos alumnos das aulas secundarias e Atheneu Sergipense serão:

§ 1. Reprehensão em particular pelo professor respectivo.

§ 2. Reprehensão publica na aula.

§ 3. Reducção do delicto commetido a termo e publicação d'este na imprensa.

§ 4. Limitação do numero de faltas toleradas legalmente.

§ 5. Expulsão do estabelecimento, notada no livro de matricula e communicada ao Governo (Art. 73, p. 10, Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

<sup>55</sup> Sobre o resultado da banca examinadora dos Exames Anuais e de Preparatórios do ano de 1874, ver Quadro 11 da página 85.

tanto definem a cultura do Atheneu Sergipense como também os perfis dos seus representantes. Neste mesmo ano, a partir da reunião do dia 31 de janeiro, aparece pela primeira vez a presença de um novo membro da Congregação: o professor Ascendino Ângelo dos Reis, lente das cadeiras de Inglês e História, que permaneceu no cargo até 1877.

O ano seguinte, 1875, também foi marcado por assuntos importantes. Não houve a necessidade de um quadro expositivo, pois analisei somente a Ata correspondente ao dia 3 de fevereiro deste ano, sendo a última assinada por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. As Atas posteriores constam sob nova direção. Esta última reunião comandada por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo teve como ponto de pauta principal o pedido do professor José João de Araújo Lima. Em sua fala, o professor solicita que o encargo atribuído a Sancho de Barros Pimentel para a construção da Memória Histórica do Atheneu Sergipense do ano de 1874 fosse revista, julgando conveniente a realização de outra eleição. Porém, na Ata não foi apresentado o resultado desta solicitação. Outro ponto foi a mudança dos horários das aulas de Retórica e Poética, para esta tarefa o Diretor nomeou os professores José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada e Geminiano Paes de Azevedo.

Uma observação importante é que não há uma Ata que trate da saída de Manuel Luiz A. D'Araújo do Atheneu Sergipense, nem mesmo um pronunciamento do próprio sobre essa questão<sup>56</sup>. Em alguns momentos ele esteve ausente nas reuniões, a exemplo do dia 30 de abril de 1874, sendo substituído pelo professor Antônio Diniz Barreto. Na Ata registrada neste dia não foi apresentado o motivo que o fez se ausentar, embora fosse uma prática entre os partícipes o envio de ofícios justificando as respectivas faltas, como se pode notar nos quadros expositivos. Enfim, é possível perceber as diversas situações e atividades desenvolvidas neste período de atuação da primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense e que hoje se mantêm “vivas” por meio da conservação do Livro de Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS), fonte principal desta pesquisa.

Diante disto, ao levantar e reconhecer as atividades desenvolvidas por este grupo de professores a partir dos pontos de pautas, percebi tanto as singularidades quanto, e principalmente, as suas ações coletivas, já que este é um dos principais objetivos deste trabalho. Estas ações coletivas visavam o bom andamento da instituição e formas de atender as demandas feitas pelos alunos e pela sociedade, pois, conforme salienta Felgueiras (2010), a *cultura escolar* não se define apenas ao “[...] espaço mas a atividade e a relação de dois grupos distintos: os mestres e os estudantes” (FELGUEIRAS, 2010, p. 22). Assim, mesmo

---

<sup>56</sup> Sobre a exoneração do Diretor foram localizados dados na imprensa local por meio do *Jornal do Aracaju* (1871-1875). A informação pode ser visualizada nas publicações feitas neste impresso durante todo o mês de maio de 1875.

que as relações fossem estreitas, professores e alunos, na maioria dos casos e solicitações, estiveram em consonância com os seus direitos e deveres. Porém, em outras situações, como por exemplo, em pedidos de abonos de faltas, alguns tenham sido negados, uma vez que determinadas solicitações excediam as demandas regulamentadas.

Outro traço que define a cultura do Atheneu Sergipense e que caracteriza os perfis dos congregados durante as reuniões é a questão da assiduidade. Ser assíduo às sessões era uma qualidade de todos os membros? Sobre este ponto examino no próximo tópico.

## 2.5 LENTES, PRESENTES? A QUESTÃO DA ASSIDUIDADE

A assiduidade foi um ponto que me chamou atenção no momento de análise das Atas. Por ter notado que alguns dos professores costumavam faltar às reuniões com certa frequência, quer seja por motivo de saúde quer por viagens, percebi que essas faltas também implicariam nas minhas análises, portanto, considero este um ponto importante a ser destacado. Desta forma, a assiduidade dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense pode ser visualizada, conforme exposto no Quadro 7 a seguir.

**Quadro 7 – Número de faltas dos membros da Congregação do Atheneu Sergipense, 1871-1875<sup>57</sup>**

<b>Membros</b>	<b>Nº de faltas</b>	<b>Motivos</b>
Manoel Luiz Azevedo D'Araújo	05	Causas não especificadas.
Antônio Diniz Barreto	01	Enviou ofício, mas a causa não foi especificada.
Geminiano Paes de Azevedo	01	Enviou ofício, mas a causa não especificada.
Ignácio de Souza Valladão	05	Estava na Província da Bahia por ordem da presidência; Moléstia e outras causas não especificadas.
Justiniano de Mello e Silva	06	Enviou ofícios, mas as causas não foram especificadas.
Raphael Archanjo de M. Mattos	03	Por se achar nos “trabalhos do Jury”; Moléstia e outras causas não especificadas.
Sancho de Barros Pimentel	04	Enviou ofícios, mas as causas não foram especificadas.
Thomaz Diogo Leopoldo	03	Enviou ofícios, mas as causas não foram especificadas.
Tito Augusto Souto de Andrade	11	Estava em comissão do governo; problemas de saúde e outras causas não especificadas.
Ascendino Ângelo dos Reis	01	Não estava na Capital.
José João de Araújo Lima	01	Ofício enviado, mas não especifica a causa.
Pedro Pereira de Andrada	00	
Brício Maurício de Azevedo Cardoso	01	Enviou ofício, mas a causa não foi especificada.
Manuel Francisco Alves de Oliveira	00	

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Como nota de esclarecimento, ao apontar no Quadro 7 “causas não especificadas”, quero dizer que nas Atas consta o envio de ofícios nos quais os “faltosos” justificam as suas faltas, porém, o redator não especificou qual foi a causa da ausência dos membros em alguns momentos, relatando apenas o recebimento do ofício. Outro ponto que também precisei levantar é a respeito dos professores Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de A. Cardoso e Manuel Francisco A. de Oliveira,

<sup>57</sup> O Quadro 7 também foi organizado seguindo o período de atuação dos professores (ordem cronológica), uma vez que a ordem alfabética ou por número de faltas atrapalharia a minha análise e visualização do leitor, pois os últimos cinco nomes destacados só participaram das reuniões equivalentes aos anos de 1874 e 1875, assim, foram julgados de forma diferenciada daqueles que atuaram desde 1871.

pois há um fato que os diferenciam dos demais. Fato este ligado ao período de entrada no Atheneu Sergipense, assim, esses cinco intelectuais só passaram a frequentar as reuniões a partir de 1874, sendo assim, obviamente, não participaram de todas as 22 reuniões levantadas.

Quanto aos outros professores, estes fizeram parte da Congregação durante todo o período em estudo, neste caso, suscetíveis a algumas considerações. O maior número de faltas foi cometido por Tito Augusto Souto de Andrade, estando ausente em 50% das reuniões realizadas. Justiniano de Mello e Silva com seis faltas; Manuel Luiz Azevedo D'Araújo e Ignácio de Souza Valladão com cinco respectivamente; Sancho de Barros Pimentel com quatro; Raphael Archanjo de Moura Mattos e Thomaz Diogo Leopoldo com três; e Antônio Diniz Barreto e Geminiano Paes de Azevedo foram os que menos faltaram, com somente uma falta cada.

Dentre os motivos das faltas especificados nas Atas, temos: viagens a outras Províncias a pedido do Presidente da Instrução Pública ou do Governo e problemas de saúde. No caso de Tito A. Souto de Andrade, Ignácio de Souza Valladão e Raphael Archanjo de Moura Mattos há um relativo número de faltas causado por moléstia – não especifica a doença. A não assiduidade dos membros também provocou a não realização das reuniões, a exemplo dos dias 1º de dezembro de 1871 e 1º de agosto de 1872.

Assim, todos os pontos tratados nesta seção foram substanciais para os posteriores. Ter analisado as Atas como fonte primordial dessa pesquisa e o seu uso para a História da Educação, ter levantado os dados biográficos e profissionais dos partícipes da Congregação do Atheneu Sergipense e os principais assuntos por eles debatidos nas reuniões, me fez ter um olhar mais apurado diante da próxima seção, na qual trato das bases legais que regiam a Instrução Pública secundária da Província de Sergipe.

### **3 DAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS AO CUMPRIMENTO**

[...] As actividades dos diversos actores no contexto escolar desenrolam-se num ambiente de uma cooperação aparentemente voluntária mas, na realidade, fortemente enquadrada por um conjunto de normas, que estipulam obrigações, localizações e hierarquização social (FELGUEIRAS, 2010, p. 22).

Para esta terceira seção precisei buscar os fragmentos que estão prescritos na legislação educacional de Sergipe das últimas décadas do século XIX. Trabalhar com a legislação de forma isolada não seria suficiente, por isto, fiz inicialmente a análise e apresentação das Atas, para assim, fazer um cruzamento entre essas fontes. Com isto, o meu objetivo está em apresentar alguns olhares sobre as questões legais acerca da criação e funcionamento do Atheneu Sergipense, me detendo aos pontos que versavam, especificamente, sobre as atribuições demandadas à Congregação do Atheneu Sergipense, buscando verificar se seus membros cumpriam aquilo que estava prescrito nas normatizações ou para além delas.

Para tanto, elegi como fontes primordiais o Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (Ref. 481FASS01 – CEMAS), o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870, o Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871 e o Regulamento da Escola Normal de Sergipe de 31 de abril de 1874. Tais fontes trazem fragmentos tanto das normas legais como das atividades desenvolvidas pelos membros da Congregação. A partir da análise desses documentos busquei apresentar olhares que continuam definindo mais alguns aspectos da *cultura* do Atheneu Sergipense. Para isto, utilizo o termo *cultura escolar*. Comungando com o pensamento de Felgueiras (2010), para quem “[...] a cultura escolar é a cultura de um determinado meio” (FELGUEIRAS, 2010, p. 21) e está baseada em prescrições e determinações.

### 3.1 UM OLHAR SOBRE AS QUESTÕES LEGAIS

[...] entende-se que a prescrição legal também é uma prática. Prática da qual, pela publicação de um número significativo de textos legais, é possível inferir a necessidade de intervenção do poder nas questões educacionais, mesmo porque os Presidentes da Província de Sergipe – como também das demais Províncias – permaneciam pouco tempo no cargo, sendo, conforme acentuam em seus relatórios, um grande feito político-administrativo reformar a legislação. Um outro destaque diz respeito à preservação das peças legislativas, o que infelizmente não ocorre com outros tipos de fontes, disponibilizando aos pesquisadores um entendimento da construção legal (ALVES, 2005a, p. 19).

Nesta passagem, assim como afirma Alves (2005a), também encontrei um número significativo de textos legais que se referem à educação de Sergipe durante o século XIX. Essa quantidade deve-se ao fato da dinamicidade e mudanças constantes de Presidentes provinciais, em que a cada mudança presidencial, alterava-se e/ou mudava-se a legislação. E

quanto à preservação - como acentua o trecho citado – é notável nos arquivos que frequentei a exemplo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), e da Biblioteca Pública Epifânio Dórea. Com este cuidado e preservação observei não apenas uma gama de textos legislativos, mas incontáveis objetos de pesquisa.

O uso da legislação como fonte para a História da Educação nos remete às dinâmicas usadas neste campo de expressão e imposição, pelo fato “[...] de ser a legislação, em seus diversos momentos e movimentos, lugar de expressão e construção de conflitos e lutas sociais” (FARIA FILHO, 1998, p. 106). Assim, reflexo de uma cultura, apesar da relação entre lei e cultura/costume ser bem mais complexa e implique em questões que vão além do cotidiano escolar, por envolver outros setores da sociedade.

Mesmo a legislação abrangendo diversos setores sociais, é inegável que boa parte dela reflete uma preocupação acentuada com a educação, como no caso dos Regulamentos e Estatuto aqui analisados. Visto que o Atheneu Sergipense foi criado por meio do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870 e idealizado pelo então Inspetor da Instrução Pública, Manoel Luiz Azevedo D’Araújo, tomei para este tópico aspectos contidos neste Regulamento e que traduzem alguns movimentos tomados pelo Governo da época com relação ao ensino secundário em Aracaju.

Com base no Capítulo III do já citado Regulamento, em seu Artigo 16:

Art. 16. A Instrucção Publica Secundaria será dada:

§1º Em um estabelecimento publico de línguas e sciencias preparatórias, o qual fica creado nesta Capital com a denominação de – Atheneu Sergipense. (Capítulo III, Art. 16, p. 3. Regulamento Orgânico da Instrucção Publica da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

Assim, foi promulgada a ordem legal para o desenvolvimento das atividades do Atheneu Sergipense. Inicialmente composto por dois cursos, o Curso de Humanidades (com duração de quatro anos) e o Normal (com duração de dois anos). O primeiro fornecia os ensinamentos necessários para o ingresso nas Academias do Império e o segundo para a preparação daqueles que pretendiam se dedicar ao Magistério. O Curso de Humanidades era composto, legalmente, pelas seguintes disciplinas:

§1º De Grammatica Philosophica da língua nacional e analyse de clássicos.

§2º De Grammatica e tradução da língua latina.

§3º De Grammatica e tradução da língua franceza.

§4º De Grammatica e tradução da língua ingleza.

§5º De Arithmetica, Algebra e Geometria.

§6º De Geographia e História.



§7º De Philosophia racional e moral.

§8º De Rhetorica, Poetica e Analyse de clássicos.

(Capítulo III, Art. 18, p. 3, Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

E quanto ao Curso Normal, era composto pelas cadeiras a seguir:

Art. 19. No primeiro anno – da aula de Pedagogia e Grammatica philosophica da língua nacional com analyse de clássicos.

No segundo – De Arithmetica e Geometria e História, principalmente do Brazil (Capítulo III, Art. 19, p.3, Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

Assim, formava-se o quadro de disciplinas do Atheneu Sergipense, todas “atendendo” a finalidade de cada Curso, de acordo com as condições do recém-estabelecimento. Em 1874, com a separação e mudança de prédio, o Curso Normal passou a ter duração de três anos subdivididos da seguinte forma segundo as suas cadeiras e disciplinas:

1º anno- Instrução moral e religiosa; grammatica da língua nacional; exercícios de leitura de clássicos em prosa e verso; redação; exercícios caligraphicos.

2º anno- Arithmetica; systema métrico; elementos de geometria; desenho linear; noções de geographia e história; geographia e história do Brasil, principalmente de Sergipe; leitura reflectida da constituição política do Império e exercícios práticos;

3º anno- Noções geraes de phisica, de chimica, e de agricultura, pedagogia e legislação do ensino e exercícios práticos (Art. 6º, Regulamento da Escola Normal de Sergipe, 31 de abril de 1874).

Durante as análises da mudança e acréscimos nas disciplinas do Curso Normal do Atheneu Sergipense e, ao estudar sobre as escolas normais de outras Províncias, percebi semelhanças substanciais entre elas no que concerne às suas cadeiras, como por exemplo, a de São Paulo no ano de 1875. Suas disciplinas eram constituídas da seguinte forma: “1ª Cadeira – Língua Nacional e Aritmética; 2ª cadeira – Francês, Metódica e Pedagogia; 3ª cadeira – Cosmografia e Geografia; e 4ª cadeira – História Sagrada e Universal” (DIAS, 2008, p. 84).

Já a Escola Normal do Rio de Janeiro baseava as suas aulas nos métodos e currículos franceses, dando prioridade aos conhecimentos sobre Leitura e Escrita, Gramática, Geometria, Elementos de Geografia, Aritmética e Princípios da Moral Cristã e da Religião (VILELA, 2008). Nesta perspectiva, Viñao (2008) contribui para a interpretação das semelhanças/distinções e dinâmicas que as disciplinas escolares tendem a apresentar, uma vez que:

Para o estudo das disciplinas escolares sugiro considera-las como organismos vivos. As disciplinas não são, com efeito, entidades abstratas com uma essência universal e estética. Nascem e se desenvolvem, evoluem, se transformam, desaparecem, engolem umas às outras, se atraem e se repelem, se desgarram e se unem, competem entre si, se relacionam e intercambiam informações (ou as tomam emprestadas de outras) etc. Possuem uma denominação ou nome que as identifica frente às demais, ainda que em algumas ocasiões, como se tem advertido, denominações diferentes mostram conteúdos bastante similares e, vice-versa, denominações semelhantes oferecem conteúdos nem sempre idênticos (VIÑAO, 2008, p. 204).

Ao comungar com as interpretações do citado teórico, em que as disciplinas escolares passam por diversas modificações, foi possível notar as dinâmicas ocorridas com aquelas que foram ofertadas no Curso Normal do Atheneu Sergipense. Em 1874 houve o acréscimo das seguintes disciplinas em seus Planos de Estudos: Instrução Moral e Religiosa, Noções Gerais de Física, Química, Agricultura e Pedagogia e Legislação do Ensino. Sobre a inclusão dessas cadeiras ao Curso Normal, Antônio dos Passos Miranda<sup>58</sup> publicou, no *Jornal do Aracaju*, no dia 7 de março de 1874, dirigindo-se a Manuel Luiz Azevedo de Araújo, o seguinte relato:

O ilustre Director da Instrucção Pública, entende que as matérias ensinadas pelo Curso Normal não bastam, e a este respeito no relatório que me apresentou, em data de 30 de janeiro último, diz o seguinte: Sobre serem insuficientes as matérias exigidas pelo professorado, a accumulacão que se encontra de duas diversas e importantes sciencias, bases capitaes da educação – a pedagogia e a religião, demonstra evidentemente quanto incompleto não deve ser o respectivo ensino (Jornal do Aracaju, 7 de março de 1874).

Diante das disciplinas ofertadas no Atheneu Sergipense e a sua importância para cada Curso, nos remete ao trabalho dos seus membros. Esta passagem no *Jornal do Aracaju* reporta a isto. O posicionamento do Diretor Manuel Luiz Azevedo D'Araújo, ao qual Antônio dos Passos Miranda se dirige, reflete marcas do seu trabalho perante o Atheneu Sergipense e a sociedade sobre a importância dos ajustes nos Planos de Estudos, na condição de Diretor da Instrução Pública e do referido estabelecimento. Assim, os congregados também tinham poder deliberativo sobre a organização das disciplinas, quer seja na escolha dos compêndios ou conteúdos e horários. Durante o período em estudo, as cadeiras do Atheneu Sergipense – isto serve para os dois cursos - ficaram distribuídas entre os professores da seguinte forma:

---

<sup>58</sup> Antônio dos Passos Miranda atuou como Presidente da Província de Sergipe entre os anos de 1874 a 1875.

**Quadro 8 – Distribuição das cadeiras do Atheneu Sergipense por professor nos seus primeiros anos de funcionamento<sup>59</sup>**

<b>Ano de Entrada</b>	<b>Professores</b>	<b>Cadeiras</b>
1871	Antônio Diniz Barreto	Gramática e Tradução da Língua Latina
1871	Geminiano Paes de Azevedo	Gramática e Tradução da Língua Francesa
1871	Ignácio de Souza Valladão	Pedagogia
1871	Justiniano de Mello e Silva	Gramática e Tradução da Língua Inglesa
1871	Raphael Archanjo de Moura Mattos	História e Geografia
1871	Sancho de Barros Pimentel	Filosofia Racional e Moral
1871	Thomaz Diogo Leopoldo	Gramática Filosófica da Língua Nacional e Análise dos Clássicos / Retórica e Poética
1871	Tito Augusto Souto de Andrade	Aritmética, Álgebra e Geometria
1874	Ascendino Ângelo dos Reis	Inglês/História
1874	José João de Araújo Lima	História/Filosofia
1874	Pedro Pereira de Andrada	Geometria
1874	Brício Maurício de Azevedo Cardoso	Retórica e Poética/Gramática Filosófica/Português/ Língua Vernácula
1874	Manuel Francisco Alves de Oliveira	História/ Religião/ Pedagogia/ Geografia/ Astronomia

FONTE: Quadro elaborado a partir dos dados localizados no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875, Ref. 481FASS01 - CEMAS) e dos trabalhos de Alves (2005 a).

Dada esta distribuição, os professores não eram escolhidos a partir das suas formações, uma vez que eles tinham procedências diversas e sem formações específicas, porém, necessárias à época. Assim, os critérios que os julgavam aptos ao cargo, eram: maioria legal, moralidade e capacidade profissional. O primeiro critério era comprovado com a apresentação do certificado de batismo; o segundo, com atestados fornecidos pelas paróquias, Câmaras Municipais e autoridades judiciárias e políticas dos lugares onde o candidato tivesse residido nos últimos três anos; e o terceiro, por meio de um Exame de Habilitação na forma de provas e banca examinadora. Porém, havia aqueles que eram dispensados deste exame, segundo o Regulamento:

Art. 84. Somente são dispensados dos exames de habilitação preliminares para os concursos:

§1º Os Bachareis em Direito, em Mathematicas, em Bellas Lettras pelo Colégio de Pedro II, os Doutores em Medicina e quaesquer outros graduados por qualquer Estabelecimento scientifico do Imperio ou estrangeiro.

§2º Os clérigos de Ordens Sacras.

<sup>59</sup> O Quadro 8 foi organizado seguindo a lógica de entrada dos lentes no Atheneu Sergipense, ou seja, daqueles que entraram em 1871, depois os de 1874.

§3º Os que exhibirem attestados de exames da matéria sobre que se exige a prova de sufficiencia feitos nos Estabelecimentos geraes de Instrucção do Imperio.

(Título III, Capítulo I, Art. 84, p. 11, Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

Desta forma, após ter pesquisado sobre as biografias dos intelectuais que formaram a primeira Congregação do Atheneu Sergipense e em consonância com o Regulamento, levou-me a compreender o fato desses primeiros professores terem sido nomeados para as suas respectivas cadeiras sem a necessidade da realização do Exame de Habilitação e concurso, uma vez dadas as condições que eles possuíam dentro ou fora da Província de Sergipe, enquanto intelectuais e formadores de pensamento, atendendo os critérios impostos por lei. Segue Quadro 9 com as procedências anteriores dos primeiros intelectuais que ocuparam o cargo de professores do Atheneu Sergipense sem a realização de concurso.

**Quadro 9 – Procedências profissionais dos congregados antes de atuarem no Atheneu Sergipense<sup>60</sup>**

<b>Professores</b>	<b>Procedências anteriores</b>
Antônio Diniz Barreto	Fez o Curso de Humanidades; Latinista – professor de Latim
Geminiano Paes de Azevedo	Fez o Curso de Humanidades; Escriuário da Secretaria da Assembleia Provincial
Ignácio de Souza Valladão	Professor de Primeiras Letras
Justiniano de Mello e Silva	Professor
Raphael Archanjo de Moura Mattos	Juiz de Paz
Sancho de Barros Pimentel	Professor
Thomaz Diogo Leopoldo	Não localizada
Tito Augusto Souto de Andrade	Professor de Filosofia, Geografia e História, e Geometria.

FONTE: Quadro elaborado a partir dos dados localizados no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875, Ref. 481FASS01 - CEMAS), dos trabalhos desenvolvidos por Alves (2005a), Lima (1955) e Guaraná (1925).

A partir do Quadro 9, notei que cinco dos professores nomeados sem concurso tiveram experiência no magistério antes de ocuparem as suas posições no Atheneu Sergipense. Não foi possível localizar dados que revelassem as procedências de um dos oito intelectuais em destaque, sendo: Thomaz Diogo Leopoldo. Embora as fontes analisadas não forneçam essa informação, parte-se do pressuposto que ele também tenha cursado Humanidades

<sup>60</sup> O Quadro 9 foi organizado apenas com oito nomes em destaque, pois foram os primeiros professores a ocuparem suas Cadeiras sem a realização de concurso público, os demais passaram pelos procedimentos legais de recrutamento docente.

anteriormente e exercido o magistério ou tenha se formado nas áreas da Medicina, Engenharia ou Advocacia. Essas três formações são consideradas por Coelho (1999) como as “profissões imperiais”, uma vez que os cursos superiores durante o Império brasileiro abrangiam somente as áreas da saúde, Engenharia e Direito, outras, como professor Primário ou “Bacharel em Letras” eram formadas nos estabelecimentos de Ensino Secundário.

Questões políticas certamente também os levaram às nomeações. As *redes de sociabilidade* que os integravam é mais um adicional a essa política de nomeação tomada pelo Governo e Direção da Instrução Pública, uma vez que os letrados e aptos para esse cargo eram poucos naquela época, fato que os destacavam e diferenciavam, aproximando-os dos seus pares, formando, assim, *redes* que podem ir além do profissional e ideológico. Para Sirinelli (2003) essa sociabilidade pode ser considerada por meio de dois sentidos: *redes* e *microclima*. O primeiro estrutura essa sociabilidade a partir daquilo que é construído pelos intelectuais ao longo da sua vida profissional e em contato com os seus pares; o segundo seria a causa, o lado intelectual particular que os levou a determinadas escolhas, é o lado subjetivo dos homens.

[...] a sociabilidade também pode ser entendida de outra maneira, na qual também se interpenetram o afetivo e o ideológico. As “redes” secretam, na verdade, microclimas à sombra dos quais a atividade e o comportamento dos intelectuais envolvidos frequentemente apresentam traços específicos. E, assim entendida, a palavra sociabilidade reveste-se portanto de uma dupla acepção, ao mesmo tempo “redes” que estruturam e “microclima” que caracteriza um microcosmo intelectual particular (SIRINELLI, 2003, p. 252-253).

Deste modo, parto do pressuposto que tanto as *redes de sociabilidade* que foram criadas entre os primeiros professores do Atheneu Sergipense enquanto intelectuais, quanto os fatos particulares, a exemplo da formação anterior de cada um, os levaram às respectivas nomeações como professores do Atheneu Sergipense, que podem ter sido relevantes para o Governo e para a Instrução Pública, embora a legislação não aponte em seus artigos questões de cunho subjetivo. Esse “microcosmo intelectual particular”, ou seja, a subjetividade do intelectual em poder discernir sobre as suas escolhas profissionais, conforme Sirinelli (2003) se revela por referência a uma herança ou por uma ruptura.

[...] no meio intelectual, os processos de transmissão cultural são essenciais; um intelectual se define sempre por referência a uma herança, como legatário ou como filho pródigo: quer haja um fenômeno de intermediação ou, ao contrário, ocorra uma ruptura e uma tentação de fazer tábua rasa, o patrimônio dos mais velhos é portanto elemento de referência explícita ou implícita (SIRINELLI, 2003, p. 254-255).

Observei que, em alguns casos, essa herança intelectual e profissional pode ser considerada entre os membros da Congregação, como o exemplo de Brício Maurício de Azevedo Cardoso, em que seu pai – Joaquim Maurício Cardoso – foi professor de Matemática e Geografia. Assim, a “herança intelectual familiar” deve ser levada em consideração, ou até mesmo se houve rupturas nas escolhas profissionais dos filhos àquelas exercidas pelos seus progenitores.

É necessário entrar nesta questão da “herança intelectual”, partindo de uma abordagem retrospectiva que permita ao pesquisador identificar as origens das formações dos intelectuais, para, assim, constituir os seus perfis. Embora as fontes encontradas e selecionadas não tragam informações que complementem este pensamento, e diante da não identificação biográfica de todos os membros que atuaram na Congregação do Atheneu Sergipense entre os anos de 1871 a 1875, saliento a importância desta identificação para a construção de julgamentos.

Logo, a necessidade de entrar nesses pontos num tópico que denominei de “Um olhar sobre as questões legais”, permitiu o entendimento de como as “redes de sociabilidade” podem ter interferido nas nomeações sem concurso feitas pelo Governo da Província de Sergipe. Portanto, intercalar a legislação escolar tanto com a vida profissional dos membros da Congregação, como com as atividades desenvolvidas por eles dentro da instituição e registradas em Atas, é uma tentativa de evidenciar os acontecimentos históricos e contribuir para a solidificação da História do Atheneu Sergipense e, conseqüentemente, da História da Educação sergipana. A seguir, trato das atribuições que eram demandadas pela legislação educacional à Congregação.

### 3.2 ATRIBUIÇÕES DEMANDADAS PELA LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL DA PROVÍNCIA DE SERGIPE: O QUE COMPETIA À CONGREGAÇÃO

Apresentar as atribuições que eram demandadas, em lei, à Congregação do Atheneu Sergipense é o objetivo do presente tópico. Vejamos o que diz o Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870 a respeito deste órgão deliberativo:

Art. 26. Os seus respectivos professores se reunirão em Congregação, convocada e presidida pelo Director da Instrucção Publica para os seguintes casos: §1º Para a Confecção dos Estatutos do Estabelecimento, em que se determine a sua economia, direcção e trabalhos. §2º Para determinação dos exames annuaes dos alumnos e nomeação dos examinadores. O modo pratico d’esses exames será preceituado nos Estatutos do estabelecimento.

§3º Para julgamento das faltas em que hajam incorrido os alumnos do estabelecimento. §4º Para discussão de uma memoria histórica e relatório annual das necessidades da instrução a cargo do estabelecimento, commettido esse trabalho a um professor eleito pelo Director. §5º Para providenciar sobre tudo o mais que não for attribuição especial do Director Geral da Instrução. Art. 27. Os actos e papeis da Congregação serão escriptos por um professor, que servirá de Secretário, ficando o archivo respectivo a cargo do Escriptuario da Repartição da Instrução Publica. Art. 28. A nomeação do Secretario será de eleição annual da Congregação, e será este cargo obrigatório. (Capítulo III, Arts. 26, 27 e 28, p. 4, Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

Esses deveres designados à Congregação refletem a sua importância frente aos assuntos relacionados à instituição. Espaço onde eram tomadas todas as decisões, a sala de reuniões do Atheneu Sergipense pode ser vista como lugar de expressão e de relação entre os seus partícipes, relação essa baseada nos interesses da instituição ou alheios a ela, uma vez que também deliberavam sobre os movimentos do ensino em geral, seja ele secundário ou primário.

Assim, o que a legislação determinava à Congregação no momento da sua abertura ia de atribuições administrativas a pedagógicas, como: a confecção do seu Estatuto próprio, desde que houvesse consonância com a lei estabelecida; produção dos Exames Anuais e de Preparatórios e nomeação dos respectivos examinadores; julgar sobre as faltas dos alunos, aboná-las ou não; construir uma Memória Histórica da instituição e relatório anual de cada professor sobre as suas aulas, além do poder de nomear o seu secretário. Outras determinações poderiam ser tomadas por eles, mesmo que não estivessem impostas, explicitamente, em lei.

No Estatuto interno do Atheneu Sergipense, de 12 de janeiro de 1871, documento confeccionado pelos próprios congregados antes do início dos trabalhos da instituição, foi acrescentado em seu Art. 7º as seguintes atribuições à Congregação, além daquelas já mencionadas no Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870:

§5º. Designar, sob proposta dos respectivos professores, a mudança dos compendios para as diferentes disciplinas do Atheneu. §6º. Marcar as horas em que devem começar as aulas e o tempo que devem durar, quando porventura a regularidade dos trabalhos do Atheneu o exija que se mude o que a este respeito se acha previsto e determinado por este Estatuto. §7º. Vigiar e notar o procedimento, assiduidade, applicação e aproveitamento dos alumnos a vista das notas dos professores. §8º. Julgar as faltas em que hajão incorrido os alumnos dos estabelecimento na forma do art. 74 do Regulamento de 24 de outubro de 1870. §9º. Comunicar ao Governo da

Província nos meses de Junho e Novembro as notas relativas aos alumnos. §10°. Reunir-se de dois em dois mezes para tratar de todas as questões relativas a marcha regular do estabelecimento, e extraordinariamente todas as vezes que for convocada pelo Director. §11°. Deliberar sobre a necessidade de aquisição e sobre a conservação dos utensis do Atheneu. §12°. Determinar penas que devem soffrer os alumnos recalcitrantes e mal procedidos, quando estas já não estiverem previstas nas Leis da instrução publica, nem no presente Estatuto. §13°. Assinar as actas de suas sessões ordinarias e extraordinarias. §14°. Decidir todas as questões por meio de discussão livre e franca, não podendo cada Professor falar mais de duas vezes sobre cada questão em discussão, excepto o proponente, que poderá falar tres vezes. (Capítulo 2º, da Congregação, Art. 7º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Esses Parágrafos que foram formulados e adicionados ao Art. 7º do Estatuto do Atheneu Sergipense mostra um carácter mais específico à instituição do que aqueles apresentados no Regulamento Orgânico da Instrução Pública de Sergipe de 1870. O Regulamento, por ser um documento mais geral, que abrange os dois níveis de ensino existentes no século XIX sergipano – primário e secundário – dá aos partícipes da Congregação certa autonomia que pode ser percebida nos parágrafos enunciados.

Valendo o Estatuto como um documento que prescreve os pormenores referentes à Congregação e a cada setor do Atheneu Sergipense, é exposto nos Artigos seguintes as condições e exigências para antes e durante as reuniões dos respectivos membros. Ter apresentado, na segunda seção deste trabalho, os pontos de pauta, hora e ocorrência das reuniões não foi por acaso, pois, ao analisar os artigos do Estatuto, é mais um ponto positivo que leva à compreensão das nuances anteriormente discutidas. Sobre as condições para a realização das reuniões, o Estatuto determinava o seguinte:

Art. 9°. As sessões da Congregação serão secretas e n'ellas só terão assento seus respectivos membros. Art. 10°. Se nas reuniões da Congregação se não verificar o número de metade e mais um pelo menos de seus respectivos membros, não poderá haver sessão, e será neste caso a convocação feita pelo Director, para o dia que julgar mais conveniente, sem prejudicar a sessão ordinaria seguinte. Art. 11°. As sessões da Congregação serão presididas pelos Director e em sua falta pelos legítimos substitutos. Art. 12°. O Director, além do voto como membro da Congregação terá também o voto de qualidade quando houver empate nas votações. Art. 13°. Quando na Congregação versar a questão sobre algum de seus membros, poderá elle assistir as discussões, explicar factos defendendo-se; mas retirar-se-há na ocasião da votação, se esta se lhe referir pessoalmente. Art. 14°. O Presidente da Congregação terá o direito de chamar a ordem o membro que d'ella se desviar na discussão, e quando não for obedecido, depois da segunda advertencia, se julgará finda a discussão e adiada a matéria para o dia que o Director designar. Art. 15°. Todos os actos da Congregação serão pelo



Secretario designados em uma acta, a qual terá lida, aprovada e assignada por todos os Professores que tiverem assistido a sessão. Art. 16º. No fim do anno letivo em sessão especial marcada pelo Director, a Congregação nomeará os Professores que deverão servir de examinadores nas differentes disciplinas. (Capítulo 2º, da Congregação, Arts. 9º ao 16º, Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Dada as condições para a realização das reuniões ordinárias e extraordinárias da Congregação do Atheneu Sergipense por meio do seu Estatuto interno, identifiquei quais eram as atribuições demandadas a cada membro. É possível notar, também, o poder diferenciado que era determinado ao Diretor, neste caso particular, a Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. O Diretor possuía um poder determinante diante das questões debatidas nas sessões, como: convocar a Congregação quando julgasse necessário, suspender a sessão por falta de quórum, presidir as reuniões, e o mais importante, o direito a voto de desempate. Por meio dos pontos de pauta apresentados e discussões levantadas, torna-se claro que Manuel Luiz Azevedo D'Araújo exercia as suas funções de acordo com o que estava prescrito nas normatizações.

Esse Estatuto foi o que esteve em vigor durante o período da direção da primeira mesa administrativa. A sua confecção e reformulação foi um dos pontos de pauta mais frequentes nas reuniões do ano de 1871, conforme Quadro 3 da página 58 deste trabalho. Portanto, o Estatuto do Atheneu Sergipense data de 12 de janeiro de 1871, porém, passou por várias reformulações à medida que os congregados julgavam necessário, mudando, assim, algumas atribuições, como escolha dos compêndios e horários das aulas.

Anos após a promulgação do Regulamento Orgânico da Instrução Pública e do Estatuto Interno do Atheneu Sergipense, em abril de 1874, criou-se o Regulamento da Escola Normal de Sergipe. Neste documento, além das atribuições já apresentadas, competia também à Congregação:

§2º Representar ao Conselho Director da Instrucção Publica sobre qualquer modificação que a prática mostrar necessária ou conveniente, não só sobre o ensino normal, como sobre qualquer melhoramento a adoptar no regimem das escolas publicas primárias. §3º Dar parecer sobre as consultas que faça o Director da Instrucção Publica sobre qualquer assumpto relativo ao regimem pratico das escolas primarias. §4º Conferir prêmios e mensões honrosas aos normalistas que se distinguirem, tanto por sua applicação e aproveitamento, como por sua conducta e moralidade. (Art. 10, Regulamento da Escola Normal de Sergipe, 31 de abril de 1874).

Desse modo, acabo de apresentar o que diz o Regulamento da Escola Normal de 1874, e aquilo que foi acrescentado às atribuições anteriores por alguns motivos. Primeiro, pelo fato

de ser a Congregação da Escola Normal a mesma do Atheneu Sergipense; segundo, por compreender ao marco temporal que delimitei. O fato de a Congregação ser a mesma facilitou no momento das minhas análises, por permitir comparações e cruzamentos entre as fontes e ter uma visão mais panorâmica dos acontecimentos.

Os parágrafos 2º e 3º do Art. 10 do Regulamento da Escola Normal de Sergipe confirma o que apontei anteriormente: que a Congregação possuía o poder de deliberar sobre questões alheias ao Atheneu Sergipense ou da Escola Normal, tratando também sobre assuntos referentes às escolas públicas primárias da Província, uma vez que formavam pessoas para a carreira docente. Outro fator que foi acrescentado é sobre o reconhecimento por parte dos congregados ao conferirem prêmios e títulos honrosos àqueles normalistas que se destacassem entre os demais, quer seja por conduta, quer por aproveitamento nas aulas.

Por meio das Atas da Congregação pude notar que muitas dessas atribuições eram obedecidas pelos seus membros, outras, passaram a ser criadas por eles mesmos, a depender da necessidade da instituição. Este é o assunto do próximo tópico.

### 3.3 A OBEDIÊNCIA LEGAL E O IMPOSTO PELOS PRÓPRIOS CONGREGADOS

Aproximar a lei enquanto ordenamento jurídico significa, além de se dar conta de uma tradição e de suas relações com outras tradições e costumes, entender uma certa lógica em funcionamento. Como se sabe, a lei precisa ser legítima e legitimada, o que, por sua vez, requer não apenas uma retórica de igualdade, mas, minimamente, a colocação em funcionamento, no discurso legal, de uma lógica de igualdade. Se assim não fosse, a lei não seria legítima e, muito menos, necessária” (FARIA FILHO, 1998, p. 101).

Apresentar as delegações que eram obedecidas de acordo com a legislação pela Congregação do Atheneu Sergipense, como também aquelas que não se encontravam expostas na lei, mas que os congregados acabavam adicionando ao cotidiano da instituição é o objetivo central deste tópico. Para isto, utilizei do cruzamento das Atas das reuniões da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS) com as leis já apresentadas.

Em 5/1/1871 teve início a primeira reunião da Congregação e a pauta foi justamente o que lhes conferia o Regulamento Orgânico da Instrução Pública de 1870: a eleição do secretário em conformidade com a lei e a confecção do seu próprio Estatuto e nomeação de uma comissão para esta tarefa. O secretário eleito foi professor da cadeira de História e Geografia, Raphael Archanjo de Moura Mattos, e a comissão para a confecção do Regimento interno foi composta pelos professores Thomaz Diogo Leopoldo e Geminiano Paes de Azevedo.

O assunto da confecção do Estatuto do estabelecimento perdurou durante algumas reuniões realizadas naquele ano, a exemplo das sessões dos dias 12 de janeiro, 30 de março, 1º de junho e 14 de novembro. Essa atribuição gerou alguns conflitos entre os congregados por falta de consenso referente às revisões feitas pela comissão, sendo sugerida por eles mesmos uma nova eleição de comissão para análise do Regimento<sup>61</sup>. Isto mostra o poder de decisão por parte da Congregação, uma vez que possuía a liberdade em alterar seus Estatutos. Vale ressaltar que esta alteração deveria estar baseada no Regimento do antigo Liceu Sergipano e no Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870, como consta na Ata do dia 5/1/1871.

Sobre os conflitos que marcaram o período de confecção do Estatuto, destaco o posicionamento do professor Tito Augusto Souto de Andrade na reunião do dia 30 de março de 1871, em que, ao pedir a palavra, solicitou que o documento fosse mais uma vez analisado, alegando a sua ausência na reunião e ocasião na qual o assunto foi tratado. Ou seja, mesmo ausente e ciente de que o Estatuto foi reformulado por uma comissão e aprovado pela maioria dos congregados em sessão, o professor Tito Augusto Souto de Andrade solicitou mais uma revisão por não concordar com alguns termos.

Devido a insatisfação do professor Tito Augusto Souto de Andrade, o Diretor pôs a votação o seu pedido. Como resultado, apenas Geminiano Paes de Azevedo foi contrário, contando, assim, sete votos a favor. Diante deste fato, foi eleita outra comissão encarregada de reformular o Estatuto, composta pelos seguintes membros: Tito Augusto Souto de Andrade, Sancho de Barros Pimentel e Raphael Archanjo de Moura Mattos. Assim, percebi que, neste exemplo que destaquei, as decisões foram tomadas a partir de uma insatisfação de parte de um dos membros, isto me fez repensar a seguinte afirmação feita por Sirinelli (2003):

A atração e a amizade e, ao contrário, a hostilidade e a rivalidade, a ruptura, a briga e o rancor desempenham igualmente um papel às vezes decisivo. [...] a imbricação das tensões devidas aos debates de ideias e desses fatores afetivos desemboca talvez, em alguns casos, numa patologia intelectual (SIRINELLI, 2003, p. 250).

---

<sup>61</sup> De acordo com Heloísa Helena Meirelles dos Santos (2011a), ao estudar a Congregação da Escola Normal do Rio de Janeiro durante os anos de 1880 a 1910, onde buscou investigar como essa Congregação se legitimou no cenário político-educacional, considerou que: “Ainda que a Congregação fosse composta por um grupo homogêneo em saberes e, por isso diferenciado no campo intelectual, as tensões entre os seus membros eram constantes e, os consensos nem sempre prevaleciam” (SANTOS, 2011, p. 129). Assim como a autora sobre a Congregação da Escola Normal do Rio de Janeiro, também pude constatar os conflitos existentes entre os congregados do Atheneu Sergipense.

Obviamente, diante de uma atitude de conflito e insatisfação, os congregados reviram e tomaram a decisão de, por meio da democracia (votação), atender ou não ao pedido feito. No exemplo dado, o professor Tito Augusto Souto de Andrade atingiu o seu objetivo, mas nem sempre foi assim, nem sempre houve consensos, como apresentarei em outros exemplos a seguir.

Na reunião do dia 12 de janeiro de 1871, os congregados aprovaram os capítulos 1º ao 9º do Estatuto que versam sobre a inspeção do Atheneu Sergipense; os direitos e deveres da Congregação; atribuições do Diretor, do secretário, dos professores e dos alunos; da distribuição do tempo para as aulas, tempo letivo e feriado; dos requisitos para a escolha dos compêndios e dos prêmios e castigos destinados aos professores e alunos. Somente o professor Raphael Archanjo de Moura Mattos votou contra o Art. 53º do capítulo 9º, o qual trata dos prêmios e castigos:

Art. 53º. As penas dos §§1º e 2º do art. 60 do Regulamento de 24 de Outubro de 1870 poderão ser impostos pelos professores, as dos §§3º e 4º e 5º do mesmo art. sel-o-hão na forma do art. 74 (Capítulo 9º, Art. 53º., Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Notei que este Artigo do Estatuto faz referência ao que já havia sido estabelecido no Regulamento da Instrução Pública de Sergipe de 1870. As penas às quais se refere o Art. 53º do Estatuto, fazendo menção aos parágrafos 1º e 2º do Art. 60 do Regulamento, são sobre as repreensões públicas ou restritas dadas pelos próprios professores aos alunos. Quanto aos parágrafos 3º, 4º e 5º tratam da redução da pena, abono do número de faltas e expulsão por motivos de mau comportamento, nesses casos somente o Diretor da instituição, juntamente com a Congregação, poderia determinar a pena. Na Ata não consta exatamente qual foi a insatisfação do professor Raphael Archanjo de Moura Mattos e qual a mudança realizada, registrou-se apenas que houve uma discussão e aprovação da solicitação de reformulação do referido Artigo.

Conforme Ata, após a discussão da insatisfação do professor Raphael A. de Moura Mattos e aprovação dos Capítulos do Estatuto, o Diretor propôs o preparo de duas cópias deste documento, em que uma fosse submetida à aprovação do Presidente da Província e a outra para que fosse arquivada na sala da Congregação. O ofício em que o Presidente da Província aprovou o Estatuto foi lido durante a reunião realizada no dia 30 de março de 1871. Apesar de a Congregação ter decidido, após aprovação do Presidente, em arquivar o Estatuto, este assunto voltou mais uma vez a ser posto como ponto de pauta na sessão do dia 1º de

junho daquele mesmo ano. Desta vez, a questão foi colocada pelo professor Sancho de Barros Pimentel, na condição de membro da comissão de revisão, solicitando que fosse mais uma vez revisto e reformulado. O Diretor, Manuel Luiz Azevedo D'Araújo aprovou tal solicitação.

Esta última proposta de reformulação do Estatuto solicitada por Sancho de Barros Pimentel, voltou a ser apresentada na sessão do dia 14 de novembro de 1871, em que o professor Raphael A. de Moura Mattos, também da comissão de revisão, em conjunto com os demais membros da Congregação, decidiram remeter tal proposta à Secretaria da Instrução Pública para os devidos efeitos.

Deste modo, o número de reuniões realizadas que tiveram como ponto de pauta a reformulação do Estatuto Interno do Atheneu Sergipense de 1871, reflete o trabalho dos congregados, evidenciando que eles liam e estudavam a melhor maneira de adequação deste documento com aquilo que observavam durante as atividades desenvolvidas na instituição, pois, como afirma Faria Filho “esse aspecto se revela importante já na formalidade da própria linguagem legal do século XIX: a lei é para ser lida, antes mesmo de ser obedecida” (FARIA FILHO, 1998, p. 103). E os membros da Congregação, por meio do que as Atas me apresentaram, liam, reliam, discordavam e alteravam aquilo que julgavam não cabível no/para o estabelecimento, apresentando, assim, o discernimento político diante das questões institucionais.

Seguindo a ordem dos desígnios destacados nos Regulamentos, o próximo ponto é sobre a produção dos Exames Anuais dos alunos e nomeação dos examinadores, conforme o Parágrafo 1º do Art. 7º do Estatuto do Atheneu Sergipense. Sobre esta atribuição, os membros tratavam sempre ao final de cada ano, em meados do mês de novembro, a exemplo das Atas dos dias 14 de novembro de 1871 e 12 de novembro de 1874. Tais exames eram aplicados no início do mês de dezembro, ao final de cada ano letivo, ocasião em que os alunos “provavam” estar aptos tanto para a conclusão do curso secundário como para o ingresso nas Academias do Império.

Na reunião do dia 14 de novembro de 1871, o Diretor consultou a Congregação sobre o dia de realização dos primeiros Exames Anuais aplicados no Atheneu Sergipense, tanto no Curso de Humanidades como no Curso Normal. Na Ata não consta o dia exato da aplicação dos Exames, apenas o horário, que seria das 10h às 15h, seguindo a ordem das seguintes disciplinas: Inglês, Filosofia, Aritmética e Geometria, Geografia, Gramática Filosófica, Pedagogia, Latim e Francês. Após a organização da sequência dos horários e cadeiras iniciou-se a eleição das bancas examinadoras. Segue resultado exposto no Quadro 10:

**Quadro 10 – Composição da banca examinadora dos Exames Anuais do Atheneu Sergipense, 1871<sup>62</sup>**

<b>Exames Anuais por Disciplina</b>	<b>Professores eleitos</b>
Exame de Inglês	Sancho de Barros Pimentel e Raphael Archanjo de Moura Mattos, quatro votos cada
Exame de Filosofia	Thomaz Diogo Leopoldo (sete votos) e Tito Augusto Souto de Andrade (seis votos)
Exame de Aritmética	Sancho de B. Pimentel e Thomaz D. Leopoldo, ambos com seis votos
Exame de Geografia	Geminiano Paes de Azevedo (sete votos) e Sancho de B. Pimentel (quatro votos)
Exame de Gramática Filosófica	Geminiano P. de Azevedo (sete votos) e Sancho de B. Pimentel (quatro votos)
Exame de Pedagogia	Geminiano P. de Azevedo (oito votos) e Thomaz D. Leopoldo (quatro votos)
Exame de Latim	Thomaz D. Leopoldo (sete votos) e Justiniano de Mello e Silva (quatro votos)
Exame de Francês	Raphael A. de Moura Mattos (oito votos) e Sancho de B. Pimentel (quatro votos).

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Com base no Quadro 10, percebi que do total de oito professores que faziam parte do corpo docente do Atheneu Sergipense em 1871, seis foram nomeados mediante eleição da Congregação, sendo: Sancho de Barros Pimentel, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Thomaz Diogo Leopoldo, Tito Augusto Souto de Andrade, Geminiano Paes de Azevedo e Justiniano de Mello e Silva. Os outros dois Antônio Diniz Barreto e Ignácio de Souza Valladão, não receberam votos suficientes para exercer a função, obtendo no máximo quatro votos. Para o Exame de Gramática Filosófica, houve empate entre Sancho de Barros Pimentel e Ignácio de Souza Valladão, porém, o Diretor, com o seu voto de minerva, desempatou, nomeando Sancho de B. Pimentel como examinador.

Dentre os mais votados estão Sancho de Barros Pimentel, eleito a compor as bancas das seguintes disciplinas: Inglês, Aritmética, Geografia, Gramática Filosófica e Francês; Thomaz Diogo Leopoldo: Filosofia, Aritmética, Pedagogia e Latim; e Geminiano Paes de Azevedo: Geografia, Gramática Filosófica e Pedagogia. Raphael Archanjo de Moura Mattos foi eleito em duas das oito disciplinas (Inglês e Francês), quanto a Tito Augusto Souto de Andrade e Justiniano de Mello e Silva apenas em uma cada, Filosofia e Latim, respectivamente. Na ocasião, o professor Justiniano solicitou que fosse dispensado desta

<sup>62</sup> O Quadro 10 foi organizado conforme a ordem dos Exames Anuais de cada disciplina presente nas Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 - CEMAS).

função de examinador, uma vez que estava encarregado de confeccionar a Memória Histórica e o relatório anual da instituição a cargo do estabelecimento. O seu pedido foi aprovado, ficando Sancho de Barros Pimentel como seu substituto na avaliação do Exame de Latim.

Durante a análise desta Ata e, após ter construído o Quadro 10 com os demonstrativos, muitas foram as indagações advindas das eleições de examinadores realizadas entre os professores para o ano de 1871. Citarei alguns exemplos: na Ata não consta se as bancas contavam com mais um membro, que seria o lente da disciplina, assim, presidente da banca, como foi possível localizar nos anos subsequentes. No caso de Ignácio de Souza Valladão, lente da disciplina Pedagogia e Tito Augusto Souto de Andrade, de Aritmética, não foram sequer postos a opção no momento da eleição. Provavelmente, os lentes titulares das disciplinas eram presidentes, sendo assim, de nomeação automática. Porém, a Ata não me traz clareza de tal hipótese, apresenta somente os nomes dos interessados e respectivos número de votos.

Nos anos de 1872 e 1873 este ponto de pauta (eleição dos examinadores dos Exames Anuais) não esteve presente nas reuniões, uma vez que essa discussão acontecia em meados do mês de novembro. No Livro de Atas (Ref. 481FASS01 - CEMAS) a última reunião realizada em 1872 aconteceu no dia 1º de agosto e, mesmo assim, foi cancelada por falta de quórum. Assim, a última sessão em que houve discussões foi no 7º dia do mês de março. As hipóteses a serem levantadas sobre esta questão é que as respectivas Atas não foram registradas ou não houve Exames Anuais durante esses anos, apesar da sua obrigatoriedade ao final de cada ano letivo. Já no ano de 1873, a última reunião foi realizada em 14 de novembro, cujas discussões foram relativas a abono de faltas dos alunos e sobre a validação dos Exames de Preparatórios na Província de Sergipe, conforme ato do Governo Geral.

O último registro que se tem sobre a organização dos Exames Anuais, durante o período delimitado neste trabalho, data do dia 12 de novembro de 1874. Nesta sessão, o professor José João de Araújo Lima solicitou a palavra em consonância com o Estatuto da instituição, requerendo que os Exames começassem dia 16 e terminassem no último dia daquele mesmo mês. Em seguida foi feita a eleição dos examinadores de cada disciplina com o seguinte resultado, conforme apresento no Quadro 11:

Quadro 11 – Composição da banca examinadora dos Exames Anuais do Atheneu Sergipense, 1874<sup>63</sup>

Exames Anuais por Disciplina	Professores eleitos
Exame de Pedagogia	Presidente da mesa: Ignácio de Souza Valladão; Geminiano Paes de Azevedo (seis votos) e Tito Augusto Souto de Andrade (quatro votos)
Exame de Gramática	Presidente da mesa: Antônio Diniz Barreto; Manuel Francisco Alves de Oliveira e Brício Mauricio de Azevedo Cardoso, sete votos cada.
Exame de Religião	Presidente da mesa: Manuel Francisco Alves de Oliveira; Brício Maurício de A. Cardoso (três votos) e Ignácio de S. Valladão (seis votos)
Exame de Geografia	Presidente da mesa: Raphael Archanjo de Moura Mattos; José João de Araújo Lima (sete votos) e Sancho de B. Pimentel (sete votos)
Exame de História	Presidente da mesa: José João de A. Lima; Raphael A. de Moura Mattos (sete votos) e Geminiano P. de Azevedo (um voto)
Exame de Aritmética	Presidente da mesa: Tito Augusto Souto de Andrade; Pedro Pereira de Andrada (sete votos) e Brício Maurício de A. Cardoso (três votos)
Exame de Geometria	Presidente da mesa: Pedro Pereira de Andrada; Brício Maurício de A. Cardoso (sete votos) e Tito Augusto S. de Andrade (sete votos)

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Diferentemente do quadro anterior, em que mostro a composição das mesas examinadoras para os Exames Anuais do ano de 1871, notei que, em 1874, além daqueles professores escolhidos por meio de eleição, havia o Presidente da mesa, desta vez, informação registrada em Ata. Esses professores nomeados como presidentes eram os próprios lentes catedráticos das respectivas cadeiras. Sobre a mesa do Exame de História, sob a presidência do professor José João de Araújo Lima, foram eleitos os professores Raphael Archanjo de Moura Mattos e Geminiano Paes de Azevedo. Porém, a princípio, no lugar do professor Geminiano, teria sido Sancho de Barros Pimentel eleito com cinco votos. Naquela ocasião o professor Sancho recusou fazer parte da comissão por “motivos justos” que não foram especificados em Ata. Estas mesmas bancas foram selecionadas tanto para os Exames Anuais

<sup>63</sup> O Quadro 11 foi organizado conforme a ordem dos Exames Anuais de cada disciplina presente nas Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 - CEMAS).



como para os Exames de Preparatórios, em que os alunos optavam em continuar cursando o Secundário ou almejavam ingressar nas Academias do Império.

Ainda sobre o Quadro 11, vale salientar que em fins dos anos de 1874, os professores Justiniano de Mello e Silva e Thomaz Diogo Leopoldo já não ocupavam os cargos de professores do Atheneu Sergipense, assim, com as substituições, o quadro docente encontrava-se composto pelos seguintes catedráticos: Antônio Diniz Barreto, Brício Maurício de Azevedo Cardoso, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valladão, José João de Araújo Lima, Manuel Francisco Alves de Oliveira, Pedro Pereira de Andrada, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel e Tito Augusto Souto de Andrade.

Nota-se que o professor Brício Maurício de Azevedo Cardoso foi o mais requisitado e votado a compor as bancas dos Exames de 1874, no total de quatro disciplinas – Gramática, Religião, Aritmética e Geometria. Enquanto Antônio Diniz Barreto aparece apenas como Presidente da banca de Gramática, uma vez que era o lente da disciplina. Mesmo posto à votação, Antônio Diniz Barreto não chegou a ultrapassar os três votos, aliás, em sua maioria, recebeu apenas um. Desta forma, verifiquei algumas discrepâncias quanto ao número de votos por professor, enquanto uns recebiam sete votos, outros recebiam um. Se a formação específica naquele momento não era julgada, então quais os critérios usados pelos congregados durante as escolhas? Seria afinidade ideológica? Por afeição? Ou experiência em cada área? Sobre estas questões não há registros nem determinações legais no Regulamento da Instrução Pública e no Estatuto interno da instituição, os quais apontam que as bancas são formadas mediante eleição, mas não prescrevem os critérios que os nomeados deveriam atender.

Assim, com base nestes fragmentos das reuniões localizados no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (Ref. 481FASS01 - CEMAS), considero que os seus congregados obedeciam àquilo que estava prescrito no §2º do Art. 26 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870 e no § 1º do Art. 7º do Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871, aos quais se referem os Exames Anuais e formação de bancas examinadoras, embora não haja registros relativos aos anos de 1872 e 1873.

O próximo ponto estabelecido no Regulamento de 1870 e no Estatuto do Atheneu Sergipense de 1871 diz respeito ao julgamento das faltas dos alunos. Assunto de caráter pedagógico, o abono ou não das faltas, esteve presente em uma parte considerável das reuniões realizadas entre os anos de 1871 a 1875. A primeira sessão em que debateram este tema data do dia 30 de março de 1871, em que um aluno de nome João D'Ávila Almeida, solicitou o abono das suas faltas, com causa de moléstia comprovada. Neste caso, a

Congregação emitiu um parecer favorável ao aluno. Neste mesmo ano, o julgamento das faltas foi discutido também nas reuniões dos dias 1º de junho<sup>64</sup> e 3 de agosto<sup>65</sup>.

Em 1872 o abono ou não das faltas dos alunos não esteve em discussão entre os congregados. Já em 1873 registraram-se duas sessões, sendo uma no dia 10 de julho e a segunda em 14 de novembro, respectivamente. Em 1874, destaco as reuniões dos dias cinco de março e 1º de outubro. Quanto ao ano de 1875, não há registro sobre este ponto de pauta, uma vez que analisei somente a primeira reunião do ano, sendo a última presidida por Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. Assim, por meio das Atas, pode-se afirmar que esta determinação demandada pela legislação educacional sergipana é mais um ponto que era obedecido pelos intelectuais que compuseram a primeira Congregação do Atheneu Sergipense.

Outra competência legal corresponde à confecção de uma “Memória Histórica” da instituição, em que o Diretor deveria nomear um professor para este encargo, seja por meio de eleição ou não. O primeiro encarregado desta atividade foi Justiniano de Mello e Silva no ano de 1871, conforme Ata do dia 14 de novembro; e o segundo eleito para esta incumbência foi o professor Sancho de Barros Pimentel no dia 12 de novembro de 1874. Portanto, pelo que consta em Ata, durante o período em estudo foram produzidas duas “Memórias Históricas” do Atheneu Sergipense, porém, não foi possível localizá-las nos arquivos frequentados.

No mesmo parágrafo do Regulamento da Instrução Pública que versa sobre a confecção da “Memória Histórica”, trata também dos relatórios anuais de aproveitamento dos alunos, em que todos os professores faziam as suas apresentações durante a reunião, sempre ao final do ano letivo ou quando achavam necessário, caso houvesse indisciplina dos discentes. No ano de 1871 esses relatórios foram apresentados em dois momentos, o primeiro em 1º de junho<sup>66</sup> e o outro em 14 de novembro. Sobre este último, os professores apresentaram informações referentes às reprovações ocorridas. Segue Quadro 12 com a lista das disciplinas em que houve esses casos e os nomes dos respectivos alunos.

---

<sup>64</sup> Requerimento de Maria d'Oliveira solicitando o abono das faltas do seu filho – não foi citado em Ata o nome do aluno. A Congregação deferiu a solicitação (Ata da reunião do dia 1º de junho de 1871, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>65</sup> Requerimento de Maria Angélica da Mota, mãe do aluno A. da Mota Rabello, solicitando o abono das faltas do filho nas aulas de Francês e Aritmética. Foi apresentado o atestado de moléstia. O professor Geminiano Paes de Azevedo analisou o pedido e o deferiu, abonando as faltas do aluno nas suas aulas (Ata da reunião do dia 3 de agosto de 1871, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>66</sup> Na Ata da reunião do dia 1º de junho de 1871 consta que o professor Ignácio de Souza Valladão apresentou o relatório de comportamento e aproveitamento dos alunos da sua disciplina, em seguida solicitou que o documento fosse arquivado e enviado ao Presidente da Província. Consta que os demais professores presentes fizeram a mesma apresentação das suas respectivas cadeiras, porém, não foi registrado em Ata os nomes dos alunos e o grau de aproveitamento (Ata da reunião do dia 1º de junho de 1871, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Quadro 12 – Reprovação no Atheneu Sergipense por disciplina, 1871<sup>67</sup>

Disciplina	Alunos reprovados	Número
Aritmética	João Manoel S. Pinto; Ernesto Alves Barros; Manoel Dias F. Lima; A. Pinto Lobão; E. Augusto D'Azevedo; Francisco José de Goes J.; Guilhermino José de Goes; José A. Rodrigues; Antônio José T. Fontes	09
Latim	Manoel Pereira da Luz; Manoel dos Passos de Oliveira Telles; Francisco M. de Mattos; João D'Ávila e Almeida; Francisco C. de Goes Pessoa; A. Abílio da França; Estevão Pereira Coelho	07
Gramática Filosófica	Ernesto Alves Barros; Manoel Pereira da Luz; Minerviano Freire Pitombo; Manoel Dias F. Lima; Cícero I. de Mattos Pinto	05
Inglês	Cippriano José Pinheiro; Minerviano Freire Pitombo; José Cláudio de Araújo Pereira Caldas; Martiniano de Mello e Silva	04
Filosofia	Francisco Freire Pitombo; Justiniano Pinto da S. Salles	02
Pedagogia	Manoel Dias Ferreira Lima	01
Geografia	João D'Ávila e Almeida	01

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Com base nos dados apresentados pelos professores de cada disciplina na reunião realizada no dia 14 de novembro de 1871, observei que alguns alunos reprovaram em mais de uma disciplina, como é o caso de Minervino Freire Pitombo, reprovado em Inglês e Gramática Filosófica; Manoel Dias Ferreira Lima, reprovado Pedagogia, Gramática Filosófica e Aritmética; João D'Ávila e Almeida, reprovado em Geografia e Latim; Ernesto Alves Barros, reprovado em Gramática Filosófica e Aritmética; e Manoel Pereira da Cruz, em Gramática Filosófica e Latim<sup>68</sup>.

Durante os anos de 1871 a 1875, além dos relatórios já citados, houve, na reunião do dia 4/9/1874, uma reclamação do professor Geminiano Paes de Azevedo sobre a indisciplina – não especificada em Ata - de um dos seus alunos. Com isto, verifiquei que os membros da Congregação do Atheneu Sergipense cumpriram mais uma das atribuições prescritas no §4º do Art. 26 do Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870 e no §3º do Art. 7º do Estatuto interno do estabelecimento.

<sup>67</sup> O Quadro 12 foi organizado seguindo a ordem do número de alunos reprovados, das disciplinas com maior índice de reprovação à menor.

<sup>68</sup> Neste mesmo mês foi divulgado um edital no *Jornal do Aracaju*, publicado pelo secretário da Congregação, Raphael Archanjo de Moura Mattos, no qual apresenta os nomes desses alunos que perderam o ano nas respectivas disciplinas (*Jornal do Aracaju*, novembro de 1871. Publicado por Raphael Archanjo de Moura Mattos).

Ao que segue as competências determinadas na legislação educacional analisada, a próxima questão possível de ser notada por meio das Atas da Congregação é sobre o que está prescrito no §15º do Art. 7º do Estatuto interno e no Art. 28 do Regulamento de 1870: a eleição anual de um professor que também atuasse como secretário. Durante o período em estudo foram eleitos quatro secretários, conforme apresento no Quadro 13.

**Quadro 13 – Relação anual dos secretários eleitos do Atheneu Sergipense**

Ano	Professor eleito
1871	Raphael Archanjo de Moura Mattos
1872	Sancho de Barros Pimentel
1873	Geminiano Paes de Azevedo
1874	Justiniano de Mello e Silva

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01- CEMAS).

Assim, os professores nomeados a ocuparem também o cargo de secretário da Congregação, mediante eleição, além das suas funções exercidas como professores deveriam também, seguir as seguintes atribuições:

Art.18º Ao Secretario compete:

§1º. Ter ao seu cargo a escripturação da Congregação.

§2º. Redigir as actas das sessões e a correspondência respectiva.

§3º. Fazer assignar a matrícula em livro proprio aos estudantes que se propuserem a frequentar as aulas do estabelecimento, precedendo despacho do Director.

(Capítulo 4º, Art. 18º. Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Se em algum momento o secretário eleito precisasse se ausentar das reuniões por algum motivo, era substituído por alguém a mando do Diretor da instituição ou pela Diretoria da Instrução Pública. Nas reuniões dos dias 4/9/1874, 1º de outubro e 12 de novembro do mesmo ano, o secretário Justiniano de Mello e Silva foi substituído, respectivamente, por Pedro Barbosa Leal<sup>69</sup> e Severiano Cardoso<sup>70</sup> – membros da Diretoria da Instrução, servindo

<sup>69</sup> Não localizei os dados biográficos deste intelectual nas fontes consultadas.

<sup>70</sup> Severiano Cardoso: Nasceu em Estância-Se no dia 14 de março de 1840 e faleceu em Aracaju em 2/10/1907. Filho de Joaquim Maurício Cardoso e Joana Batista de Azevedo Cardoso. No início dos anos de 1870, atuou como Secretário e Oficial Maior da Instrução Pública de Sergipe. E em 1878 mudou-se para a Província de Minas Gerais, assumindo a diretoria do colégio “Parthenon Mineiro”. Em 1880 retorna a Sergipe e funda o colégio “Minerva”. E em meados de 1882 foi nomeado professor da cadeira de Italiano da Escola Normal, e posteriormente ocupou também a cadeira de Aritmética na mesma instituição. No Atheneu Sergipense foi professor de várias disciplinas, como: Literatura, Lógica e Português (GUARANÁ, 1925). Mais informações sobre este intelectual podem ser encontradas nos trabalhos de Freitas (2004) e Santos (2015).

como secretários do Atheneu Sergipense. Assim, era obrigatória a presença do secretário durante as sessões ordinárias e extraordinárias, uma vez que havia competências que lhes eram exclusivas.

Ao denominar o presente tópico como “Aquilo que era obedecido legalmente e o que era imposto pelos próprios congregados”, fiz um levantamento da obediência por meio das informações contidas nas Atas das reuniões. Foi possível notar também atribuições que não estão contidas, diretamente, no Regulamento da Instrução Pública de 1870, mas que os congregados tinham autonomia em escolher e discutir sobre aquilo que julgavam necessário, a exemplo das alterações dos horários das aulas.

Dentre os pontos mais discutidos anualmente, a mudança de horário das aulas acontecia conforme os professores mostrassem-se incomodados, normalmente por questões pessoais, solicitando que alterações constantes fossem feitas. Verifiquei que em muitos casos esses pedidos não eram atendidos pela maioria dos membros, uma vez que alterando determinada aula, acabaria interferindo as demais e nem sempre os professores tinham a disponibilidade, pois também se dedicavam a tarefas exteriores. Sobre esses debates a legislação não especifica, assim, torna-se uma determinação imposta por eles mesmos, já que adequavam as suas vidas ao cotidiano do Atheneu Sergipense.

Em 1871, primeiro ano de funcionamento da instituição, os horários das aulas estavam determinados conforme os Artigos 44º, 45º e 46º do Estatuto:

Art. 44º. O Atheneu estará aberto desde as sete horas da manhã ate as tres da tarde, para que possa ter logar o ensino de suas varias disciplinas.

Art. 45º. As aulas funcionarão no tempo marcado no seguinte horario:

Geographia e Historia

Arithmetica, Algebra e Geometria

Philosophia

Francez

Grammatica Philosophica

Inglez

Latim

Rethorica e Poetica

Pedagogia

Art. 46º. Todos os dias da semana são lectivos, a exceção dos domingos, quintas-feiras, dias santos de guarda e feriados por Lei.

(Capítulo 7º, Arts. 44º, 45º e 46º. Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).<sup>71</sup>

---

<sup>71</sup> Conforme verifiquei, nos Artigos 44º, 45º e 46º do Estatuto do Atheneu Sergipense, não consta os horários exatos para cada cadeira, apenas que as aulas vão das 7h da manhã às 15h da tarde e, por fim, a ordem das disciplinas.

Como os horários do primeiro ano letivo de atividades já estavam determinados no Estatuto interno, assim, em 1871, não houve reunião da Congregação que abordasse este assunto, já que, anteriormente, os professores confeccionaram o documento e estavam cientes dos seus respectivos horários das aulas. De acordo com as pesquisas de Alves (2005a) e as Atas das reuniões, no ano de 1872 houve alteração apenas no horário das aulas de Filosofia que passou para as 7h e Inglês às 9h (ALVES, 2005a, p. 258). Esta mudança feita no quadro de horários das disciplinas gerou alguns debates entre os congregados e até certos embates aparentes, devido a uma contra solicitação do professor Justiniano de Mello e Silva feita em 2/3/1872, que solicitou que as suas aulas passassem a funcionar às 16h:30min. Naquela ocasião o pedido foi deferido pelos congregados presentes, porém, a presidência da Instrução Pública também deveria ser consultada. Quando, cinco dias após a solicitação, a presidência encaminha um ofício declarando a não validação do pedido de mudança de horário do professor Justiniano de Mello e Silva.

Anteriormente, quando citei o caso do professor Tito Augusto Souto de Andrade e o seu pedido de revisão do Estatuto, comentei que nem sempre houve consensos e pedidos internos atendidos e este caso do professor Justiniano de Mello e Silva é um bom exemplo. Na reunião do dia 7 de março em que foi lido o ofício encaminhado pela presidência à Congregação, negando a solicitação do professor em questão, Tito Augusto Souto de Andrade se manifestou e pediu a palavra, protestando contra a consulta que o Vice-Diretor – na ocasião o Diretor Manuel Luiz Azevedo de Araújo se encontrava ausente - fez ao requerimento de Justiniano de M. e Silva, uma vez que esta era atribuição de todos os membros. Foi necessário abrir uma votação, no entanto houve empate entre os que foram contrários e favoráveis, três votos cada. O Vice-Diretor desempatou e, por fim, aprovou o requerimento.

Na primeira reunião do ano de 1873, realizada em 1º de fevereiro, o horário foi mais uma vez discutido pela Congregação, sofrendo as seguintes alterações conforme destaque no Quadro 14.

**Quadro 14 – Distribuição dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina, 1873**

<b>Horários</b>	<b>Disciplinas</b>
Das 7h às 8h30min	Aritmética, Álgebra e Geometria; Filosofia
Das 9h às 10h30min	Francês; Inglês
Das 10h30min às 12h	Geografia; Gramática Filosófica
Das 12h “em diante” <sup>72</sup>	Latim; Pedagogia

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

<sup>72</sup> “Em diante”: expressão usada pelos membros da Congregação ao se referirem ao período que vai das 13h às 15h (Ata da reunião do dia 1º de fevereiro de 1873, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Esta reformulação dos horários perdurou durante todo o ano de 1873 adentrando os primeiros meses de 1874. Quando, insatisfeito, o professor Ascendino Ângelo dos Reis solicitou a mudança do horário das suas aulas na reunião do dia 5/3/1874, um mês após a sua nomeação como professor de Inglês e História da instituição. A Congregação discutiu e resolveu não alterar o horário que se achava em vigor. No entanto, em 30 de abril, uma reforma se fez necessária em virtude da divisão de algumas disciplinas, sendo elas: Geografia, Aritmética e Geometria, como também a criação da cadeira de Retórica e Poética<sup>73</sup>. Diante de tais mudanças no Plano de Estudos do Atheneu Sergipense, os horários foram novamente discutidos e reestabelecidos, conforme apresento no Quadro 15.

**Quadro 15- Distribuição dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina, 1874**

<b>Horários</b>	<b>Disciplinas</b>
Das 7h às 8h30min	Aritmética; Filosofia; Pedagogia
Das 9h às 10h30min	Inglês; Geografia
Das 10h30min às 12h	Francês; História; Religião
Das 12h às 14h	Latim
Das 12h às 13h30min	Retórica e Poética
Das 14h às 15h30min	Geometria; Gramática Racional

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Apresentada esta organização dos horários, verifiquei o surgimento não apenas da disciplina Retórica e Poética, mas também de Religião. Nas Atas analisadas não há indícios da criação desta cadeira, ela aparece somente na ocasião em que os congregados distribuíram tais horários e disciplinas. Ainda na reunião do dia 30 de abril, o professor Raphael Archanjo de Moura Mattos se pronunciou contra o horário das aulas de Retórica e Poética e Pedagogia, por entender mais conveniente o inverso do que havia estabelecido, alegando que empregados públicos pretendiam se matricular nessas disciplinas e os horários determinados não lhes eram favoráveis. Pelo que consta em Ata, este pronunciamento do professor não chegou a ser discutido pelos demais partícipes naquela ocasião.

No entanto, uma semana após a organização da tabela de horários apresentada no Quadro 15, em 7/5/1874, aconteceu uma reunião extraordinária em que o único ponto de pauta foi, mais uma vez, a reformulação dos horários, ocasionada pela insatisfação dos alunos. A alegação feita pelos requerentes é que tal organização implicaria na frequência das aulas,

<sup>73</sup> Antes da divisão, a disciplina Geografia era ministrada em conjunto com História; e Aritmética e Geometria, em conjunto com Álgebra, formando assim, duas disciplinas: Geografia e História; Aritmética, Álgebra e Geometria.

uma vez que houve choque de horários entre algumas disciplinas. Com isto, ficou dada a seguinte composição e que durou até o final do ano de 1874.

**Quadro 16 - Distribuição definitiva dos horários do Atheneu Sergipense por disciplina, 1874**

<b>Horários</b>	<b>Disciplinas</b>
Das 7h às 8h30min	Inglês
Das 9h às 10h30min	Geografia e Gramática Racional
Das 10h30min às 12h	Francês; História; Pedagogia
Das 12h às 14h	Latim; Religião
Às 15h	Geometria; Retórica e Poética

FONTE: Quadro elaborado a partir do Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875. Ref. 481FASS01 - CEMAS).

Sobre essa dinâmica das disciplinas, retomo a ideia defendida por Viñao (2008), para quem as disciplinas escolares devem ser consideradas “organismos vivos” (VINÃO, 2008, p. 204), uma vez que são suscetíveis a mudanças, tanto de nomenclatura, conteúdos ou metodologia. Há ainda aquelas que possuem denominações semelhantes, mas com conteúdos nem sempre análogos e vice-versa. Ainda para o autor, os conteúdos trabalhados nas diversas disciplinas é um dos componentes principais que as constituem.

Trata-se, pois, de um corpo de conteúdos concretos dispostos em uma ordem, um método e uma extensão determinada em forma de temas, questões, unidades didáticas ou outros agrupamentos semelhantes. Um corpo definido, com maior ou menor detalhe, nos planos de estudos públicos ou privados, em questionários ou orientações de índole oficial ou particular, nos temários das oposições ou provas para atender à docência, nos programas estabelecidos por cada professor para o ensino da sua matéria ou disciplina, nos cadernos escolares e exames, nas notas ou apontamentos da classe e, como não poderia ser de outra forma, nos livros de texto utilizados neste ensino (VINÃO, 2008, p. 207).

Ao mencionar questões referentes aos conteúdos de cada disciplina, considerando como parâmetro as concepções de Viñao (2008), torna-se necessário apresentar os compêndios adotados no Atheneu Sergipense. Conforme estabelecido no Capítulo 8º, Art. 48º do Estatuto da instituição, os professores deveriam adotar para as suas cadeiras as obras dos seguintes autores:

Art. 48º. Os compendios adoptados para as aulas de línguas e sciencias são os seguintes: §1º. Para os estudos da língua Latina – Artinha e Novo Methodo do Padre Pereira, Syntaxe de Dantas, Eutropio, Cornelio, Phedro,



Cicero, Tito Livio, Salustio, Tacito, Horacio e Virgilio. §2º. Para o ensino da língua Franceza – Grammatica de Emilio Serene, Philon, Narrações e Selectas de Charles André. §3º. Para o ensino da língua Ingleza – Grammatica de Gibson, Selecta de Sadler e History de F. Roma. §4º. Para o ensino de Arithmetica, Algebra e Geometria – os compendios das mesmas materias por C. Otoni. §5º. Para o estudo de Grammatica Philosophica e analise de clássicos – Grammatica de F. Stero dos Reis e as Postillas do mesmo auctor, bem como o Iris Classico, por Castilho e D. Jayme, por Thomaz Ribeiro. §6º. Para o de Philosophia – a obra de Barbe – Curso completo de Philosophia racional e moral. §7º. Para o de Geographia – a Geographia de Pompeu Brasil e a de Gaultier – edição de 1867. – Atlas de Grosselin de Lamarcho, e para Historia Universal – o compendio de Victor Dinny, e do Brasil o compendio de Salvador Correia. §8º. Para a Rethorica e Poetica – os Elementos de Eloquencia Nacional e Poetica de F. de Carvalho, Andrieux, Lucena – a Vida do Padre Francisco Xavier e Manoel Odorico Mendes – Virgilio Brasileiro. §9º. Para o de Pedagogia – Deligault – curso pratico de Pedagogia, Catecismo de Douctrina Cristam, por Fonseca Lima, Manual do ensino simultaneo traduzido por J. A. Portellos, e o resumo de Historia Sagrada do Manual encyclopedico (Capítulo 8º, Art. 48º. Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Além dessas obras e autores indicados no Estatuto do Atheneu Sergipense, os professores possuíam a liberdade de alterá-los, a exemplo da viagem feita pelo professor Ignácio de Souza Valladão à Província da Bahia em busca de compêndios para as suas aulas de Pedagogia. Anteriormente chamei a atenção para o surgimento da disciplina Religião, mas, ao observar o Parágrafo 9º do Art. 48º do Estatuto, verifiquei que os conteúdos de Religião estavam inseridos na cadeira de Pedagogia, ao citar o Catecismo de Doutrina Cristã. Com isto, recordei mais uma vez das concepções defendidas por Viñao (2008).

Assim, os conteúdos ministrados nas disciplinas do Atheneu Sergipense podiam ser escolhidos pelos professores, mas sempre ancorados nas bases legais que os regiam. A incorporação de novos compêndios à lista já apresentada no Estatuto, pelo que pude observar nas informações contidas nas Atas, era de responsabilidade da Congregação, devendo, posteriormente, ser encaminhada ao Governo para a aprovação e publicada no jornal oficial, conforme Ata de 12/1/1871. Assim rezavam os Artigos 3º e 4º do Estatuto do Atheneu Sergipense sobre a autonomia da Congregação e as aprovações feitas pelo Governo.

Art. 3º. As decisões extraordinárias da Congregação que versarem sobre o regime administrativo e disciplinar do Atheneu não terão vigor sem que tenham obtido a aprovação do Governo. Art. 4º. A iniciativa das propostas relativas à administração do Atheneu pertence tanto ao Director como a cada um dos professores, membros natos da Congregação; com a diferença porém de que sobre taes materias pode o Director tomar medidas provisórias, que deverá submeter à consideração da Congregação dentro de tres dias, ainda que para tal fim seja preciso convocar-a extraordinariamente (Arts. 3º e 4º. Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871).

Quanto àquilo que deveria ser editado e publicado na imprensa local, além da adoção de novos compêndios, verifiquei, por meio do *Jornal do Aracaju* (1871-1875), editais e postagens referentes aos seguintes temas relativos ao Atheneu Sergipense, publicados, inclusive, pelos próprios congregados, uma vez que o redator-chefe deste jornal era o Diretor Manoel Luiz Azevedo D'Araújo. Segue Quadro 17 em que apresento as publicações referentes ao Atheneu Sergipense durante o período em estudo.

**Quadro 17 – Publicações feitas pelos congregados do Atheneu Sergipense no *Jornal do Aracaju*, 1871-1875**

Mês/Ano	Editais/Publicações/Postagens
Nov./1871	Notícia sobre a realização dos exames de Francês e exames parciais/ lista com os nomes dos alunos aprovados; Edital dos estudantes que perderam o ano nas aulas de Inglês, Filosofia, Gramática Filosófica, Geografia, Pedagogia, Aritmética, Latim e Francês
Dez./1871	Anúncio para os pais que desejassem matricular seus filhos (informações sobre disciplinas e valor da taxa de inscrição); Edital de Exame de Habilitação para professores primários, cuja banca examinadora foi composta por Ignácio de Souza Valladão, Raphael Archanjo de Moura Mattos e a prof. <sup>a</sup> D. Fraucina da Glória Muniz <sup>74</sup>
Jan./1872	Edital de abertura das matrículas do Atheneu Sergipense
Fev./1872	Pedido de reforma do edifício
Jan./1873	Edital de abertura das matrículas
Nov./1873	Convocação para a reunião da Congregação
Mar./1874	Notícia sobre a inclusão de disciplinas ao Curso Normal
Abr./1874	Convocação para a reunião da Congregação
Mai./1874	Nota sobre o preenchimento das cadeiras de História e Geografia/ crítica a não realização do concurso
Jan./1875	Postagem relatando a importância do Curso Normal; Discussão do Regulamento da Instrução Pública de 1870 sobre aquilo que competia à Congregação
Fev./1875	Divulgação dos horários e compêndios adotados para as aulas do Curso Normal; Edital de abertura das matrículas para os primeiros anos do Curso Normal
Mai./1875	Nota sobre a saída do Diretor da Instrução Pública, Manoel Luiz Azevedo D'Araújo, destacando a sua importância enquanto ocupou a direção do Atheneu Sergipense
Jun./1875	Edital do concurso das cadeiras de História e Geometria

FONTE: Quadro elaborado a partir das informações contidas no *Jornal do Aracaju* (1871-1875)

<sup>74</sup> Já foi discutido anteriormente sobre o Exame de Habilitação aplicado aos professores nomeados para ocuparem as cadeiras do Atheneu Sergipense, porém, o edital publicado em dezembro de 1871 refere-se aos professores primários. Os magistrados que pretendessem lecionar na Província no ano de 1871, eram submetidos a um Exame de Habilitação, e a banca examinadora composta, na maioria, pelos lentes do Atheneu Sergipense, a exemplo de Ignácio de Souza Valladão e Raphael Archanjo de Moura Mattos.

Por meio da análise realizada no *Jornal do Aracaju* (1871-1875), veículo de comunicação comum à época, verifiquei mais um elemento prescrito na legislação educacional sergipana que era seguido pelos congregados: a divulgação de editais e publicações referentes aos assuntos pedagógicos e administrativos do Atheneu Sergipense. Uma vez que Manuel Luiz Azevedo D'Araújo era o redator-chefe deste impresso, as publicações eram mais frequentes e livres aos demais membros da Congregação. Observei que alguns desses anúncios não possuem identificação do autor, nem mesmo pseudônimos. Porém, em outros, constam as assinaturas de Manoel Luiz A. D'Araújo, Raphael Archanjo de Moura Mattos e Ignácio de Souza Valladão.

Encontrei este impresso, o *Jornal do Aracaju*, no acervo digital do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS). Nele, averigui que há alguns intervalos de tempo, mas não por não haver publicação, mas por se encontrarem totalmente ilegíveis por conta do tempo, a exemplo dos meses que compõe os anos de 1872 e 1873. Os únicos cadernos em que foi possível a leitura e análise são os dos meses de janeiro, fevereiro e novembro, em que constam a divulgação dos editais de matrícula, pedido de reforma do edifício do Atheneu Sergipense e convocação para as reuniões da Congregação, conforme Quadro 17.

Ao delimitar meu marco temporal, defini que este iria de 1871 até meados de fevereiro de 1875, período da atuação de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. Porém, no Quadro das publicações feitas no *Jornal do Aracaju* (1871-1875), pode-se perceber que destaquei também os meses de maio e junho de 1875. A opção em por em relevo estes dois meses posteriores deu-se pelos nítidos e importantes motivos: a saída de Manuel Luiz do cargo de Diretor e o edital do primeiro concurso para professores do Atheneu Sergipense.

Quanto à saída do Diretor, como dito anteriormente, não encontrei registros nas Atas das reuniões, assim, a única fonte que confirmou este momento foi o *Jornal do Aracaju* que circulou na época. Esta notícia fora divulgada semanalmente, durante todo o mês de maio. Conforme Manoel Armindo Cordeiro Guaraná (1925) houve uma considerável repercussão e reconhecimento por parte da intelectualidade local, devido às iniciativas tomadas por este intelectual perante a Instrução Pública sergipana e por sua atuação no Atheneu Sergipense (GUARANÁ, 1925, p. 212-213).

Já sob a segunda direção, presidida por Manuel Pereira Guimarães, foi divulgado em junho de 1875 o edital do primeiro concurso para provimento das cadeiras de História e Geometria do Atheneu Sergipense<sup>75</sup>. O recrutamento dos professores via concurso era uma

---

<sup>75</sup> Sobre os pontos exigidos para o concurso de História, determinava o Regulamento da Instrução Pública de 1870: “§2º. O exame de História e Geographia consistirá no desenvolvimento escripto e na exposição oral de

questão amparada legalmente e que passou a ser seguida quase cinco anos após a sua fundação. No Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe de 1870 há um Capítulo específico voltado à realização de concursos e/ou nomeações, o que assegura a importância de tal mecanismo.

[...] ao longo do século XIX, leis e regulamentos relativos à instrução pública e ao recrutamento docente, em várias instâncias do ensino, buscaram impor certas regularidades e controle nos mecanismos de constituição dos quadros docentes, o que pode ser observado pelas regras de exames, concurso, seleção e nomeação de professores públicos e pelo monopólio de concessão de licença aos particulares. Neste conjunto de leis, destacam-se a importância crescente que se atribuía à necessidade de formação escolar específica, a definição dos objetos de interesse e saberes correspondentes a cada uma das profissões e a formulação de exigências aos candidatos que pretendessem o ingresso (como a comprovação de conduta moral exemplar e de capacidade técnica, por meio do exame) (GONDRA; SCHUELER, 2008, p. 168).

As regras de recrutamento docente estabelecidas pela legislação educacional sergipana oitocentista estão pautadas na comprovação da moralidade e capacidade profissional. Como salientam Gondra e Schueler (2008), por meio dos documentos legais nota-se a imposição do Governo em regularizar o ingresso dos candidatos aos cargos de professores provinciais, e essa medida era regulamentada tanto para o ensino primário como para o secundário. No Atheneu Sergipense essa medida passou a ser seguida devido à separação das cadeiras de História e Geografia e Aritmética e Geometria. Após essa divisão das disciplinas o quadro docente ficou desfalcado, havendo a necessidade da realização de concurso para provimento das respectivas cadeiras (TELES, 2009).

Assim, embora os meses que sucederam a direção de Manoel Luiz Azevedo D'Araújo não seja o foco deste trabalho, serviu para a continuação da comprovação de que os membros da Congregação do Atheneu Sergipense e a Instrução Pública sergipana continuaram em busca da obediência às bases legais e institucionais impostas. Com isto, diante do que apresentei nesta seção, verifiquei que as atividades desenvolvidas pelo primeiro grupo de atores que compuseram a Congregação do Atheneu Sergipense atuavam em consonância com as exigências prescritas legalmente, mesmo que em alguns momentos tenham ocorrido

---

algun dos mais importantes períodos historicos, sendo o pretendente interrogado tambien sobre os factos que tenham relação com os mesmos períodos [...]” (Capítulo II, Art.99º, §2º. Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1879).

E quanto ao exame aplicado para o concurso de Geometria, indicava: “§4º. No de Arithmetica e Geometria se exigirá prova escripta da solução ou demonstração de algum problema ou theorema, e oral sobre qualquer parte da mesma sciencia [...]” (Capítulo II, Art.99º, §4º. Regulamento da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870).

embates e possíveis “descumprimentos”, a exemplo dos Exames Anuais, que pelo que consta em Ata, não foram realizados nos anos de 1872 e 1873.

Portanto, pensar nas questões legais que regiam a Instrução Pública em Sergipe e também na sua dinamicidade, é perceber as nuances que se entrecruzam na busca de ordenar cada setor do ensino, e essa é uma característica do século XIX. Essa dinâmica da legislação educacional, em que cada membro envolvido com a instituição poderia interferir, acrescentar e alterar determinados deveres é, sobretudo, uma marca percebida nas Atas das reuniões da Congregação do Atheneu Sergipense (Ref. 481FASS01 – CEMAS).

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

[...] Todo grupo de intelectuais organiza-se também em torno de uma sensibilidade ideológica ou cultural comum e de afinidades mais difusas, mas igualmente determinantes, que fundam uma vontade e um gosto de conviver. São estruturas de sociabilidade difíceis de apreender, mas que o historiador não pode ignorar ou subestimar (SIRINELLI, 2003, p. 248).

O objetivo central da presente pesquisa é refletir sobre o movimento do primeiro grupo de atores do Atheneu Sergipense entre os anos de 1871 a 1875. Para isto, adotei as Atas da Congregação (Ref. 481FASS01 – CEMAS) da instituição como a principal fonte de pesquisa, uma vez que foi a única fonte localizada no Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense (CEMAS), correspondente ao período delimitado.

A Congregação do Atheneu Sergipense, tema desta dissertação, deu início às suas atividades em 5 de janeiro de 1871, sob a direção de Manuel Luiz Azevedo D'Araújo. Esta primeira mesa administrativa atuou até fevereiro de 1875, justificando-se com a saída do então Diretor. Além deste representante, a Congregação também era composta pelos seguintes professores: Antônio Diniz Barreto, Geminiano Paes de Azevedo, Ignácio de Souza Valladão, Justiniano de Mello e Silva, Raphael Archanjo de Moura Mattos, Sancho de Barros Pimentel, Thomaz Diogo Leopoldo, Tito Augusto Souto de Andrade, Ascendino Ângelo dos Reis, José João de Araújo Lima, Pedro Pereira de Andrada, Brício Maurício de Azevedo Cardoso e Manuel Francisco Alves de Oliveira.

Ao analisar a atuação destes congregados, recorri aos conceitos de Sirinelli (2003; 1998) – *intelectuais e redes*; e de Felgueiras (2010) – *Cultura Escolar*. A escolha e adoção de tais conceitos proporcionaram olhares mais apurados diante das dinâmicas existentes entre os congregados e as bases legais que os regiam, uma vez que a legislação escolar de Sergipe do século XIX permitiu confrontos com a fonte principal (Livro de Atas da Congregação). Desta forma, tanto os autores, por meio dos seus conceitos, quanto às fontes documentais localizadas, ajudaram-me compreender a formação da primeira mesa administrativa do Atheneu Sergipense.

Deste modo, as investigações partiram das seguintes fontes documentais: Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871 a 1875 – Ref. 481FASS01 – CEMAS), Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe de 24 de outubro de 1870 (disponível no IHGS), Estatuto do Atheneu Sergipense de 12 de janeiro de 1871 (IHGS), Regulamento da Escola Normal de Sergipe de 31 de abril de 1874 (disponível na Biblioteca Pública Epifânio Dórea) e o *Jornal do Aracaju* (1871 a 1875 – IHGS).

Contudo, elenquei estas fontes documentais a fim de responder os seguintes questionamentos: Quais os membros que formaram a primeira Congregação do Atheneu Sergipense? Quais os seus perfis pessoais e profissionais? Quais as determinações da legislação escolar sergipana para o Atheneu Sergipense e, em particular, aos membros da sua

Congregação? Havia obediência por parte dos congregados àquilo que estava prescrito nas normatizações? Eles tinham autonomia em definir novas determinações internas?

Dessa forma, as questões me conduziram à leitura e confronto das fontes. Ficou evidenciado que a maioria dos partícipes da Congregação teve experiência no magistério antes de serem nomeados, via concurso público ou não, para as cadeiras do Atheneu Sergipense. Muitas foram as *redes* apreendidas por eles na condição de intelectuais, dentro ou fora de Sergipe. Porém, algumas indagações ainda permaneceram, a exemplo da atuação dos professores Ignácio de Souza Valladão e Tito Augusto Souto de Andrade, por terem sido avaliados “negativamente” pelo Imperador e sempre cobertos de atestados médicos e ofícios de ausência nas reuniões da Congregação, mesmo assim, foram nomeados sem concurso pelo Governo provincial a ocuparem os cargos de professores secundários. Estas são questões que merecem estudos mais aprofundados.

Quanto às determinações impostas em Lei, identifiquei com base nas Atas das reuniões, que os congregados as obedeciam, uma vez que sempre estavam ancorados nos Regulamentos internos e externos à instituição. A obediência pôde ser percebida a cada Ata analisada, como também foi possível perceber a autonomia que eles possuíam em alterar e adequar às atribuições de acordo com as demandas. Algumas vezes estas alterações foram palcos de conflitos e precisavam recorrer às votações internas ou encaminhamentos à Instrução Pública e ao Governo. Assim, com embate ou sem embate, a Congregação do Atheneu Sergipense, durante os anos em que esteve sob a direção de Manuel Luiz Azevedo D’Araújo, buscou atender às demandas administrativas e pedagógicas da instituição e da Instrução Pública provincial.

Por fim, compreende-se que a Congregação do Atheneu Sergipense, composta por 14 representantes durante o período de 1871 a 1875, atuaram em conformidade com o prescrito legalmente. No entanto, alguns fatos registrados nas Atas apresentam indícios controversos a respeito da atuação de alguns destes partícipes, como por exemplo, a não assiduidade às reuniões e conflitos declarados. Assim, por meio do que foi apresentado, esta dissertação busca contribuir para a construção e compreensão de mais um fragmento do Atheneu Sergipense e, principalmente, para a História da Educação sergipana, como também para a história dos intelectuais.



## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, José Ricardo Pires de. **História da Instrução Pública no Brasil, 1500 a 1889**/ José Ricardo Pires de Almeida: tradução Antônio Chizzotti. São Paulo: EDUC; Brasília, DF: INEP/MEC, 1989.
- ALMEIDA, Sayonara do Espírito Santo. **A Reforma Gustavo Capanema**: vislumbrada no currículo do Atheneu Sergipense (1940-1944). 2009. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Sergipe.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. **Entre papéis e lembranças**: o Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense e as contribuições para a História da Educação. Aracaju: Editora Diário Oficial do Estado de Sergipe – Edise, 2015.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Laudas do Lyceu Sergipense (1848-1851). In: **Anais do XVII ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA** – o lugar da História. ANPUH/SP – UNICAMP. Campinas, 6 a 10 de setembro de 2004. Cd-rom.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: traços de uma história. Aracaju: Adgraf Gráfica e Editora, 2005b.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. **O Atheneu Sergipense**: uma Casa de Educação Literária examinada segundo os planos de estudos. Tese de Doutorado, PUC/SP, 2005a.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. O Curso de Humanidades e o Normal: Uma Confluência Profícua? CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO. Goiânia, 6, **Anais...** 2006. Disponível em: <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe4/individuais-coautorais/eixo03/Eva%20Maria%20Siqueira%20Alves%20-%20Texto.pdf> Acesso em: 10 mar. 2015.
- ALVES, Eva Maria Siqueira. Os Compêndios das Matemáticas nos Estudos Secundários. **Cadernos de Pesquisa-Pensamento Educacional**. Paraná, v. 3, n. 6, p. 33-48, 2008.
- ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de; LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil**: do Império à República. Campinas, SP: Editora Alínea, 2008.
- AVELAR, Alexandre de Sá. A biografia como escrita da História: possibilidades, limites e tensões. In: **Dimensões**, v. 24, 2010, p. 157-172.
- AZEVEDO, Aluísio. **O Cortiço**. 30. ed., São Paulo: Ática, 1997.
- AZEVEDO, Dênio Santos. **Identidade Política e Democratização da Cultura**: grandeza e decadência do Gabinete de Leitura de Maruim. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Sergipe. Núcleo de Pós-Graduação em Ciências Sociais. São Cristóvão, 2005.
- AZEVEDO, Fernando de. A Escola e a Literatura. In: COUTINHO, Eduardo de Faria. **A Literatura no Brasil**. v. I, 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: UFF, 1986.
- AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. **A Cultura Brasileira**. Parte III-A transmissão da cultura. 6. ed. Brasília: Editora UNB, p. 545-601, 1996.

BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006.

BARROSO, João. Cultura, Cultura Escolar, Cultura de Escola. In: **Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”** – Revista da UNESP, S/A. Disponível em: [http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1\\_d26\\_v1\\_t06.pdf](http://acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/65262/1/u1_d26_v1_t06.pdf) Acesso em: 10 abr. 2015.

BIANCHI, Álvaro. Croce, Gramsci e a autonomia da política. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, 29, p. 15-30, nov. 2007.

BIBLIOTECA PÚBLICA EPIFÂNIO DÓREA. **Regulamento da Escola Normal de Sergipe, 31 de abril de 1874**. Aracaju:

BOBBIO, Norberto. **O tempo da memória**. De senectude e outros escritos autobiográficos. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

BONTEMPI JÚNIOR, Bruno. **História da educação brasileira: o terreno do consenso**. São Paulo. Dissertação (Mestrado em Educação)- PUC, 1995.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção** (Crítica social do julgamento). São Paulo: Edusp; Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Zouk, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

BOURDIEU, Pierre. **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Pierre Bourdieu: sociologia**. ORTIZ, Renato Organizador (da coletânea), São Paulo: Ática, 1983.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: Sobre a teoria da ação**. Trad. Mariza Corrêa. Campinas: Papirus Editora, 1996.

CALAZANS, José. O Ensino Público em Aracaju 1830-1870. **Revista do IHGSE**. Aracaju: Livraria Regina, v. XV n. 20, 1949 a 1951, p. 96-120.

CARNEIRO, Elizabete Barbosa. As Irmãs do Sagrado Coração de Maria e a Construção do Ideal Feminino em Montes Claros. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, ANPUH, 23, Londrina, 2005.

CENTRO DE EDUCAÇÃO E MEMÓRIA DO ATHENEU SERGIPENSE. (CEMAS) **Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense (1871-1875)**. Aracaju:, Arquivo Histórico do Atheneu Sergipense.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. 9. ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1988.

CHERVEL, André e COMPÈRE, Marie-Madeleine. “As humanidades no ensino”. **Educação e Pesquisa**. Revista da Faculdade de Educação da USP, p. 149-170, 1999.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria e Educação**, n. 2, 1990, p. 177-229.

CHERVEL, André. Quando surgiu o ensino secundário?. Tradução Circe Maria F. Bittencourt. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 25, n. 2, p. 149-170, 1992.

COELHO, Eduardo Campos. **As profissões imperiais: Medicina, Engenharia e Advocacia no Rio de Janeiro (1822-1930)**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

DALLABRIDA, Norberto. A Reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago, 2009.

DANTAS, Ibarê. **História da Casa de Sergipe: os 100 anos do IHGS 1912-2012**. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: IHGS, 2012 (Coleção Biblioteca Casa de Sergipe, 15).

DIAS, Márcia Hilsdorf. Escola Normal de São Paulo do Império: entre a metáfora das luzes e a história republicana. In: ARAÚJO, José Carlos Souza, FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, LOPES, Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**, Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 75-89.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. As atas das reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso. **Educação Unisinos**. Maio/ago, 2007. p. 103-110. Disponível em: [revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698/2899](http://revistas.unisinos.br/index.php/educacao/article/view/5698/2899) Acesso em: 15 abr. 2015.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A legislação escolar como fonte para a História da Educação: uma tentativa de interpretação. In: DUARTE, Regina Horta; GONDRA, José Gonçalves, VIDAL Diana Gonçalves, FARIA FILHO Luciano Mendes de, (Org.). **Educação, Modernidade e Civilização: Fontes e perspectivas de análises para a história da educação oitocentista**. Belo Horizonte, BH: Editora Autêntica, 1998.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Cultura escolar: da migração do conceito à sua objectivação histórica. In: FELGUEIRAS, Margarida Louro; VIEIRA, Carlos Eduardo (Org.). **Cultura escolar, migrações e cidadania**. Porto: Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação, 2010.

FELGUEIRAS, Margarida Louro. Materialidade da cultura escolar. A importância da museologia na conservação/comunicação da herança educativa. **Pro-Posições**. v. 16. n. 1(46), jan./abr. 2005.

FORQUIN, Jean-Claude. **Escola e cultura: as bases sociais epistemológicas do conhecimento escolar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Ed. Loyola. 1996.

FREITAS, Itamar. **A ‘Casa de Sergipe’: historiografia e identidade na Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (1913-1929)**. Rio de Janeiro. 2000a. Dissertação (Mestrado

em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FREITAS, Itamar. **A aposentadoria do professor provincial: Sergipe – 1834-1880**. In: ENCONTRO DE PESQUISA EDUCACIONAL DO NORTE E NORDESTE, 16, 2003, Aracaju. **Anais...** São Cristóvão: Universidade Federal de Sergipe/ Núcleo de Pós-Graduação em Educação, 2003.

FREITAS, Itamar. O historiador e suas fontes. **Informe Sergipe**, Aracaju, p. 2-2, 01 out, 2000b. <http://itamarfo.blogspot.com.br/search/label/Fonte%20hist%C3%B3rica> Acesso em: 19 mar. 2015.

FREITAS, Itamar. **Retalhos de Severiano Cardoso (Final)**. A Semana em Foco, Aracaju, p. 6B-6B. 2004. Disponível em: <http://itamarfo.blogspot.com.br/2004/09/retalhos-de-severiano-cardoso.html> Acesso em: 10 out. 2015.

GALLY, Christianne de Menezes. **A Transmissão da Cultura no Atheneu Sergipense: o Professor Brício Cardoso e seu Tratado de Língua Vernácula**. 2002. Disponível em: <http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe2/pdfs/Tema4/0413.pdf> Acesso em: 10 abr. 2015.

GALLY, Christianne de Menezes. **Brício Cardoso no cenário das Humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1873)**. 2004. Dissertação (Mestrado)- Universidade Federal de Sergipe.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história**. São Paulo: Cia das Letras, 1989.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

GOODSON, Ivor. **Currículo, Teoria e História**. 4. ed. Trad. Atílio Bruneta. Petrópolis: Vozes, 2001.

GOODSON, Ivor. **Historia del curriculum: la construcción social de las disciplinas escolares**. Barcelona: Ediciones Pomares-Corredor. 1998. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/sv-46.htm> Acesso em: 10 set. 2015.

GRAMSCI, A. Quaderni del cárcere. Edizione critica dell'Istituto Gramsci. A cura di Valentino Gerratana. Torino: Einaudi. 1977.

GUARANÁ, Armindo. **DicionárioBio-bibliografico Sergipano**. Rio de Janeiro, 1925.

HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. **O Ensino Secundário no Brasil Império**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. **Diário do Imperador Pedro II, 1865**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Histórico do IHGS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. **Estatuto do Atheneu Sergipense, 12 de janeiro de 1871**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Histórico do IHGS.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SERGIPE. **Regulamento Orgânico da Instrução Pública da Província de Sergipe, 24 de outubro de 1870**. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Histórico do IHGS.

JORNAL DO ARACAJU, 1871-1875. Aracaju: Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, Arquivo Histórico do IHGS.

JULIA, Dominique. A cultura escolar como objeto histórico. **Revista Brasileira de História da Educação**. Campinas: Autores Associados. n. 1, p. 9-43; jan./jun. 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Trad. Bernardo Leitão, 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEONARDI, Paula. Congregações Católicas Docentes no Estado de São Paulo e a Educação Feminina: segunda metade do século XIX. CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6., 2006, Uberlândia: UFU. p. 1255.

LEONARDI, Paula. Construção da Memória em Congregações Católicas: práticas e imagens agentes. **Cadernos de História da Educação**. v. 12, n. 1, Jan/Jun de 2013. Faculdade de Educação Unicamp, Campinas, São Paulo, 2013.

LEONARDI, Paula. **Pedagogia da Memória**: aparições marianas e congregações católicas no século XIX. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 26 ANPUH. **Anais..** São Paulo, 2011.

LIMA, Jackson da Silva. **Os Estudos Filosóficos em Sergipe**. Aracaju, Sociedade Editorial de Sergipe, 1955.

LOPES, Eliane Maria Teixeira. **História da Educação**, Eliane Maria Teixeira Lopes, Ana Maria de Oliveira Galvão. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

MACHADO DE ASSIS. **Esaú e Jacó**. Obra Completa, Machado de Assis, Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1994.

MARTINY, Carina. **Das presenças e ausências**: as Atas da Câmara Municipal de São Sebastião do Caí (1875 a 1892) como fontes de pesquisa. ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA - ANPUH, 9. Rio Grande do Sul, 2008.

Disponível:[http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212285879\\_ARQUIVO\\_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf](http://eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1212285879_ARQUIVO_CarinaMartinyArtigoEncontroANPUH-RS.pdf) Acesso em: 23 abr. 2015.

NÓVOA, Antônio. **Le temps des professeurs**: analyse socio-historique de La profession enseignante au Portugal (XVII-XX siècle). Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987.

NÓVOA, Antônio. O Passado e o Presente dos Professores. In: \_\_\_\_ **Profissão Professor**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1999. P. 13-34.

NUNES, Clarice. **Anísio Teixeira**: A Poesia da Ação. Bragança Paulista: Edusf, 2000a.

NUNES, Clarice. O “bom” e “velho” Ensino Secundário: momentos decisivos. **Revista Brasileira de Educação**, mai./ago., n. 14, São Paulo, 2000b. p. 35-60.

NUNES, Maria Thetis. 1999. **Ensino Secundário e Sociedade Brasileira**. 2. ed. São Cristóvão, SE: Editora da UFS.

NUNES, Maria Thetis. **História da Educação em Sergipe**. 2 ed. São Cristóvão: Editora UFS. Aracaju: Fundação Oviedo Teixeira, 2008.

NUNES, Maria Thetis. **Manuel Luiz Azevedo d'Araújo, educador da ilustração**. Prêmio Grandes Educadores Brasileiros. INEP, Brasília, 1984.

OLIVEIRA, João Paulo Gama; TELES, Igor Pereira. Entre pleiteantes e julgadores: uma investigação histórica dos Exames Gerais de Preparatórios. **Ponta de Lança: Revista de História, Memória e Cultura**. 2007 ©. p. 121/138.

OLIVEIRA, Lúcia Helena Moreira de Medeiros. O Projeto Romanizador no Final do Século XIX: a expansão das instituições escolares confessionais. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 40, p. 145-163, dez. 2010, ISSN: 1676-2584.

REZENDE, Cacia Valéria de. **“Retrato de uma trajetória”**: as várias facetas do Professor Brício Cardoso. 2013. Disponível em: [http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/RETRATO\\_DE\\_UMA\\_TRAJETORIA\\_VARIAS\\_FACETAS\\_PROFESSOR\\_BRICIO\\_CARDOSO.pdf](http://midia.unit.br/enfope/2013/GT8/RETRATO_DE_UMA_TRAJETORIA_VARIAS_FACETAS_PROFESSOR_BRICIO_CARDOSO.pdf) Acesso em: 10 abr. 2015.

RODRIGUES, Cibele de Souza. **Ignácio de Souza Valladão**: traços do precursor da cadeira de Pedagogia do Curso Normal do Atheneu Sergipense (1870-1884). 2013. Monografia (Graduação)- Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Ana Márcia Barbosa dos. **Sob a lente do discurso**: aspectos do ensino de Retórica e Poética no Atheneu Sergipense (1874-1891)/ Ana Márcia Barbosa dos Santos.- 2010. 118 f. Dissertação (Mestrado)- Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2010.

SANTOS, Claudia Pereira dos; ZANLORENZI, Claudia Maria Petchak; CORSO, Ângela. Ata de Visita da Vila de Iraty como fonte de pesquisa. **Publ. UEPG Humanit. Sci., Linguist., Lett. Arts**. Ponta Grossa. 20 (2): 131-140, jul/dez. 2012. Disponível:<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/humanas/article/viewFile/4112/3191> Acesso em: 23 abr. 2015.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Elite letrada e ofício docente em Sergipe no século**. São Cristóvão, 2013. 130 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. 2013c.

SANTOS, Fábio Alves dos. **Pequenos Vestígios**: investigando a docência em Sergipe. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6, Anais. Sociedade Brasileira de História da Educação. 2011. Disponível em: [http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais\\_vi\\_cbhe/conteudo/file/1238.doc](http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe6/anais_vi_cbhe/conteudo/file/1238.doc) Acesso em: 19 ago. 2015.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. A Congregação da Escola Normal da **Corte**. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5. **Anais...** Sergipe: SBHE, 2008a.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. **A Congregação da Escola Normal:** intelectuais ou eruditos no magistério de formação de professores do século XIX. 2009. Disponível em: <http://cemiiserj.blogspot.com.br/p/congregacao-da-escola-normal.html> Acesso em: 12 dez. 2015.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. **Congregação da Escola Normal:** da legitimidade outorgada à legitimidade (re) conquistada (1880/1910)/ Heloísa Helena Meirelles dos Santos. 2011a. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. **Contradições e Embates Republicanos em Defesa da Legitimação:** A Congregação da Escola Normal do Distrito Federal (1890-1898). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. Anais UFES, Universidade Federal do Espírito Santo, maio, 2011b.

SANTOS, Heloísa Helena Meirelles dos. **Entre Papéis de Memória:** A Congregação da Escola Normal da Corte. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 5. Anais... UFS/UNIT: Sergipe, Aracaju, novembro, 2008b.

SANTOS, Magno Francisco de Jesus. A Casa de Sergipe e a invenção da historiografia sergipana. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 27, ANPUH. Conhecimento Histórico e Diálogo Social. Natal, RN, 2013.

SANTOS, Maria Edna. **A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a ação do Regulamento de 1874.** 2013a. Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Sergipe.

SANTOS, Maria Edna. A Escola Normal do Atheneu Sergipense durante a Ação do Regulamento de 1874. **Revista Tempos e Espaços em Educação.** v. 6, n. 11. Jul/dez. 2013b.

SANTOS, Maria Fernanda dos. Severiano Cardoso e a docência em Sergipe no anoitecer do século XIX. **Práxis Pedagógica:** Revista do Curso de Pedagogia, Aracaju, v. 2; n. 2, Jan/Jun. 2015. Disponível em: <http://periodicos.piodecimo.edu.br/online/index.php/praxis/article/download/99/126> Acesso em: 19 ago. 2015.

SCHMIDT, Benito Bisso. Construindo Biografias... Historiadores e Jornalista: Aproximações e Afastamentos. **Estudos Históricos**, 1997, p. 3-21.

SEBRÃO, Sobrinho. **Laudas da História do Aracaju.** Salvador: Ed. Beneditina. Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe (Org.). 1954. 100 Anos de Educação, Colégio Estadual Atheneu Sergipense, Instituto Ruy Barbosa, 1870/1970.

SILVA, Geraldo Bastos. **A educação secundária:** perspectiva histórica e teoria. São Paulo: Editora Nacional. 1969. (Atualidades Pedagógicas, v. 94).

SILVA, Maria Lúcia Marques Cruz e. **Revista Litteraria do Gabinete de Leitura de Maroim (1890-1891):** subsídios para a história dos impressos em Sergipe. São Cristóvão, 2006. Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe.

SIRINELLI, Jean-François. As elites culturais. In: RIOUX, Jean Pierre. SIRINELLI, Jean-François (Org.). **Para uma história cultural**. Tradução Ana Moura. Rio de Janeiro: Editorial Estampa, 1998, 259-279.

SIRINELLI, Jean-François. Os intelectuais. In: REMOND, René (Org.). **Por uma história política**. Tradução Dora Rocha. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 231-269.

SOUZA, Suely Cristina Silva. **Uma história da disciplina Matemática no Atheneu Sergipense durante a ação da Reforma Francisco Campos (1938-1943)**. São Cristóvão, 2011. Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe.

TELES, Igor Pereira. **Concursos para Professor do Atheneu Sergipense: o provimento da cadeira de História (1875-1910)**. 2009. Monografia (Graduação)- Universidade Federal de Sergipe.

TELES, Igor Pereira; OLIVEIRA, João Paulo Gama. “A Presença Feminina nos Exames de Preparatórios no final do século XIX”. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 4, 2006, Goiânia, Goiás. **Anais Eletrônicos...** Congresso Brasileiro de História da Educação: A Educação e seus Sujeitos na História. Goiás: UCG, 2006 (a).

TELES, Igor Pereira; OLIVEIRA, João Paulo Gama. “As Bancas dos Exames de Preparatórios em Sergipe 1890”. In: **SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO: A Pesquisa em Educação – dilemas e perspectivas**, 2, 2006, São Cristóvão, SE. **Anais Eletrônicos...**, 2006 (b).

TELES, Igor Pereira; OLIVEIRA, João Paulo Gama; ALVES, Eva Maria Siqueira. O Centro de Educação e Memória do Atheneu Sergipense: Contribuições para a História da Educação. In: **Revista da FAPES de Pesquisa e Extensão**, v.4, p. 79-88, 2008.

VERÍSSIMO, José. **A educação nacional**. 3. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VIDAL, Valdevania Freitas dos Santos. **O Necydalus: um jornal estudantil do Atheneu Sergipense (1909- 1911)**. São Cristóvão, 2009. 211 f. Dissertação (Mestrado em Educação)- Núcleo de Pós-Graduação em Educação, Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa, Universidade Federal de Sergipe.

VILELA, Heloísa de Oliveira Santos. A Primeira Escola Normal do Brasil: concepções sobre a institucionalização da formação docente no século XIX. In: ARAÚJO, José Carlos Souza; FREITAS, Anamaria Gonçalves Bueno de, LOPES Antônio de Pádua Carvalho (Org.). **As Escolas Normais no Brasil: do Império à República**, Campinas, SP: Editora Alínea, 2008, p. 29-45.

VIÑAO, Antonio. A história das disciplinas escolares. **Revista Brasileira de História da Educação**. Tradução de Marina Fernandes Braga. Campinas: Autores Associados, n. 18, 2008, p. 173-215.

VIÑAO, Antônio. A História de la educación e historia cultural: posibilidades, problemas, cuestioness. **Revista Brasileira de Educação**, n. 0, p. 63-82, 1995.

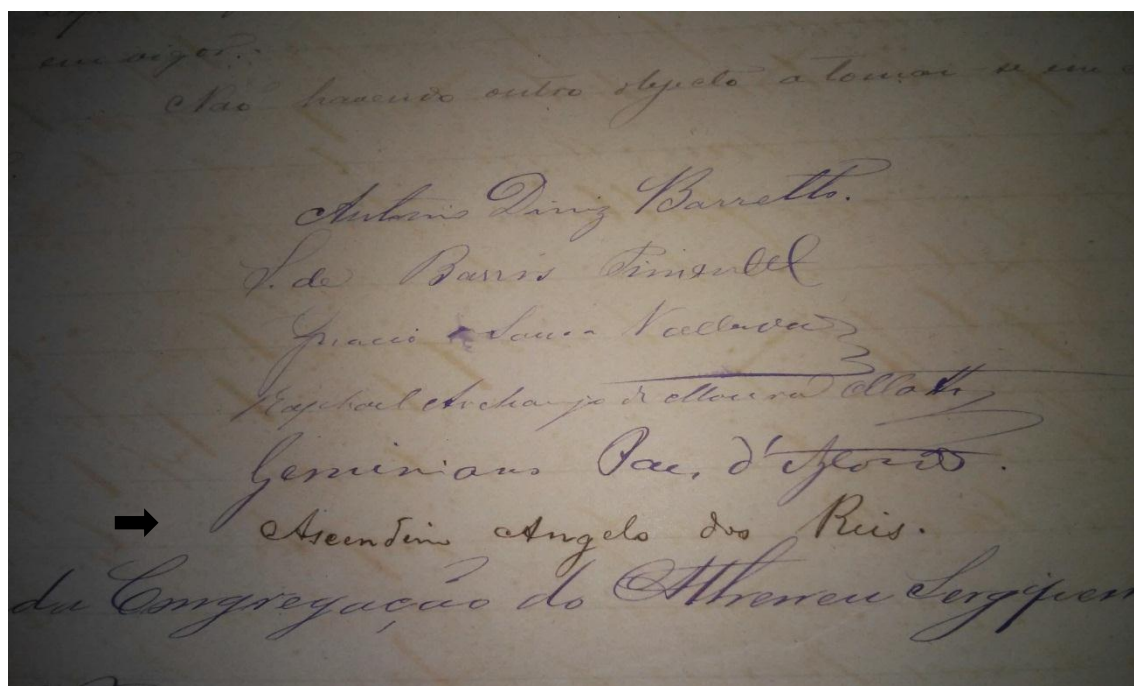


ANEXO A – Assinaturas dos Professores Registradas no Livro de Atas da Congregação do  
Atheneu Sergipense em Seu Primeiro Ano de Funcionamento, 1871

Mmanuel Luiz Aguedo d'Almeida  
Raphael d'Almeida d'Almeida  
Sancho de Barros Pimentel  
D. Thomaz Luiz Leopoldo.  
D. João de Souza Nogueira  
D. Augusto Santo d'Almeida.  
Justino de Alencar e Sá  
Geminiano Pires d'Almeida.  
Antonio Diniz Barreto.

Fonte: Acervo do CEMAS: Ata da reunião do dia 30 de março de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01.

ANEXO B - Assinatura do Professor Ascendino Ângelo Registrada no Livro de Atas da  
Congregação do Atheneu Sergipense, 1874

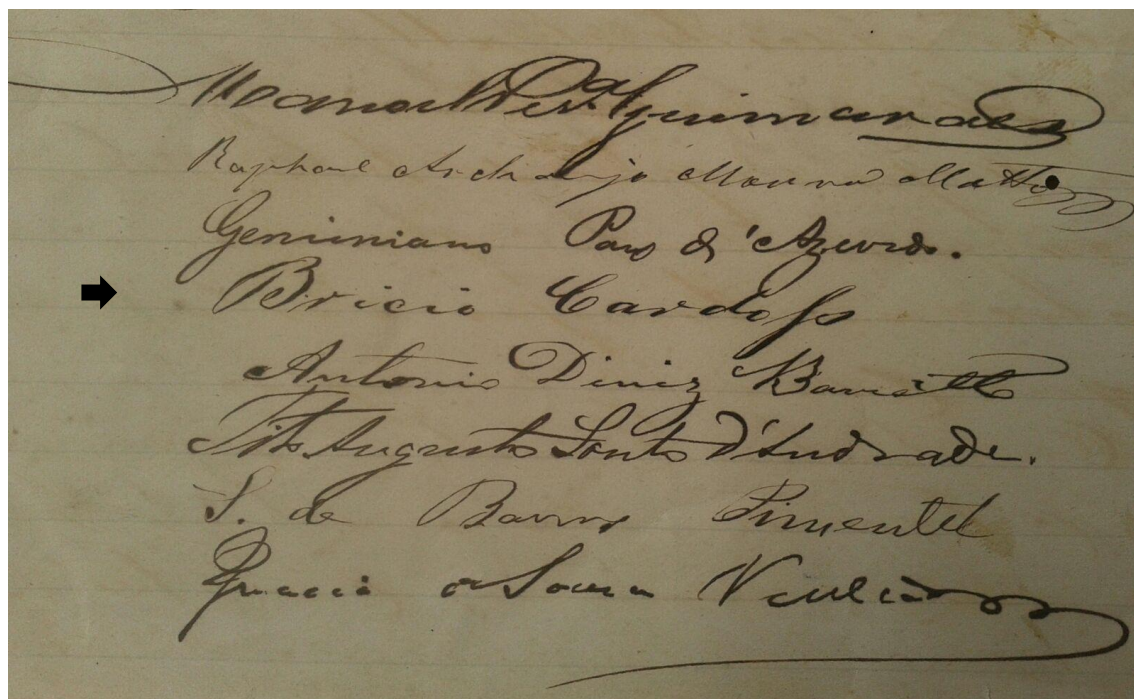


The image shows a page from a handwritten ledger or book of minutes. At the top, there is a faint header in Portuguese: "em dizer: Cada membro outro objeto a tomar a em". Below this, a list of names is written in cursive. The names are: Antonio Ding Barretto, J. de Barros Pinheiro, Jacqui de Souza Vellozo, Raphael de Chagas de Almeida, Geminiano Paes, d'Almeida. An arrow points to the next name, "Ascendino Ângelo dos Reis.", which is underlined. Below this name, the text "da Congregação do Atheneu Sergipense" is written.

Antonio Ding Barretto.  
J. de Barros Pinheiro  
Jacqui de Souza Vellozo  
Raphael de Chagas de Almeida  
Geminiano Paes, d'Almeida.  
→ Ascendino Ângelo dos Reis.  
da Congregação do Atheneu Sergipense

Fonte: Acervo do CEMAS: Ata da reunião do dia 5 de março de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01.

ANEXO C - Assinatura do Professor Brício Maurício de Azevedo Registrada no  
Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874

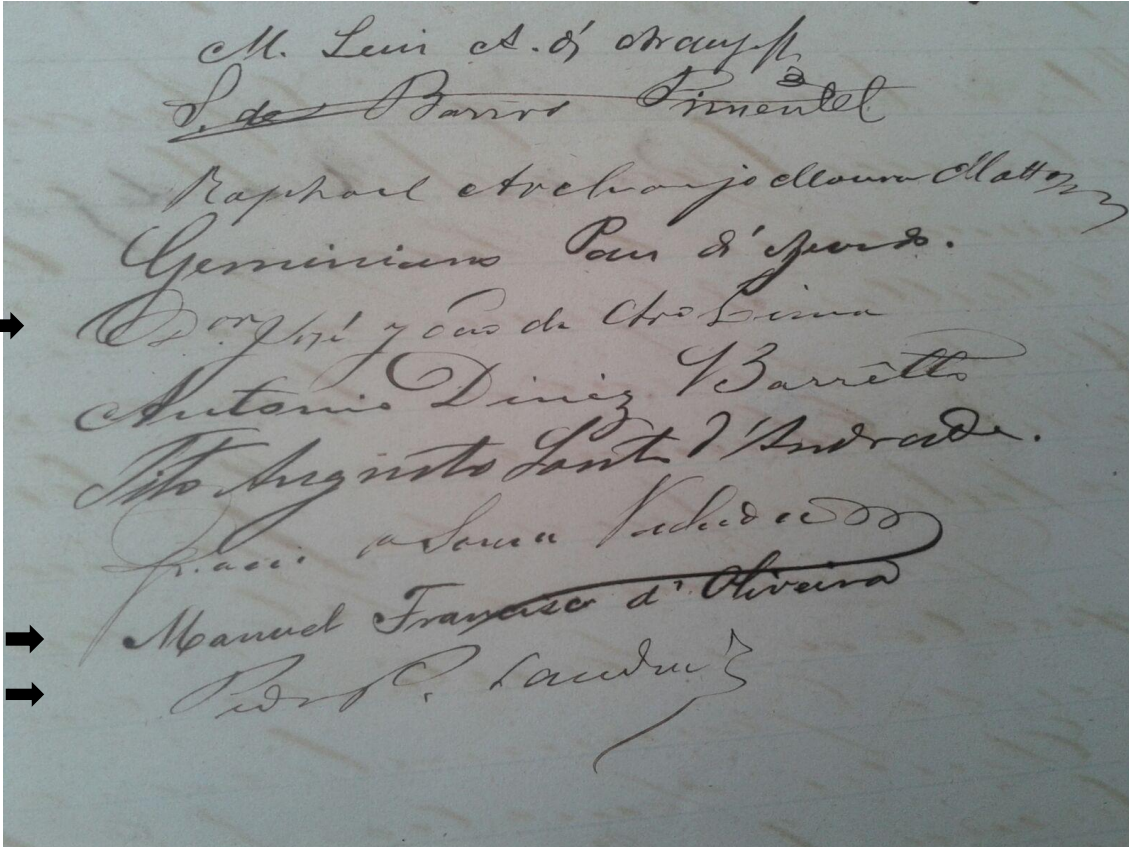


The image shows a handwritten document with several lines of text in cursive script. A black arrow points to the signature 'Brício Cardoso'. The text above the signature includes 'Naphone et al. de jo et al. na et al. de jo' and 'Genimians Pars & Azevedo.'. The text below the signature includes 'Antonio Diniz Barreto', 'St. Augusto Lente Vindrade.', 'J. de Barros Pinheiro', and 'J. de Barros Pinheiro'.

Fonte: Acervo do CEMAS: Ata da reunião do dia 4 de setembro de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01.



ANEXO D - Assinaturas dos Professores José João de Araújo Lima, Manuel Francisco de Oliveira e Pedro Pereira de Andrada Registradas no Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense, 1874



M. Luis A. de Araújo  
~~P. de Barros~~ Timentel  
 Raphael etrehanjo cloum clatoy  
 Geminiano Pau d'espera.  
 → Domingos de Araujo Lima  
 Antonio Diniz Barretto  
 Jo. Augusto Sant. d'Andrade.  
 Jaci. Sousa Velez  
 → Manuel Francisco de Oliveira  
 → Pedro P. Landru

Fonte: Acervo do CEMAS: Ata da reunião do dia 12 de novembro de 1874, Livro de Atas da Congregação do Atheneu Sergipense. Ref. 481FASS01.